



# INFORME ECONÔMICO

Nº 34

ANO XVII

JUNHO

2015

TARSLA

Nesse junho de 2015, o Informe Econômico, publicação do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), completa 17 anos de divulgação de artigos e resenhas de docentes e discentes do curso de Ciências Econômicas, de outros cursos em áreas afins da UFPI e de outras instituições de ensino superior, nacionais e estrangeiras, que colaborem para a compreensão das realidades econômica, política e social. Procuramos, ao longo desses anos, atender as deliberações da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (Ange), cuja preocupação primeira é que o ensino da ciência econômica seja “referenciado no pluralismo que contemple, com rigor e consistência, a diversidade de leituras e interpretações teóricas, metodológicas e analíticas do saber econômico.”

No número que ora apresentamos, contamos com inúmeras análises de diferentes questões contemporâneas, como a abordagem que Samuel Costa Filho (da UFPI), faz das medidas econômicas do início do segundo Governo Dilma. Fabrizio Lorusso (Universidade Nacional Autónoma do México) estabelece uma linha de conexão entre o pensamento do italiano Gramsci com o do norte-estadunidense Joseph Nye. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (Unesp), a partir de uma abordagem gramsciana, sustenta a hipótese de que a guerra está presente na hegemonia. Julio Ramon Teles da Ponte (UFC) apresenta a relação entre os processos de mundialização do capital e da financeirização da economia. Antonio Joaquim da Silva (IFPI), Maria do Socorro Lira Monteiro (UFPI) e Eriosvaldo Barbosa Lima (UFPI), mostram a participação do Governo Federal na origem e na consolidação do agronegócio no País.

João Paulo Farias Fenelon (UFPI), Eduardo Nonato Machado Nobre (UFPI) e Carla Adriana Meneses da Rocha (UFPI) estudam o atual cenário e as perspectivas da indústria de transformação brasileira. Leonardo Madeira Martins (UFPI) e José Machado Moita Neto (UFPI) fazem uma leitura da cultura do couro no Piauí.

Sobre as alternativas aos modos de produção tradicionais, com foco na atividade alternativa de produção do tijolo ecológico na cidade de Pedro II (PI), trata o artigo de João Víctor Sousa da Silva/ (UFPI). Charlene Veras de Araújo (UFPI) e Solimar Oliveira Lima (UFPI) contam como aconteceu a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado no Piauí. Emiliana Barros Cerqueira (UFPI), Maykon Daniel Gonçalves Silva (UFPI), Vera Lúcia dos Santos Costa (UFPI) e Jaíra Maria Alcobaça Gomes / (UFPI) constataram que a quantidade produzida da cera de carnaúba diminuiu e o preço de mercado do referido produto aumentou. Lila Cristina Luz (UFPI) e Tâmara Feitosa Oliveira (Secretaria Municipal de Juventude de Teresina), apontam o lazer como uma estratégia no processo de ressocialização das jovens mulheres reclusas no Centro Educacional Feminino em Teresina, desde que atividades denominadas de lazer sejam repensadas. Sobre a atuação das mulheres no âmbito do trabalho e na organização social escreve Joanice Santos Conceição (UFRJ). Concluimos esse número com a opinião de Pádua Ramos (UECE), que pensa a nova civilização tipicamente nacional brasileira, que, segundo ele, sem dar saltos, como a natureza, vai sendo gestada.

Desejamos que as pessoas sejam enriquecidas com os estudos acima relacionados e que sejam ampliadas as percepções das ciências econômicas.

Boa leitura!

# EDITORIAL

# SUMÁRIO

- 6 - AS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA DO INÍCIO DO SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF **SAMUEL COSTA FILHO**
- 19 - DE GRAMSCI A NYE: PROCESOS HEGEMÓNICOS EN LAS RELACIONES INTERAMERICANAS **FABRIZIO LORUSSO**
- 30 - HEGEMONIA E GUERRA NO PLANO INTERNACIONAL NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA **RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS**
- 34 - A CRISE SISTÊMICA DO CAPITAL: UMA INTERPRETAÇÃO MARXIANA **JÚLIO RAMON TELES DA PONTE**
- 47 - DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS **ANTONIO JOAQUIM DA SILVA, MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO E ERIOSVALDO BARBOSA LIMA**
- 55 - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL: ATUAL CENÁRIO E PERSPECTIVAS PARA OS PRÓXIMOS ANOS **JOÃO PAULO FARIAS FENELON, EDUARDO NONATO MACHADO NOBRE E CARLA ADRIANA MENESES DA ROCHA**
- 61 - A ECONOMIA DO COURO NO PIAUÍ **LEONARDO MADEIRA MARTINS E JOSÉ MACHADO MOITA NETO**
- 68 - PRODUÇÃO DE TIJOLOS ECOLÓGICOS EM PEDRO II(PI): A SUSTENTABILIDADE EM QUESTÃO **JOÃO VITOR SOUSA DA SILVA**
- 73 - A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO PIAUÍ (1888-1930) **CHARLENE VERAS DE ARAÚJO E SOLIMAR OLIVEIRA LIMA**
- 77 - POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS NO EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA **EMILIANA BARROS CERQUEIRA, MAYKON DANIEL GONÇALVES SILVA, VERA LÚCIA DOS SANTOS COSTA E JAÍRA MARIA ALCOBAÇA GOMES**
- 86 - LAZER E RECLUSÃO: UMA RELAÇÃO É POSSÍVEL? **LILA CRISTINA LUZ E TÂMARA FEITOSA OLIVEIRA**
- 92 - MULHER NEGRA: RELIGIÃO, TRABALHO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL **JOANICE SANTOS CONCEIÇÃO**
- 99 - **OPINIÃO**: A CORRUPÇÃO VISTA DO ALTO DA MONTANHA **PÁDUA RAMOS**

ANO 17 N 34 JUNHO 2015

Reitor UFPI **PROF. DR. JOSÉ ARIMATEIA DANTAS LOPES**

Vice-Reitora **PROFA. DRA. NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA**

Diretor CCHL **PROF. DR. NELSON JULIANO CARDOSO MATOS**

Chefe DECON **PROF. ESP. LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ PUSCAS**

Coord. Curso Economia **PROFA. DRA. EDIVANE DE SOUSA LIMA**

revisão **ZILNEIDE O. FERREIRA**

projeto gráfico, diagramação e tratamento de imagens **TUPY NETO**

jornalista responsável **PROF. DR. LAERTE MAGALHÃES**

contato **DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS-CENTRO DE**

**CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-UFPI - CAMPUS ININGA,**

**TERESINA,PI CEP: 64.040-550**

**TIRAGEM 1000 EXEMPLARES**

**IMPRESSÃO GRÁFICA UFPI**

parceria **CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA 22ª REGIÃO-PI**

[ufpi.br/economia](http://ufpi.br/economia)

editor-chefe **PROF. DR. SOLIMAR OLIVEIRA LIMA-DECON**

editora-assistente **ECONOMISTA ESP. ENOISA VERAS-DECON**

conselho editorial

**PROF. DR. AÉCIO ALVES DE OLIVEIRA-UFU**

**PROF. DR. ALVARO BIANCHI-UNICAMP**

**PROF. DR. ALVARO SÁNCHEZ BRAVO**

**UNIVERSIDAD SEVILLA-ESPAÑA**

**PROFA. DRA. ANNA MARIA D'OTTAVI**

**UNIVERSITÀ DEGLI STUDI ROMA TRE-ITÁLIA**

**PROF. DR. ANDRÉ TURNEL**

**UNIVERSITÉ LAVAL-CANADÁ**

**PROF. DR. FABRIZIO LORUSSO**

**UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÓNOMA DO MÉXICO-UNAM**

**PROF. DR. JOSÉ MACHADO PAIS**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA-PORTUGAL**

**PROF. DR. LEANDRO DE OLIVEIRA GALASTRI-UNICAMP**

**PROF. ESP. LUIZ CARLOS RODRIGUES CRUZ PUSCAS-UFPI**

**PROFA. DRA. MARIA DO SOCORRO LIRA MONTEIRO-UFPI**

**PROFA. DRA. MARIA ELIZABETH DUARTE SILVESTRE-UFPI**

**PROF. DR. MARCOS DEL ROIO-UNESP**

**PROF. DR. MARCOS CORDEIRO PIRES-UNESP**

**PROF. DR. MÁRIO MAESTRI FILHO-UPF**

**PROF. DR. MANOEL DOMINGOS NETO-UFC**

**PROF. DR. RODRIGO DUARTE FERNANDES DOS PASSOS-UNESP**

**PROF. DR. SAMUEL COSTA FILHO-UFPI**

**PROF. DR. SÉRGIO SOARES BRAGA-UFPR**

**PROF. DR. SOLIMAR OLIVEIRA LIMA-UFPI**

**PROF. DR. VITOR DE ATHAYDE COUTO-UFBA**

**PROF. DR. WILSON CANO-UNICAMP**

**ECONOMISTA MS. ZILNEIDE O. FERREIRA**

# EXPEDIENTE

# AS MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA DO INÍCIO DE SEGUNDO MANDATO DE DILMA ROUSSEFF

Por Samuel Costa Filho\*

**Resumo:** o artigo aborda o significado das medidas econômicas do início do segundo Governo Dilma. Nesse sentido, inicia apresentando a lógica e o princípio que respalda ação do Estado na atual etapa de globalização financeira; em seguida trata da dinâmica predominante na economia brasileira desde a implementação do Plano Real. As medidas de política econômica são temas do ponto seguinte e, por fim, ocorre a apresentação de conclusões.

**Palavras-Chave:** Estado. Economia Brasileira. Governo Dilma.

**Abstract:** the paper discusses the significance of the economic measures of the early second Dilma administration. In this sense, it begins presenting the principle and logic in which supports State action in the current financial globalization step. Then it discusses the prevailing dynamics in Brazilian economics since the implementation of the Real Plan. The economic policy measures are the themes of the next point and, for the closing, it presents the conclusions.

**Keywords:** State. Brazilian Economy. Dilma Administration.

## 1 Introdução

O início do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff faz lembrar-se do período anterior ao Plano Real, quando as medidas de política econômica eram apresentadas pela grande mídia como verdadeiros “pacotes” econômicos. A edição e divulgação das recentes medidas foram novamente divulgadas como semelhante aos antigos pacotes, ou seja, medidas de política econômica que surpreendem e oneram toda a sociedade.

É constante, a campanha de que a presidenta Dilma teria descumprido as promessas de campanha eleitoral, já que anteriormente afirmava estar a economia brasileira no caminho correto, por ser o modelo de desenvolvimento com inclusão social implementado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT), virtuoso e sustentável, em longo prazo.

O modelo do governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula) era apresentado com sendo bastante diferente do anteriormente executado e que havia colocado a economia brasileira em um nível mais elevado de subordinação ao capital internacional.

O ex-presidente Lula, ao ter pago a dívida com o

Fundo o Monetário Internacional (FMI), conseguira graus de liberdade para executar uma política de desenvolvimento nacional. Entretanto, segundo a “grande” mídia, as medidas de austeridade fiscal elaboradas pelo agora todo “poderoso” ministro da Fazenda Joaquim Levy, embora corretas, representam um verdadeiro balde de água fria nos que votaram na chapa vencedora, acreditando na continuidade do modelo de crescimento, com distribuição de renda e melhorias sociais.

O objetivo do presente artigo é averiguar em que grau essas medidas representam a confirmação dos erros do modelo PT e em que magnitude significa o abandono do modelo desenvolvimentista, uma verdadeira mudança de rota do Governo Dilma, em direção à linha de política econômica cientificamente correta como pregam os nossos liberais. Assim, objetiva-se entender as medidas econômicas, com uma linha de análise que procura respostas para as seguintes questões: qual o princípio que determina a lógica de atuação do Estado na atual fase de domínio do capitalismo financeiro? Como funciona o modelo econômico de crescimento da economia brasileira? Em seguida,

responde em que medidas de política econômica de início do Governo Dilma II representam uma mudança de rumo nesse modelo brasileiro.

Nesse sentido, o artigo, além dessa introdução, está estruturado em quatro pontos. No seguinte, aborda a respeito do princípio que rege as ações do Estado, em geral, e, do Estado Brasileiro, nesse início do século XXI. Em seguida, procura tratar da dinâmica da economia brasileira desde a implementação do Plano Real. As medidas de política econômica são analisadas no item seguinte. Então, apresenta as considerações finais.

## **2 O Estado e a Questão dos Princípios Fiscais**

É usual, os livros de introdução à Economia difundirem a ideia de que reina “consenso” na Ciência Econômica. O principal consenso existente diz respeito à visão de que a economia capitalista funciona de maneira ótima e eficiente, tendo o Estado papel marginal de apenas corrigir determinadas falhas de mercado.

Acontece que essa não é a realidade no estudo da Economia. Existem pelo menos três diferentes paradigmas que divergem em quase todos os aspectos e questões. No que diz respeito ao estudo do papel do Estado, quais são os seus objetivos, as suas funções e suas ações são motivos de relevantes controvérsias.

A visão predominante defende que o Estado não deve interferir na dinâmica natural do mercado e, no máximo, deve atuar corrigindo as falhas de mercado e, em uma realidade que premia o esforço e o mérito, a ação do Estado desestimula as iniciativas privadas e o indivíduo, ao impor pesados ônus tributários, impor leis e normas de regulações desnecessárias e absurdas etc. O Estado, como um ente externo à dinâmica da sociedade de mercado, embora necessário, mais atrapalha do que colabora para manutenção e performance do sistema capitalista.

Apresentando outra abordagem, a corrente keynesiana defende que o Estado é uma instituição complementar à economia de mercado na busca de eficiência macroeconômica e social. Esses cientistas, muito embora reconheçam as virtudes da economia capitalista, constataam a existência de problemas econômicos (desemprego, recessão, inflação etc.) e sociais (má distribuição de renda, necessidade de saúde e educação pública, questões de defesa do meio ambiente etc.), que são característicos dessa realidade, necessitando,

portanto, da atuação de um agente externo (o Estado) para solucioná-los e, dessa forma, possibilitar que o capitalismo possa manter a sua dinâmica virtuosa de crescimento e progresso para a humanidade.

Divergindo das visões anteriores, a corrente marxista mostra como o Estado capitalista burguês existe para preservar e legitimar o sistema capitalista (defesa da propriedade, manter normas e leis, força militar para manutenção da ordem e do status quo etc.). O Estado é um estado de classe, é a classe que mantém uma supremacia, é a classe burguesa. Dentre as várias abordagens marxistas, pode-se reter que o Estado atua na viabilização e manutenção do projeto da classe capitalista hegemônico de cada realidade específica, em particular, mantendo a dinâmica da exploração capitalista. Nesse sentido, não se trata de uma entidade externa ao sistema, nasceu com a gênese do capital, desenvolveu-se e prosperou lado a lado com a expansão capitalista, expandindo-se; e juntamente com a prosperidade do próprio capital.

Muito embora essas visões sejam divergentes, elas mostram que o Estado faz parte da realidade capitalista. Desse modo, o Estado tem atuado ao logo da história desse sistema. Por se tratar de uma instituição que presta determinados serviços à sociedade, necessita de recursos para operar e se manter; suas atividades são financiadas, principalmente, por recursos via tributação e os seus gastos aparecem como uma devolução a essa sociedade.

Entender a lógica e o princípio que determinam o funcionamento do Estado em cada contexto histórico tratam-se de uma questão de grande importância, se se quer entender a sua ação em cada realidade econômica. Nesse sentido, os princípios que regem a lógica de funcionamento do Estado incluem os princípios fiscais (que tratam do orçamento do Estado e compreendem receita e despesa); os princípios tributários (que justificam a arrecadação dos tributos, ou seja, o lado da receita pública); e os princípios da administração tributária (que tratam da administração eficiente e eficaz da arrecadação do sistema tributário) (PIRES, 1996).

Dentre esses princípios, os princípios fiscais são os que melhor representam os aspectos da intervenção do Estado; este o elemento que permite a adequada compreensão das medidas de política econômica de início no Governo Dilma II, servindo para compreender a lógica de funcionamento do Estado capitalista e do brasileiro em particular.

O domínio do pensamento ortodoxo nas Ciências Econômicas, com suas recomendações para que o Estado não interfira na dinâmica natural do mercado, respaldou o domínio do princípio da neutralidade na determinação da lógica de funcionamento dos Estados até pouco depois da depressão dos anos 1930. Segundo esse princípio, a arrecadação de impostos financia as atividades do Estado, que deve procurar não interferir no “natural” equilíbrio de mercado. A intervenção do setor público não deve modificar os preços relativos e nem prejudicar o bem-estar individual. Esse princípio defende que o mercado é regido por leis naturais de máxima eficiência, produzindo assim uma análise extremamente positiva do sistema capitalista e a política de ação do Estado que somente deve corrigir as imperfeições e as externalidades; o que significa que o Estado atua de forma bastante restrita, possuindo apenas a “função alocativa” (PIRES, 1996); significa que o princípio da neutralidade representa a defesa da economia de mercado e do status quo.

A crise mundial dos anos 1930 revelou a necessidade de mudança na atuação do Estado na economia capitalista. Aliado a esses fatos, ocorria um desenvolvimento teórico expandindo e ressaltando a questão da equidade. O domínio da vertente Keynesiana, ao ampliar a área de ação do Estado para ações distributiva e estabilizadora, abriu espaço para o surgimento do princípio do maior benefício social, como regra de ação e lógica de funcionamento desse “novo” Estado (OLIVEIRA, 2009). Esse princípio do maior benefício social foi determinante na ação do Estado capitalista nos Trinta Anos Gloriosos (1945 a 1970) e passou a recomendar e destacar a ação eficiente do Estado na promoção de elevados benefícios econômicos e sociais, na aplicação de medidas na busca do pleno emprego, manutenção do equilíbrio macroeconômico e melhorias por meio de políticas sociais.

A partir desse princípio, constata-se que o indivíduo não necessariamente é um agente que gasta melhor que o Estado. Nada justifica e comprova que o Estado deva gastar o mínimo possível. O Estado deve gastar com acerto. A questão da relação custo-benefício da tributação muda de foco e passa a tratar da análise da despesa do Estado com relação ao aumento do benefício geral que esse gasto proporciona a sociedade. Disso resulta um processo de aferição da ação pública em termos sociais que ressalta o

benefício decorrente da felicidade que cria e do sofrimento que evita ao atender a um maior número de indivíduos na sociedade.

A partir de então, passou a predominar a ideia de que o Estado é uma instituição complementar ao mercado, na busca de eficiência macroeconômica e para o progresso social. Acontece que uma ação de legitimação da ação desse Estado na sociedade ampliando e elevando sua participação da economia, em uma linha de arrecadação baseada em carga tributária progressiva, com o objetivo de despesas para aumentar os níveis de renda e de emprego, estabilizar a atividade econômica, e melhorar a distribuição de renda da sociedade.

Na crise dos anos 1970, com a estagflação, ocorreu o retorno de um liberalismo extremado e conservador que apresentou o Estado como o vilão de defeitos decorrentes do sistema capitalista. Os desequilíbrios fiscais e o processo inflacionário da época foram apontados como decorrentes da ineficiência da ação do Estado, que, portanto, devia ser reduzido à sua dimensão mínima. A partir de então, o Estado foi, novamente, reestruturado em favor das necessidades do capital, em uma nova etapa do capitalismo que estava iniciando.

Assiste-se ao início da hegemonia do princípio da competitividade, que vem respaldar a desmontagem e redução do Estado Keynesiano. Este princípio é o que rege a atual dinâmica e lógica de funcionamento do Estado, na etapa do capitalismo financeiro; defende uma política ultraliberal, com a velha visão de que o Estado não deve interferir na dinâmica natural do mercado. Por esse paradigma, o Estado deve atuar para que as empresas possam competir eficientemente em nível internacional e o objetivo do Estado passa a ser estimular a produtividade das empresas e elevar a competitividade da economia, diante do processo de globalização.

O domínio do princípio da competitividade e da eficiência implica que, no campo fiscal, as receitas e despesas desse “renovado” Estado passam a priorizar medidas reduzindo a progressividade da estrutura tributária, reduzindo ou eliminando os impostos incidentes sobre a produção, os lucros, as aplicações financeiras, as exportações e o investimento. Por outro lado, em virtude da impossibilidade de redução da carga tributária, os impostos são transferidos para os rendimentos dos trabalhadores, para a classe média, para os bens de consumo. Viabilizar a competitividade, a produtividade, a eficiência econômica das empresas

e da economia nacional passa a ser a norma que domina a estrutura da política fiscal.

Os novos parâmetros no tratamento da questão fiscal, da política fiscal, nos gastos públicos, na dívida e na questão do deficit público reivindicam e elaboram uma reforma na estrutura tributária, objetivando diminuir o ônus dos impostos incidentes sobre as diversas formas de capital (financeiro, industrial, agrícola etc.), com a intenção de evitar efeitos adversos na concorrência das empresas, tanto no mercado internacional como no mercado interno, além de procurar estimular e viabilizar a atração e o ingresso do fluxo internacional de capitais.

Não foi sem razão que teve início a campanha por reformas tributárias. A política de harmonização da estrutura tributária defendida pelos tributaristas da ortodoxia recomenda reforma da estrutura tributária no sentido de desonerar a produção, proteger os investimentos e extinguir os impostos cumulativos, que encarecem as exportações, e priorizar impostos com o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA), reduzir o ônus sobre a folha de salário (com isenção para as empresas), eliminar contribuições sobre a folha de trabalho, contribuições previdenciárias objetivando extinguir direitos trabalhistas (OLIVEIRA, 2009).

As necessárias medidas de compensação tributária transferiram a base de incidência dos impostos para os itens de menor mobilidade territorial. O que implica aumentar o esforço tributário dos setores que já possuem um elevado ônus tributário (trabalhadores e classe média), elevar a tributação para os bens e serviços de consumo e sobre a renda pessoal (alíquotas profissionais). Trata-se de uma estrutura tributária que penaliza a sociedade, demonstra não existir mais a preocupação com a justiça e a equidade, menos ainda para medidas de políticas redistributivas, limitando os gastos sociais, para medidas focalizadas, com objetivo de atender a classes menos favorecidas, ou seja, diminuir a pobreza e combate à miséria.

Os ricos, os mais poderosos economicamente e as classes mais beneficiadas pelo sistema capitalista passam a ser suavemente taxadas ou ficam praticamente imunes de tributação. Devido à dinâmica financeira que domina novo estágio da economia capitalista, o gasto do Estado é redirecionado e deve priorizar o pagamento ao capital financeiro, servindo para controle da dívida pública e para o pagamento de seu encargo aos

credores do Estado. Dessa forma, não se permite que ocorra uma redução significativa a carga tributária.

As prioridades do governo keynesiano, que anteriormente sinalizava agir no sentido de atender à sociedade, são direcionadas para atender a elites e classes mais abastardas. As prioridades do Governo não mais objetivam atender ao que a sociedade deseja. O Estado atualmente procura manter a dinâmica da acumulação de capital, trabalha para legitimar a sociedade capitalista e procura legitimar suas ações nessa sociedade; intenta incentivar a competitividade e respaldar a competição nesse capitalismo globalizado. Pelo exposto, é fácil encontrar a resposta adequada para questões de qual a lógica de atuação do Estado. O seu principal objetivo é priorizar os interesses do capital financeiro.

No Brasil, que durante as décadas de 1930-1980 havia implementado um projeto nacional de industrialização diversificada para competir no mercado internacional, presenciou-se nos anos de 1980-1990 uma grave crise em decorrência de falhas de implementação e com o esgotamento do modelo. O início dos anos de 1990, e principalmente de 1994 até hoje, mudou de rota e passou a se inserir de maneira passiva e subordinada no capitalismo global. Reformas estruturais liberalizantes, redução da participação do Estado desenvolvimentista e ênfase nas políticas anti-inflacionárias passaram a ser tidas como fundamentais para recuperar a dinâmica de desenvolvimento econômico.

O governo brasileiro, desde então, passou a realizar uma política liberal de ajuste macroeconômico, medidas de reforma do Estado assentadas na liberalização e desregulamentação dos mercados de trabalho e do mercado financeiro, política de privatização das empresas estatais e dos serviços públicos, com mudança na abrangência e na operação das políticas sociais, rumo a políticas focalizadas; e ocorre o abandono de projetos ou política de desenvolvimento regional e nacional.

### **3 O Atual Modelo Econômico e a Dinâmica da Economia Brasileira**

No Brasil, foi na década de 1990 que, apoiado em uma campanha originária do pensamento único, assentado em recomendações do Consenso de Washington, um grupo de profissionais ortodoxos ajudou a disseminar a ideologia da perfeição dos mercados financeiros e propor uma linha de política

econômica liberalizante, como era desejo do sistema financeiro internacional. Nesse sentido, eles pregaram que a abertura comercial e a internacionalização da economia brasileira permitiriam a modernização do parque produtivo e a consequente redução do desemprego no País. Os economistas liberais garantiram que este projeto de esvaziamento do papel do Estado e das políticas de desenvolvimento levaria o Brasil a um crescimento econômico sustentado, com elevação no nível de ocupação e emprego.

Inicialmente, esse projeto de hegemonia dos interesses da finança capitalista penetrou no Brasil durante os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, mas foi na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, de forma acrítica, a sociedade brasileira passou a aceitar, de modo passivo, as políticas econômicas de reforma do Estado e abandono da política do nacional desenvolvimento, para gestar o Estado mínimo e, posteriormente, o Estado Gerencial. Nos anos 1990, o Governo FHC realizou diversas mudanças institucionais necessárias para reinserir a economia brasileira no mercado financeiro internacional - todas elas no ataque contra a Constituição Cidadã, por essas medidas serem elementos que têm efeito direto na avaliação do grau de investimento do Brasil. As reformas estruturais executadas no período compreenderam privatização, reforma administrativa, reforma da previdência social. Realizou-se um processo de reforma do Estado direcionada em favor do mercado, com medidas de privatização, desregulamentação da economia, flexibilização dos direitos trabalhistas e terceirização dos serviços (BRESSER-PEREIRA, 1998), além de, posteriormente, impor um acordo de refinanciamento de dívidas dos estados e municípios.

Em 1994, foi lançado o Plano Real, apoiado na política de câmbio valorizado, combinada com elevadas taxas de juros e rápida abertura comercial. O sucesso desse Plano no processo de estabilização possibilitou ao Governo FHC, trabalhar na construção de uma agenda liberal de desenvolvimento. Nesse modelo, o investimento privado sentiu-se estimulado e confiante para ser realizado, em decorrência de um quadro macroeconômico básico de estabilidade dos fundamentos da economia, como prescreve o consenso do mainstream.

Nessa direção, os governos de Fernando Collor de Mello e de Itamar Franco já haviam realizado as

primeiras mudanças preparando a economia do Brasil para se inserir no circuito internacional de valorização financeira. Em 1992, o diretor da área externa do Banco Central do Brasil (Bacen) promoveu a desregulamentação do mercado financeiro brasileiro e facilitou a abertura internacional de capital (PAULANI, 2006, 2008).

Em 1994, o governo federal criou o Fundo Social de Emergência (FSE), que, posteriormente, passou a ser chamado de Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Este fundo foi reformulado e passou a ser denominado, em 2000, de Desvinculação de Recursos da União (DRU). A DRU retira 20% de todos os recursos vinculados e os deixa livre para a União gastar, preferencialmente, mobilizando recursos para remunerar o capital rentista e atender ao superávit primário, como exige o capital financeiro (PAULANI, 2006).

O programa do FSE foi complementado pelo Programa de Ajuste Fiscal (PAF), de 1995, objetivando cumprir metas estabelecidas nos pacotes de estabilização econômica recomendados pelo FMI e Bird. Posteriormente, em 1997, o denominado "FMI do Malan" - como ficou conhecido entre os governadores o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados (LOPREATO, 2002) - implementou políticas de disciplina fiscal, enquadrando os entes subnacionais na linha do equilíbrio fiscal, recomendada pelo novo consenso da ortodoxia.

O Estado brasileiro também atuou em benefício da finança capitalista com medidas de renúncia tributária em favor da renda do capital. Em 1995, a lei n. 9.249, de 26 de dezembro, permitiu a dedução dos juros (criando uma despesa fictícia) sobre o capital próprio nas apurações do imposto sobre a renda de pessoa jurídica (IRPJ) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Outro benefício em favor da Banca financeira se encontra no artigo 10 da referida lei, que isentou de IRPJ a remessa de lucros e dividendos para o exterior. Desde 1996, a distribuição de lucros e dividendos passou a ser isenta da cobrança do imposto de renda (IR).

Nesse contexto, o acordo denominado "FMI do Malan" - política que mudou a orientação dos rumos de negociação das dívidas estaduais e impôs a implantação de rigoroso ajuste fiscal e aceitação das políticas de privatização de patrimônio público em nível estadual e municipal - deu início à privatização dos bancos estaduais, cujos passivos se transformaram em dívidas dos estados.



O Governo FHC usou os programas de apoio financeiro e renegociação dos débitos de estados e municípios para enquadrar os governos subnacionais na lógica determinada pela finança capitalista. Por intermédio da lei n. 9.496, de 11 de setembro de 1997, a União exigiu o pagamento da dívida pública dos estados, cobrando uma elevada taxa de juros nominal dos entes subnacionais (LOPREATO, 2002).

As medidas de sustentação do Plano Real baseadas em altas taxas de juros e câmbio valorizado provocaram rápida deterioração das contas públicas e das contas do balanço de transações correntes. A manutenção política de taxa de câmbio valorizada durante os quatro primeiros anos do governo de FHC provocou crise do setor externo e fuga de capitais; e, diante dessa crise, em 1999, o governo federal, atuou em favor da finança capitalista, absorvendo os prejuízos da Banca diante da crise cambial. A instabilidade cambial levou o governo a vender títulos públicos corrigidos pela taxa de câmbio, livrando os bancos e as empresas de incorrerem em maiores dívidas em moeda estrangeira, socializando esses prejuízos com a população brasileira.

O colapso do Plano Real e a crise cambial de 1998 obrigaram o Brasil a recorrer ao FMI, o qual exigiu do Estado brasileiro um ajuste da política econômica na linha recomendada pela ortodoxia (MENINI, 2003). Uma medida de ajuste fiscal da União, estados e municípios foi viabilizada no Congresso Nacional e provocou o rombo das contas públicas em benefício do pagamento da dívida pública. A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que, apesar do nome, permite gastos sem limites em favor da finança capitalista, enquanto limita drasticamente os gastos sociais, passou a obrigar o pagamento dos encargos das dívidas pelos entes federados à União, que não poderiam mais sofrer cortes devido à imposição desta lei, criminalizando o administrador público que não priorize o pagamento da dívida pública.

A LRF passou a limitar os gastos sociais, as despesas com os servidores públicos da União, estados e municípios, destinando a maior parte do orçamento público para o superávit primário, reservando, dessa forma, recursos para o pagamento da dívida (AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA, 2009). Assim, a LRF criou contrato estável do Estado brasileiro em todas as suas instâncias (União, estados e municípios) com a finança capitalista. Ao impor o ajuste fiscal para a União, o

Distrito Federal, os estados e os municípios, o governo, garantiam superávits primários ao limitar os gastos da máquina pública e de investimento e obrigava à participação dos entes subnacionais na política em favor da finança capitalista, afetando diretamente a autonomia estadual.

O Estado brasileiro acomodou o aumento de gastos financeiros via elevação da carga tributária e redução da despesa de investimentos - em um processo de perda de capacidade do Estado para garantir a expansão da infraestrutura do País. E 1995, a carga tributária era de 29,22%, em 2003, atingiu os 35,63%, justamente o percentual dos recursos destinados a gasto público com o setor financeiro. Esse aumento se concentrou em tributos e contribuições sob controle da União (5,53%); muito pouco foi destinado aos estados (0,74%); e quase nada aos municípios (0,14%) (COSTA FILHO, 2014).

O projeto executado pelas elites “tucanas” (PSDB), que obteve relativo sucesso na política de estabilização monetária do Real, é a fonte principal de impedimento do desenvolvimento da economia brasileira, provocou uma desejada e passiva inserção da economia do Brasil na nova ordem global e criou uma armadilha de curto prazo, circular e cumulativa da lógica da finança capitalista, que tem os seus alicerces nas altas taxas de juros, nas metas inflacionárias, no superávit primário, na liberalização da conta de capital e no câmbio flexível.

Esse modelo provocou uma dinâmica em que o Estado foi posto a serviço da rentabilidade desses capitais, de modo que a dívida total, interna e externa do setor público e a dívida mobiliária interna federal apresentaram constante crescimento no período de 1994 a 2002. Em resumo: o governo de FHC implementou as medidas do Consenso de Washington e realizou medias de estabilização macroeconômica, com o objetivo de reduzir a inflação e de controlar as contas do governo; reformas estruturais de abertura comercial, desregulamentação dos mercados, privatização de estatais e de serviços públicos, a eliminação da maioria dos subsídios, liberalização dos preços e abertura financeira; e sinalizou par questão da prudência fiscal. Essas reformas da economia brasileira objetivaram ainda restringir o acesso político e popular, ao colocar as decisões de política econômica sob o controle da finança capitalista.

Depois da era de FHC, a política econômica do primeiro governo de Lula continuou a política

econômica passiva, que objetivou apenas a conquista da estabilidade monetária para obter superávit primário via redução dos gastos do setor público, com níveis de investimento público medíocre. Por pertencer a um partido supostamente de esquerda, o presidente Lula se viu obrigado a usar, simultaneamente, nessa realidade, três diferentes discursos junto à sociedade brasileira. Na área econômica, manteve a “continuidade virtuosa” que rendeu elogios à gestão de Pedro Malan e Armínio Fraga; para a militância petista, acentuou a existência de uma “herança maldita”; e, devido à contradição entre estes dois discursos (herança maldita e política econômica conservadora), procurou enfatizar um terceiro, que afirmava: “Não vamos olhar para o passado; vamos falar do futuro.” (BENJAMIN, 2003, n.p.).

O Governo Lula adotou uma política econômica mais dura do que a aplicada pelo Governo FHC. A justificativa dessa ação foi decorrente da necessidade de retirar a economia brasileira da crise em que fora metida pela política econômica do governo do PSDB. Demonstrando uma enorme boa vontade para com o mercado financeiro, por conta própria, o Governo Lula elevou o percentual de superávit primário para 4,25% do PIB em 2004, bem acima do exigido pelo FMI (3,88%) no seu primeiro mandato obteve superávit de 3,89%, em 2003, 4,17%, em 2004, 4,35%, em 2005, e 3,86%, em 2006 (OLIVEIRA, 2009).

Seguindo o que recomendava o Grupo Banco Mundial (GBM), o Governo Lula utilizou pessoal de quadros especializados que guardava forte ligação com a elite financeira internacional, como foi o caso da nomeação de Henrique Meireles (ex-presidente de Global Banking do Fleet Boston Financial) para presidir o Bacen e do médico sanitário Antônio Palocci para o cargo de ministro da Fazenda, objetivando estabelecer e garantir um diálogo com a finança capitalista, diminuindo a desconfiança e a incerteza do mercado financeiro.

Em fevereiro de 2005, o Governo Lula, atendendo ao capital financeiro, conseguiu aprovar a nova Lei de Falências. Esse ponto fazia parte da carta de intenções assinada por Antônio Palocci e Henrique Meireles com o FMI, em fevereiro de 2003. A nova Lei de Falências (lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005) defende os direitos dos credores, atendendo à lógica de submissão dos imperativos da acumulação financeira. A política de prorrogação e aumento da DRU, a manutenção da LRF e a extensão dessa medida para os níveis estadual e

municipal continuaram dominantes na administração de Lula, revelando a essência da política em defesa e em favor da finança capitalista. Não foi sem razão que no Governo Lula o Brasil passou a figurar na classificação de investment grade. Não foi sem razão também que, em 2010, o presidente Lula recebeu a inédita premiação de estadista global, em Davos.

No período do Governo Lula, o governo brasileiro continuou a sua política de adesão ao processo de transformação do Brasil em plataforma de valorização financeira internacional. Ainda no seu governo foi editada a medida provisória n. 281, em 15 de fevereiro de 2006, reduzindo a zero as alíquotas de IR para investidores estrangeiros, compreendendo “cotas de fundos de investimentos exclusivos para investidores não-residentes que possuam no mínimo noventa e oito por cento de títulos públicos” (BRASIL, 2006, Art. 1º, § 1º, inciso II).

O governo de Lula realizou um processo de substituição da dívida externa por dívida interna, com o processo de acumulação de reservas sendo altamente rentável para os rentistas, que, além de lucrarem com a valorização da taxa de câmbio, são remunerados às mais elevadas taxa de juros no mundo. Assim, essa dominância da finança capitalista sobre a política econômica do Governo Lula representa a essência do continuísmo da política iniciada desde 1999 (CARVALHO, 2004).

A obtenção de superávit primário para o pagamento de juros da dívida pública obrigou à elevação da carga tributária para 34% do PIB (FHC), sofrendo nova subida e atingindo os 36% de tributação (governos de Lula e Dilma Rousseff); entretanto, a gestão de Lula, na questão da seguridade social, manteve a medida de eliminação das aposentadorias por tempo de serviço (o fator previdenciário), criou a cobrança sobre o valor da renda dos aposentados e realizou a reforma na previdência dos servidores públicos.

Em 2007, o governo lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que apareceu como medida de retomada da tradição dos planos econômicos e como ação do Estado, com medidas que objetivavam favorecer o investimento e gerar emprego. Acontece que, mesmo após o início da crise global, o governo brasileiro demorou não somente a adotar as medidas para combater seus efeitos, como também somente aceitou as políticas heterodoxas, sob pressão de conjunto da sociedade e devido à mudança de postura dos responsáveis

pelas decisões econômicas nos países desenvolvidos e nos próprios organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial (KLIASS, 2011).

O Governo Lula não implementou um modelo econômico que rompesse com o modelo do governo de FHC, um modelo novo de política pública que promovesse a inclusão social; usou uma política de transição procurando erradicar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e reverter os vetores de exclusão e a miséria social conforme recomendavam as reformas de segunda geração do GBM. Desse modo, o Governo Lula não construiu nem utilizou um modelo que propiciasse ao País o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais. Essa linha foi propagandeada como se o governo do PT tivesse criado um círculo virtuoso de crescimento baseado no aumento de emprego e de salários, de elevação da produtividade e dinamismo baseado na expansão do mercado interno (OLIVA, 2010).

Acontece que o Governo Lula continuou com a filosofia dos programas sociais de FHC, incorrendo no erro grave de desconsiderar os conflitos e disputas entre as classes sociais, desconsiderou os rendimentos do capital, e ficou restrito ao âmbito das classes trabalhadoras e de seus rendimentos (mais pobres, não pobres e privilegiados) com uma lógica perversa das políticas sociais focalizadas e flexíveis, coerente com as recomendações das reformas do Estado de segunda geração dos documentos e relatórios do Banco Mundial, que seleciona indivíduos e famílias, por meio de critérios técnicos para ingressar nesses programas (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

No que diz respeito à política monetária do Bacen, essa continuou a atender ao regime de metas de inflação, com elevadas taxas de juros - as mais elevadas no mundo. Essa alta taxa serve não apenas para conter a demanda agregada e reduzir a taxa de crescimento econômico, mas também (a) eleva em demasia o déficit público, devido aos pagamentos dos serviços dessa dívida, e (b) aumenta o diferencial entre taxa de juros doméstica e taxa de juro internacional, que provoca permanente valorização do Real em relação ao Dólar, estimulando uma elevada entrada de divisas, que estimula maior entrada de recursos para aplicação de ativos financeiros no Brasil, reforçando novamente a valorização da moeda doméstica frente às moedas internacionais e levando à necessidade de emissão de títulos públicos, os

quais provocam novamente um crescimento na dívida interna pública. (CARCANHOLO, 2011).

Esta política causou fortes impactos no setor produtivo da economia nacional em virtude de provocar perda de competitividade das exportações brasileiras em decorrência da sobrevalorização cambial. Outra consequência nefasta diz respeito ao aumento da exposição cambial, pois a manutenção do dólar barato e, devido à diferença entre taxa de juros doméstica e taxa internacional, estimula o endividamento externo e provoca a ampliação do endividamento do setor público, devido à política de esterilização pelo acúmulo de reservas.

O impressionante esforço fiscal decorrente dessa política de pagamentos de juros determinada pelo Bacen levou à transferência de recursos para os credores da dívida pública, ou seja, para a camada mais rica da população, de, em média, 6,7% do PIB no período 2002-2009, mostrando um comportamento inadequado e uma estrutura de despesas excessiva do setor público, principalmente devido ao excessivo custo fiscal para pagar juro pelo Governo Lula (FONSECA, 2011).

O modelo do PT manteve o tripé da política econômica de lógica rentista que dominou a economia brasileira nos últimos governos, sempre em detrimento dos gastos sociais e dos investimentos públicos. O PIB ficou preso a um processo que impede o desenvolvimento econômico e que cria apenas a política econômica stop and go. Como o Governo Lula continuou implementando a política macroeconômica liberal, ocorreu o que afirmou Ricardo Antunes (2007, n.p.): “Nunca antes na história desse país um governo de esquerda fora tão generoso com os lucros dos bancos e dos grandes capitais, tão camaradas com os usineiros e por demais cordial com o agronegócio.”

O perfil dos gastos públicos brasileiros revela a lógica de atuação do setor público na administração de Lula. No período de janeiro de 2003 até dezembro de 2010, o Governo Lula arrecadou o total de 27,82% do PIB; por outro lado, gastou 32,01%. Com as rubricas (a) Serviço da Dívida, gastou-se a quantia de R\$ 1.665,2 bilhões (8,12% do PIB); (b) Transferências Constitucionais e Voluntárias para Estados e Municípios, R\$ 1.104,5 bilhões (5,39% do PIB); (c) com Previdência-INSS o gasto totalizou R\$ 1.377,7 bilhão, com 23,9 milhões de beneficiários (6,72% do PIB); e (c) o Custo Total com Pessoal da União, que compreende servidores civis e militares, ativos, aposentados e pensionistas, foi de R\$ 999,3 bilhões, com 2.208.596 beneficiários

(4,87% do PIB), totalizando R\$ 5.146,7 bilhões (25,11% do PIB); (d) comprometeram-se 90,23% das Receitas Totais (correntes e de capitais) no período, no valor de R\$ 5.704,0 bilhões (27,82% do PIB). As rubricas Saúde (1,81%); Defesa (1,58%); Educação (1,42%); e as demais atividades da União (2,10%) revelaram um déficit nominal fiscal de 4,19% do PIB (BERGAMINI, 2010).

O modelo econômico brasileiro apresenta como grupos vitoriosos, em primeiro lugar, o mercado financeiro, seguido pelos grandes grupos monopolistas que estão se internalizando e, em terceiro lugar, pelos grandes fornecedores de serviços ao Estado (empreiteiras, estaleiros, a cadeia que ganhará com o pré-sal). Até o secretário nacional de economia solidária do próprio PT, Paul Singer (apud GOMES, 2011), afirmou que a estratégia dos governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff é a formação de uma aliança com o sistema financeiro e o latifúndio, adversários da classe trabalhadora, de modo a que o governo do PT possa governar com tranquilidade.

Pode-se ainda inferir que o modelo do PT apresenta a perspectiva de que não existe este modelo virtuoso de crescimento econômico com redistribuição de renda (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007); que os êxitos na área social ocorreram não devido à política do governo, mas, na sua maioria, devido às políticas de Estado, em virtude da transferência de renda fruto da Constituição de 1988 (FAGNANI, 2011); que a economia brasileira não dispõe de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para resolver seus dilemas de competitividade e a questão da desigualdade social (BARBOSA, A., 2011).

O período de Lula seguiu a cartilha Pós-Consenso de Washington que recomendava realizar políticas sociais e compensatórias focalizadas; procurando obter metas de redução da pobreza. O Estado continuou atuando como parceiro, facilitador e catalizador da lógica em favor da finança capitalista; entretanto e, acima de tudo, ao utilizar as políticas sociais, esse Estado pareceu atuar em favor da população, do Estado do povo (PT). A elevação do gasto e da participação social por meio de políticas públicas focalizadas tem o objetivo legitimar junto à sociedade o governo do capital financeiro. Em síntese: o fracasso das medidas do Consenso de Washington de FHC obrigou a adoção do Pós-Consenso de Washington na gestão de Lula, empregando mediadas de política econômica que procuraram domesticar, cooptar, despolitizar e

neutralizar as lutas sociais da sociedade, via atendimento focalizado a demandas sociais e de combate à miséria, em favor dos totalmente excluídos. Veja o exemplo da política de reforma agrária, que, apesar do impressionante retrocesso dos últimos 12 anos, não encontra mais uma ação beligerante do Movimento dos Sem Terra (MST). A linha de atendimento focalizado a demandas sociais, a política de combate à miséria, as medidas parciais e focalizadas em favor dos totalmente excluídos ganharam apoio das massas de excluídos e respaldaram nas urnas a continuidade desse modelo.

Obtém-se resposta a respeito da lógica de funcionamento do modelo da economia brasileira: o objetivo desse projeto foi implementar na sociedade brasileira regras e instituições para diminuir os riscos e as incertezas dos agentes econômicos que participaram do processo de financeirização da economia; projeto esse que teve continuidade no governo Dilma I.

#### **4 O Governo Dilma Rousseff e as Recentes Medidas de Política Econômica**

Logo no início de primeiro Governo Dilma, a equipe econômica aprofundou a política econômica ortodoxa, com o Bacen elevando a taxa de juros e utilizando medidas macroprudenciais que forçaram a economia brasileira a pouso forçado na atividade produtiva. Esses erros, aliado aos efeitos desfavoráveis da crise global iniciada em 2007/2008, levaram a atividade econômica brasileira a permanecer em um ritmo bastante reduzido durante todo o período 2011 a 2014.

Embora a política ortodoxa liberal de metas de inflação (via juros elevados), câmbio flutuante (câmbio muito apreciado, na linha de populismos e da irresponsabilidade cambial, pois não apresentava preocupação com o déficit na conta de transações correntes) e superávit primário (em benefício do capital financeiro e, não do produtivo) tenham, posteriormente, direcionado para a linha de pragmatismo, não perdeu prioridade. Acrescente-se que a política de metas de inflação não serve para combater a inflação, pois esta é controlada por meio do câmbio apreciadíssimo e pela política de crescimento com poupança externa e âncora cambial, que somente estimula o rentíssimo e favorece ao sistema financeiro.

O sistema financeiro continuou a comandar a dinâmica da economia brasileira. A finança logo aprendeu a drenar o aumento da capacidade de

compra da população de baixa renda da economia, de modo a endividá-la a juros maiores que os praticados por agiotas em nível internacional, esterilizando, em grande parte, o processo redistributivo das políticas do PT. No que diz respeito às empresas nacionais, a taxa Selic bastante elevada desestimula o investimento, fragiliza a capacidade de reinvestimento das empresas, exacerba o processo de especulação e transforma o empreendedor nacional em rentista. Por fim, a política de superávit primário desvia e transfere para o setor financeiro mais de R\$ 220 bilhões dos tributos do governo, reduzindo a capacidade do setor público de realizar os investimentos em infraestrutura, e impossibilita atender adequadamente às políticas sociais (DOWBOR, 2015).

No governo Dilma I, a estratégia de crescimento da economia integrada aos mercados financeiros continuou vigente. Aconteceu uma elevada entrada de recursos em investimento direto, que, entretanto, seguiu a linha do carry-trade. Com essa prática, as empresas tomaram emprestado em dólares à taxa de juros real negativa e/ou trazendo recursos próprios como sendo para investimento direto; e desviando o dinheiro para o mercado financeiro e comprando títulos públicos que remuneram a taxas muito elevadas, ganhando ainda com a desvalorização do real e obtendo a garantia dos swaps cambiais, que representam um seguro fornecido pelo Bacen para as instituições financeiras e as empresas contra a desvalorização do Real.

As perdas do Bacen com as intervenções no mercado de câmbio com a política de swaps cambiais, decorrentes da alta do dólar, representaram aproximadamente 60% do aumento das despesas públicas. Em fevereiro de 2015, o Bacen, ao garantir o valor do dólar para a saída de recurso para os investidores internacionais, fez o Brasil gastar uma fortuna em juros, elevou a dependência de capitais voláteis, caríssimo, de curto prazo e de risco elevadíssimo, como financiador do déficit da balança de transações correntes.

O gasto com juros entre 2009 e 2015 se situou na faixa dos 5,2% do PIB, subindo para 6,1% no final de 2014. Em fevereiro de 2015, pulou para 6,7%. Nesse mesmo mês de fevereiro do corrente ano, o setor público gastou mais de R\$ 56 bilhões com juros, conta os R\$ R\$ 18 bilhões em janeiro. Desse total, a União foi responsável pelo gasto de quase R\$ 48 bilhões. Somente no primeiro bimestre

de 2015 a fatura de pagamento de juros atingiu o montante de R\$ 74 bilhões, ou seja, 8,69% do PIB. A dívida bruta do governo chegou aos impressionantes R\$ 3.386 trilhões (65,5% do PIB), mesmo diante de todo o grande esforço do setor público que tem obtido superávit primário desde 2010 a 2013 (FROUFE; WARTH, 2015).

Durante os quatro anos de governo, Dilma Rousseff jamais propôs um projeto de desenvolvimento nacional; não propôs qualquer plano contra o financismo e nem uma política de redução da carga financeira no orçamento público; e muito menos na economia em geral (KLIASS, 2013). No seu governo, a equipe econômica continuou com os pilares da política econômica liberal, o tripé: câmbio muito valorizado, metas do superávit primário, política de metas de inflação. O processo de desindustrialização seguiu se elevando e a economia brasileira caminha para ser novamente primário-exportadora; e prosseguiu o processo acelerado e profundo de desnacionalização da economia, com os grandes conglomerados estrangeiros adquirindo setores de educação, saúde, indústria de consumo, agronegócio, comércio, com os empresários brasileiros virando rentistas.

A administração do primeiro Governo Dilma deu continuidade à política neoliberal social e, diante das manifestações e insatisfação populares no período da Copa das Confederações, encaminhou propostas de reforma tentando responder à população e acalmar a sociedade. Nesse sentido, propôs reforma política, criminalização da corrupção, recursos para saúde, melhoria no sistema de transporte e verba para educação. Acontece que, nessa proposta, o primeiro pacto, colocado pela presidenta representa a defesa do capital financeiro. Em suas palavras:

O primeiro pacto é pela responsabilidade fiscal, para garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação. Este é um pacto perene de todos nos. Essa é uma dimensão especialmente importante no momento atual, quando a prolongada crise econômica mundial castiga com volatilidade todas as nações (KILASS, 2013, n.p.).

Posteriormente, devido à gravidade da situação e diante do receio da perda de apoio da finança internacional, a presidenta Dilma teve que ir pessoalmente a Davos, perante o reinado da comunidade do capital, para reafirmar que o Brasil se sujeitava às regras impostas pelos países hegemônicos e à doutrina liberal. Em Davos, voltou

a garantir que: “O controle da inflação e o equilíbrio das contas públicas são essenciais”, afirmou Dilma durante o discurso de cerca de meia hora.

Acrestentando então, que: “A estabilidade da moeda é um valor central do nosso país e não transigimos com a inflação”, disse.” (WASSERMAN, 2014).

O principal objetivo da economia brasileira é a responsabilidade fiscal, garantir a estabilidade da economia e o controle da inflação. Nesse sentido, o Estado Neoliberal Social brasileiro continuará a cumprir e trabalhar para sua fazer o capitalismo financeiro triunfar. No Brasil, a atuação do Estado nos governos de Lula e Dilma difundiu a retórica do mito do crescimento econômico, aplicando um projeto conciliador na linha do neoliberalismo com justiça social. Retórica essa que insiste em pintar um quadro de progresso social, apresentado como um marco de desenvolvimento econômico.

Os governos do PT, nesses últimos 12 anos, não representaram uma ruptura nem, muito menos, criou um modelo de desenvolvimento econômico progressista; sua linha de política econômica enquadra-se nas recomendações do Pós-Consenso de Washington, mais especificamente aplicando políticas sociais compensatórias e focalizadas, procurando trabalhar para obter metas de redução da pobreza e miséria e, finalmente, modernizar o Estado, para o capital.

Durante as últimas eleições, a sociedade brasileira se viu diante de três propostas de neoliberalismo: o neoliberalismo extremado e entreguista do PSDB (Aécio Neves), o neoliberalismo verde (Marina Silva) e o neoliberalismo social (Dilma Rousseff). A vitória apertada de Dilma revelou o acerto das recomendações do GBM (o apoio das massas de menor poder aquisitivo ao governo), mas também não escondeu os seus graves defeitos (deslegitimar a ação do Estado, por colocar a sua estrutura a serviço do capital financeiro e devido ao modelo penalizar a classe média), que criou um descontentamento generalizado pelas medidas de política econômica do Governo Dilma II.

Nesse contexto de país dividido, a imprensa apresenta as ressentidas medidas de política econômica do Governo Dilma II como um verdadeiro estelionato eleitoral. A presidenta Dilma Rousseff mentiu durante a campanha; mentiu ao não reconhecer que suas políticas econômicas levaram a uma grave crise na economia, além de estar aplicando justamente as medidas de política que recomendava o principal candidato perdedor.

Querem, acima de tudo, ligá-la à crise da Petrobras, que afirmam ser o maior escândalo de corrupção da história deste país (ARAÚJO, 2015).

Acrescente-se que, em um país com passado escravocrata e com uma elite retrógrada e conservadora, até a política social em favor da miséria é duramente combatida. Diante do ataque do aparato midiático conservador, do ódio político da burguesia ao PT, além do espírito golpista dos ricos brasileiros (que são realmente quem detêm o poder), a perda de credibilidade do governo forçou Dilma Rousseff a nomear Joaquim Levy (alto funcionário da finança brasileira) para o cargo de ministro da Fazenda (LUCENA, 2015).

Apesar da ênfase no tema inflação, o problema é o déficit em conta corrente que, em médio prazo, não é financiável. Recuperar a credibilidade externa é essencial para continuidade do financiamento do déficit do balanço da conta corrente. As medidas de política econômica seguem a mesma linha do Governo Lula, objetivando manter o projeto do PT de permanecer no poder. Todo o alarde conservador não permite perceber que a estratégia de ajuste fiscal provoca recessão e cria a capacidade ociosa que será aproveitada no ano de 2017 e, principalmente, em 2018, para turbinar o retorno de Luís Inácio Lula da Silva.

O ajuste fiscal não resolve os problemas do País. A política monetária (as diversas elevações de juros pelo Bacen) e a política fiscal (cortes fiscais e elevação de tributos) implicam em recessão, em ajuste de preços relativos da economia, com o ônus recaindo nos empregos e salários. No início do Governo Dilma II, a solução procurou fazer o “dever de casa” para reestimular a volta da confiança do investidor e, desse modo, levar a economia do País a retomar o caminho do crescimento econômico. Uma medida de política econômica baseada em cortes pesados no orçamento e em ajustes de preços administrados que serão repassados aos preços (tarifas de combustível e luz) irão pressionar a inflação e também empurrar uma economia com nível de atividade econômica baixa e cambaleante para um período de recessão, levando a uma crise, trazendo de volta o desemprego e agravando as perturbações sociais (NASSIF, 2015).

As medidas de Levy retiram direitos e prejudicam os sem emprego, os que vão perder emprego, os doentes, as viúvas e, toda setor que depende do gasto público; têm foco na redução da despesa pública para obter o equilíbrio orçamentário; agradam ao mercado e às agências de avaliação de

risco; e provocam crise e recessão desnecessárias, na linha de confirmação da “profecia autorrealizável”, antecipada pelos que eram críticos do governo. Havia outras saídas. A opção do futuro é construída e, em uma democracia, é construída politicamente.

Diante de uma nação que saiu dividida nas últimas eleições e perante uma sociedade dominada por políticos medíocres e sem expressão, a Direita, ultraconservadora e raivosa, somente ataca; pregou e conseguiu a implementação extrema do modelo liberal que, além de derrotado mais uma vez nas urnas, foi, vergonhosamente, sepultado no mundo desenvolvido devido à crise iniciada em 2007/2008. Do outro lado, tem-se uma Esquerda sem projeto e que não sabe o que fazer. Resultado: presença um enorme vazio político na sociedade brasileira com seu neoliberalismo social; sem outro projeto, assiste ao País caminhar para mais quatro anos perdidos em termos de desenvolvimento econômico.

Não é sem razão que a economia brasileira está semiestagnada. Desde 1980, o crescimento per capita brasileiro é inferior a 1%. No Governo Dilma, o crescimento foi medíocre e, em 2014, não apresentou crescimento. Em 2015, haverá recessão. O desempenho do Governo Dilma é semelhante ao do Governo FHC; o de Lula apresentou desempenho um pouco melhor devido ao boom das commodities (BRESSER-PEREIRA, 2015).

## 5 Conclusão

O Estado capitalista continua cumprir a sua sina de fazer o capitalismo triunfar também nesse período de domínio do capital financeiro. As Ideias antiestado, velhas em sua forma, disseminaram uma falsa oposição, a chamada teoria do pêndulo: Mercado X Estado. Acontece que só os ingênuos podem acreditar que o capitalismo vive sem Estado. O Estado faz parte de sua constituição orgânica; nasceu com o capitalismo, viabilizou a gênese e o desenvolvimento do capitalismo, cresceu e se expandiu em favor da economia de mercado. O capitalismo só triunfa quando ele se identifica com o Estado, quando ele é o Estado (BRAUDEL apud ARRIGHI, 1996).

O neoliberalismo não foi feito para promover a eliminação da miséria e da pobreza. No Brasil, a implementação do neoliberalismo social levou à redução da miséria e da pobreza de forma modesta. A sociedade brasileira ainda continua entre países com maior desigualdade no mundo. Mesmo com a

melhoria do IDH-M, o Brasil continua a ocupar uma posição de destaque no quesito desigualdade social e econômica no mundo contemporâneo.

O modelo da economia brasileira, ao utilizar políticas que têm diminuído a capacidade de intervenção do Estado, enfraquece a capacidade do Estado de realizar políticas públicas universais e abala a efetivação dos direitos sociais, pois o orçamento público está comprometido com o superávit primário e, por consequência, com o pagamento do serviço da dívida. Essa política econômica está inserida no conjunto das políticas neoliberais sociais em voga no País, comprometendo o crescimento e o desenvolvimento econômico em prol do favorecimento do capital financeiro. Apesar de toda a retórica de atendimento às demandas da sociedade, as prioridades do governo não são as que a sociedade necessita e deseja. Não é sem razão que não apenas as ações do governo perdem legitimidade, mas, acima de tudo, os políticos são alvo predileto de críticas da população.

As recentes medidas de política econômica do início do Governo Dilma II não representam uma mudança de rumo do modelo; diferente do querer fazer crer a ortodoxia e a mídia, dá continuidade à linha do Estado dominado pelo princípio da competitividade, do modelo de inserção passiva do Brasil no capitalismo global, de adesão ao Pós-Consenso de Washington e de servidão ao mercado; mercado este, o financeiro.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. Nunca mais. 27 out. 2007. Disponível em: <<http://23pps.blogspot.com.br/2007/10/artigo-de-ricardo-antunes-na-folha.html>>. Acesso em: 28 out. 2012.
- ARAÚJO, B. Presidente, o Brasil merece desculpas. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/214495-presidente-o-brasil-mercede-desculpas.shtml>>. Acesso em: 01 abr. 2015.
- ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. 5. reimp. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996
- AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. A crise e os trabalhadores. abr. 2009. Disponível em: <<http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Panfleto-Crise-abril-2009.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2012.
- BARBOSA, A. F. Debate econômico no País e seus fantasmas. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10. jan. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/inde10012011.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2011.
- BENJAMIN, C. A verdadeira herança maldita. 04 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.consciencia.net/2003/12/12/benjamin.html>>. Acesso em: 04 mar. 2005.
- BERGAMINI, R. Perfil do gasto público da União. 30 out. 2010. Disponível em: <<http://dornas2525.blogspot.com/2010/10/perfil-dos-gastos-publicos-da-uniao.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.
- BRASIL. Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. Diário Oficial

- da União, Brasília, 09 fev. 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/11101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/11101.htm)>. Acesso em: 03 fev. 2013.
- BRASIL. Medida provisória n. 281, de 15 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 fev. 2006.
- BRESSER-PERREIRA, L. C. A reforma do Estado dos anos 90. Lua Nova, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998.
- BRESSER-PERREIRA, L. C. Além do ajuste, um acordo político. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opinia0/214254-alem-do-ajuste-um-acordo-politico.shtml>>. Acesso em: 01 abr. 2015.
- CARCANHOLO, M. D. Política econômica e taxa de câmbio no (novo) governo. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, n. 259, p. 3-4, fev. 2011.
- CARVALHO, C. E. Governo Lula, o triunfo do neoliberalismo. Carta Maior, 26 abr. 2004. [online]. Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna\\_id=1574](http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=1574)>. Acesso em: 01 maio 2005.
- COSTA FILHO, S. Lei de Responsabilidade Fiscal: a institucionalização do Estado brasileiro em defesa do capital financeiro. 2014. 322 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, 2014.
- DOWBOR, L. Ladislau dowbor: "O sistema financeiro trava a economia do país". Disponível em: <<http://dowbor.org/2015/02/ladislau-dowbor-o-sistema-financeiro-atual-trava-o-desenvolvimento-economico-do-pais-setembro-2014-11p.html/>>. Acesso em: 03 mar 2015.
- FAGNANI, E. O PT e a Constituição de 1988. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 fev. 2011. Disponível em: <<http://sergyovitro.blogspot.com/2011/02/o-pt-e-constituicao-de-1988-eduardo.html>>. Acesso em: 02 mar. 2011.
- FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. A economia política do Governo Lula. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- FONSECA, M. A. R. Política fiscal no Brasil. Jornal dos Economistas, Rio de Janeiro, n. 259, p. 7-8, fev. 2011.
- FROUFE, C; WARTH, A. Setor Público gastou R\$ 56,33 bilhões com juros em fevereiro. Exame.com, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/setor-publico-gastou-r-56-33-bilhoes-com-juros-em-fevereiro>>. Acesso em: 31 mar. 2015.
- GOMES, Marcel. Aliança com sistema financeiro e latifúndio dá a PT tranquilidade para governar, diz Paul Singer. Carta Maior, 14 out. 2011. [online]. Disponível em: <[http://WWW.cartamaior.com.br/templates/materialMostra.cfm?material\\_id=18697](http://WWW.cartamaior.com.br/templates/materialMostra.cfm?material_id=18697)>. Acesso em: 14 out. 2011.
- KLIASS, Paulo. Anatomia de uma chantagem. 09 maio 2011b. [online]. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/16957-anatomia-de-uma-chantagem>>. Acesso em: 09 maio 2011
- KLIASS, P. O pacto de Dilma começa por mais austeridade fiscal? Disponível em: <[http://www.cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm\\_contenido\\_id=28758](http://www.cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm_contenido_id=28758)>. Acesso em: 28 jul. 2013,
- LOPREATO, F. L. C. O colapso das finanças estaduais e a crise da federação. São Paulo: Unesp, 2002.
- LUCENA, Eleonora de. 'Ricos nutrem ódio ao PT e a Dilma', afirma ex-ministro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1596370-ricos-nutrem-odio-ao-pt-diz-ex-ministro.shtml>>. Acesso em: 10 mar. 2015.
- MENINI, E. A. A Lei de Responsabilidade Fiscal. 2003. 199 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003.
- NASSIF, L.. Os paradoxos do ajuste fiscal de Joaquim Levy. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/noticia/os-paradoxos-do-ajuste-fiscal-de-joaquim-levy>>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- OLIVA, A. M. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil. 2010. 537 f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.
- OLIVEIRA, F. A. Economia e política das finanças públicas no Brasil. São Paulo: Hucitec. 2009.
- PAULANI, L. M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira. In: LIMA, J. C. F.; NEVES, L. M. W. Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006. p. 67-107.
- PAULANI, L. M. Brasil delivery. São Paulo: Boitempo, 2008.
- PIRES, Valdemir. Estado, mercado e tributação. São Paulo: Unimep. 1996.
- WASSERMAN, R. Em Davos, Dilma faz discurso sob medida, mas plateia espera ações concretas. BBC Brasil, 24 jan. 2014. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140124\\_dilma\\_discurso\\_davos\\_rw](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/01/140124_dilma_discurso_davos_rw)>. Acesso em: 25 jan. 2014.

**\* Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), economista, Mestre em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).**



# DE GRAMSCI A NYE: PROCESOS HEGEMÓNICOS EN LAS RELACIONES INTERAMERICANAS

## PODER DURO Y PODER BLANDO EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA HEGEMONÍA DE ESTADOS UNIDOS HACIA AMÉRICA LATINA EN LA SEGUNDA MITAD DEL SIGLO XX

POR FABRIZIO LORUSSO\*

**Resumen:** El artículo establece un diálogo entre los conceptos de hegemonía, coerción y consenso de Antonio Gramsci y los de poder duro y blando de Joseph Nye, aplicándolos a la dialéctica internacional entre Estados-nación y, específicamente, a la historia de las relaciones entre Estados y América Latina en la segunda mitad del siglo XX. Se propone la idea de flujo o proceso hegemónico, yendo más allá de una concepción estática en la construcción de la hegemonía, y se dan ejemplos basados en la realidad americana.

**Palabras clave:** Hegemonía, Flujo Hegemónico, Poder Duro, Poder Blando, América Latina, Estados Unidos, Gramsci, Nye

**Abstract:** This article institutes a dialogue between the concepts of hegemony, coercion and consensus in Antonio Gramsci's thought and those of soft and hard power by Joseph Nye. It applies them to the international dialectic between Nation-States and specifically to the history of the US-Latin American relations in the second half of the 20th century. The idea of hegemonic flow, or process, is proposed to overcome a static conception in the construction of hegemony. Examples based upon the Inter-American reality are given.

**Key words:** Hegemony, Hegemonic Flow, Soft power, Hard Power, Latin America, United States, Gramsci, Nye

### 1. Introducción

El presente artículo traza una línea de conexión entre el pensamiento del filósofo italiano Antonio Gramsci y el politólogo estadounidense Joseph Nye con el fin de generar un entendimiento y unos esquemas de interpretación de las relaciones entre Estados Unidos y América Latina, especialmente en la segunda mitad del siglo XX. Se crea, entonces, un diálogo entre los conceptos gramscianos de hegemonía, entendida como coerción y consenso ligados a una clase dirigente dentro de un Estado-nación, con la extensión de éstos a las relaciones internacionales entre países o bloques y, finalmente con los conceptos de poder duro y blando, popularizados por Nye. Para hacerlo se profundiza en la explicación de los conceptos de poder duro y blando, así como en las situaciones hegemónicas, de dominio y de consenso, en la idea de proceso o flujo dinámico en la construcción de la hegemonía y en el papel de las ideologías y los aparatos según la

visión del marxista francés Louis Althusser. Este marco teórico se aprovecha para la mejor comprensión de los paradigmas que han caracterizado las relaciones hemisféricas americanas y para aterrizar el análisis a algunos ejemplos prácticos de los elementos del hard y soft power que han definido la relación Estados Unidos-América Latina después de 1945.

### 2. Conceptos: hegemonía, dominio y consenso en Gramsci

Un acercamiento tradicional al concepto de hegemonía se refiere al ámbito de las relaciones internacionales entre Estados soberanos y la misma definición y uso común del lema la identifican como "la supremacía que un Estado ejerce sobre los demás" (ZINGARELLI, 2001, p. 358). En este sentido el concepto se acercaría más a la noción gramsciana de dominación o dirección política. En efecto, el marxismo precisó y amplió su definición

extendiéndola a las relaciones entre las clases sociales y aplicando el concepto de “clase dirigente hegemónica” en un dado bloque histórico, es decir, un momento histórico determinado por ciertas condiciones de la estructura y de la superestructura. La referencia principal para el tema es la obra del político y filósofo marxista italiano Antonio Gramsci (1891 – 1937), cuyas contribuciones más significativas fueron desarrolladas en la cárcel bajo el régimen fascista de Benito Mussolini y plantean la fundamental distinción entre el “dominio”, que se ejerce según modalidades fundamentalmente políticas, o bien, a través de la coerción en situaciones de crisis, y la “hegemonía”, que se liga a la sociedad civil y a las fuerzas culturales activas para legitimar y difundir concretamente el poder (WILLIAMS, 1980, p. 129). Es a mediados del decenio de 1970 cuando la obra de Gramsci se vuelve recurrente en el discurso teórico y político en América Latina. La emigración de intelectuales del Cono Sur, sobre todo chilenos y argentinos, a causa de los regímenes militares, fue uno de los elementos de difusión del llamado “marxismo olvidado” (Luxemburgo, Lukacs, Bujarin y el mismo Gramsci) en la región (LORUSSO, 2004).

En la filosofía moderna, el concepto de praxis suele identificarse con un componente fundamental de la filosofía marxista, que destaca la importancia de las actividades de transformación del mundo frente a una pura actitud teórica hacia los problemas. Gramsci desarrolló una filosofía de la praxis en la cual la práctica era la base de todo cuerpo teórico. Aunque el mismo Gramsci reconoce que “el principio teórico – práctico de la hegemonía” es “el aporte teórico máximo de Ilich (Lenin) a la filosofía de la praxis” (GRAMSCI, 1971, p. 46), fue él quien se preocuparía de definir la hegemonía como un concepto que incorporara también el liderazgo cultural ejercido por la clase dirigente, mientras que la coerción, que asemejamos al dominio, se refiere sobre todo al campo de la predominancia económica y del aparato estatal, es “ejercida por los poderes legislativo y ejecutivo, o se expresa en una intervención policial” y “asegura legalmente la disciplina de aquellos grupos que no consienten ni activa ni pasivamente...” (GRAMSCI, 1972, p. 16). Sigue que la revolución y la conquista del control de los aparatos del Estado y de la producción no serían suficientes para convertir al proletariado en “clase dirigente”, ya que sería preciso lograr también un liderazgo cultural sobre el resto de la sociedad. La contribución del comunista italiano se orientó a

reformular la relación entre estructura y superestructura como vínculo dialéctico complejo y no mecánico, ya que en ésta última se dan la disgregación y agregación de las fuerzas políticas actuantes, lo que va conformando el espacio de la hegemonía (RITZER, 2000, p. 252). En síntesis, la estructura crea un dado contexto para el nacimiento de ciertas formas de pensar y actuar las cuales, al pasar por las mentes de los hombres, se convierten en conciencia social e ideologías. Por ello, no hay tanto una relación mecánica de causa–efecto, sino que la estructura económica se vuelve cultura, política y conciencia con dinámicas autónomas propias: se trata del campo de la hegemonía, es decir, donde se constituyen las voluntades generales que se orientan a la acción, ya que “sin teoría política revolucionaria no hay práctica revolucionaria” (KANOUSI; MENA, 1988, p. 27).

Cabe subrayar el papel fundamental del Estado en la creación y reproducción de una situación hegemónica de clase o, en el caso de las relaciones internacionales, entre países distintos: las condiciones de influencia que se puedan obtener antes de tener el poder del Estado y de sus aparatos son limitadas, sobre todo para la clase obrera, porque, como afirma el mismo Gramsci:

crear un grupo de intelectuales independientes no es cosa fácil; requiere de un largo periodo de acciones y reacciones, de coincidencias y separaciones y el crecimiento de numerosas y complejas formaciones nuevas. Es la concepción de un grupo subalterno, sin iniciativa histórica, en continua pero desorganizada expansión, incapaz de ir más allá de cierto nivel cualitativo que permanece, sin embargo, todavía por debajo del nivel de su posesión del Estado y del verdadero ejercicio de la hegemonía sobre toda la sociedad que es la única que permite cierto equilibrio orgánico en el desarrollo del grupo intelectual (GRAMSCI, 1975, p. 1860-1861).

En este sentido, los flujos de intercambio superestructural entre países y bloques regionales pueden entenderse como construcciones de influencias culturales, académicas y políticas, así como de visiones hegemónicas compartidas en un ámbito de interdependencia ya no nacional, sino internacional, entre actores estatales, organizaciones y personas. Volviendo a Gramsci, las fuerzas de propagación y legitimación pasan a través de la integración de una clase de intelectuales que tienen un papel en todos los niveles de la sociedad y no simplemente en la “cultura” en sentido estricto, es decir, son

un estrato social entero que ejerce una función organizativa en sentido amplio, sea en el campo de la producción o de la cultura o en el de la política

administrativa. Corresponden a los suboficiales en el ejército y también en parte a los altos oficiales que surgieron desde abajo” (GRAMSCI, 1975, p. 2041).

Gramsci asigna a los intelectuales una función que es a la vez organizadora e ideológica, enfatizando en el aspecto organizador de la ideología. Por lo anterior, se da una definición funcional y, al mismo tiempo, históricamente determinada de las capas intelectuales que serían los empleados del grupo dirigente para ejercer las funciones de la hegemonía social y del gobierno político (VACCA, 1983, p. 148). Este grupo se define como “orgánico” cuando presente dos características generales: (1) pertenecer como categoría al mismo periodo histórico que la clase nueva (o el país o institución) que los crea o los elabora y (2) dar a esta misma clase (o país, institución) homogeneidad y consciencia de su propia función, no sólo en el terreno económico sino también en el social y político (SHOWSTACK, 1988, p. 152-153). La concepción gramsciana del Estado–proceso identifica a este último como un conjunto dinámico y antagónico de reglas, de funciones, de saberes y de prácticas, globalmente unido a la reproducción de las relaciones sociales capitalistas, pero relativamente autónomo, en el cual se desenvuelve la lucha entre hegemonías: ésta se desarrolla gracias al papel del partido que reagrupa las funciones dirigentes del proceso y produce los núcleos fundamentales de un nuevo proyecto hegemónico (VACCA, 1983, p. 49-50).

### 3. Hard y Sof Power, “paquete” y “flujo” o “proceso” hegemónicos

El concepto de hegemonía, integrado por los elementos del consenso y de la dominación, se puede aplicar desde el nivel de la lucha de clases, interna a una comunidad nacional, hasta un entorno geopolítico más amplio determinado por actores de alcance global como los Estados, las organizaciones internacionales y los grupos y alianzas, tanto económicas, por ejemplo los bloques de integración regional, como militares: en este sentido, se han ido afirmando en la literatura los términos de soft power (“poder blando”) y hard power (“poder duro”) que, viendo sus deficiencias, se pueden asociar grosso modo a los conceptos originarios de consenso y dominación aplicados a las relaciones internacionales (NYE, 2005, p. 11). Dentro de una propuesta político-académica para perpetuar la hegemonía norteamericana, Joseph Nye Jr., académico de Harvard quien fue asesor del

ex presidente de EUA, William Clinton, definió el poder blando como la capacidad de “lograr que otros ambicionen lo que uno ambiciona” (NYE, 2003, p. 30), en contraposición a la concepción tradicional que identifica el poder de un Estado meramente con el poder duro, a saber, básicamente la fuerza militar y la potencia económica, utilizadas para conseguir que los otros hagan lo que nosotros deseamos y no necesariamente para que “piensen” o deseen como nosotros. Entonces, hay formas indirectas de ejercer el poder, ya no limitado a elementos materiales y cuantificables, directamente controlables y de tipo político, pues

Nye resalta la existencia de otra serie de factores inmateriales, no siempre controlables por el entramado gubernamental, y que sin embargo, son capaces de contribuir tanto o más que la presión militar y la coerción económica a la consecución de los objetivos marcados por una nación. La popularidad de la producción artística, musical y cinematográfica de un país, su prestigio científico y educativo, su atractivo turístico, su capacidad para exportar modas y tendencias, la calidad de vida, su gastronomía, etc. son elementos cuya capacidad de movilización de voluntades sigue una línea ascendente (TORRES SORIANO, 2005, p. 30-31).

De lo anterior se deriva que un país lograría mejor las finalidades que se propone, o por lo menos tendría la posibilidad de hacerlo, cuando los demás tienen voluntad de seguir su modelo, sus valores y ejemplo, motivados por la proyección que aquél logra difundir acerca de su deseabilidad, de su prosperidad y éxito (NYE, 2003, p. 30).

En la segunda posguerra, se manifiesta la exigencia de resolver una disyuntiva entre dos grandes construcciones contrapuestas: el americanismo y el comunismo, entendidos como bloques ideológicos y meta-relatos de la época de la Guerra fría, los que renuevan el ejercicio de una función dirigente como combinación de fuerzas nacionales y se proyectan hacia una hegemonía más amplia y externa, tratando, asimismo, de enfrentar los grandes problemas que habían emergido en el nuevo orden mundial (OTTOLENGHI; VACCA, 1988, p. 290). En el plano de las relaciones internacionales, la construcción de un bloque bajo la jefatura de Estados Unidos (EEUU o EUA) después de 1945 se articuló gracias a la elaboración de delicados equilibrios, alianzas y compromisos que se apoyaban en el reconocimiento de su predominio económico y militar y, sobretudo, en la fundación del consenso, el elemento básico que completaría y estabilizaría la constitución de la hegemonía internacional estadounidense desde las décadas de su auge

hasta los años setenta. “No se gobierna sin el consenso” (OTTOLENGHI; VACCA, 1988, p. 291), afirmaba en 1987 el Secretario del Partido Comunista Italiano Alessandro Natta, entrevistado acerca de la aparente contradicción entre la articulación democrática de las sociedades y el concepto de hegemonía que, en su opinión, se había mal interpretado en términos autoritarios y antipluralistas, al descuidar su continua necesidad de legitimarse y perdurar para dar soluciones válidas a los problemas de toda la sociedad sin que esto signifique la aplicación del mero dominio o coerción.

Son los instrumentos ideológicos, culturales y propagandísticos los que in primis construyen el resultado del consenso en la superestructura. Éste, junto al poder duro (económico y militar), expresado por el concepto de dominio, conforman a la hegemonía en su acepción más amplia. Este concepto “enriquecido” o más amplio, con respecto de las definiciones comunes, de hegemonía, integrada por los elementos del consenso y de la dominación, se puede aplicar desde el nivel de la lucha de clases, interna a un Estado-nación, hasta un entorno geopolítico más amplio, determinado por actores de alcance global como los Estados, las organizaciones internacionales, ya sean gubernativas o no, las empresas transnacionales y los bloques y alianzas, tanto económicas como políticos y militares. Al respecto, hablar del “americanismo”, expresado por el apego a los modelos económicos y culturales característicos o típicos de los Estados Unidos de Norteamérica, significa hacer hincapié en el peso de la superestructura, de la ideología y de los patrones de influencia cultural en su relación orgánica con las estructuras económicas y militares, ya que todas éstas:

se estrechan en una relación tal que, en cada faz de ellos, se perciben las articulaciones que la unen a los otros elementos y lados de la relación. En la misma superestructura se introducen, si así puede decirse, elementos ‘materiales’, ligados al organicismo de la ‘masificación’ de las funciones intelectuales, al carácter nuevo de la relación masas-política, en la que Gramsci resignifica explícitamente la relación consenso-fuerza (DE GIOVANNI, 1981, p. 142).

Por lo anterior, utilizar las categorías de “estructura material” y de “superestructura”, referibles respectivamente a los ámbitos del poder duro y blando, en la relación Estados Unidos-América Latina no implica separarlas rígidamente y considerarlas independientes, sino verlas en sus interacciones puesto que, por ejemplo,

un ejercicio de influencia en campo económico y comercial, e inclusive militar, no puede desligarse de los elementos blandos, superestructurales, que lo acompañan, como son los modelos de comportamiento o la admiración y dependencia que genera en los receptores. O bien, ese ejercicio puede relacionarse originalmente con los elementos de la cultura local, separarse de su origen puramente material para convertirse en un objeto de culto o un artefacto cultural asimilado (JAIN, 2002, pp. 224-229). Por tanto, hablamos de una hegemonía formada por elementos blandos y duros, de consenso y de coerción, tanto a nivel interno, en un bloque histórico dentro de un país, como a nivel externo, en el contexto de las relaciones internacionales. Y hablamos de proceso hegemónico para enfatizar en la idea de flujo, de construcción dinámica de sus elementos.

Así que la hegemonía como proceso activo, dinámico, en movimiento y construcción, más que como estructura o sistema dado, puede valerse de la categoría de los “flujos” o procesos hegemónicos o de influencia, que dan la idea de la hegemonía como transcurrir y evolución, mientras que, en cambio, la idea de “paquete hegemónico” o “situación hegemónica” se refiere a un momento histórico preciso y a los elementos que, en ese momento, componen la hegemonía y que, sin embargo, pueden variar en calidad e intensidad: es una fotografía de la situación en los términos de la hegemonía y de los elementos que la componen, ya sean blandos, de consenso, o duros, de coerción (LORUSSO, 2007). Se trata entonces de “un complejo efectivo de experiencias, relaciones y actividades que tiene límites y presiones específicas y cambiantes” (WILLIAMS, 1980, p. 135).

Por el otro lado, las reacciones que surgen de la hegemonía se renuevan continuamente en sus modalidades de lucha y apropiación creativa, ya que su realidad no se configura como un sistema totalitario y completo, sino que deja espacio para oposiciones, asimilaciones y alternativas, aunque éstas, de alguna manera, se relacionan con la hegemonía dialécticamente y pueden, incluso, llegar a ser consideradas como parte del mismo sistema de poder y no como acciones o categorías realmente externas. Por lo tanto, se reconoce una “interconexión y organización más o menos adecuada de lo que, de otro modo, serían significados, valores y prácticas separadas e incluso dispares que este proceso activo incorpora a una cultura significativa y a un orden social efectivo”

(WILLIAMS, 1980, p.137), en el sentido de que hay un diálogo constante entre lo hegemónico y sus contendientes, lo no-hegemónico y contra-hegemónico. Asimismo, este proceso conlleva la posibilidad de definir la hegemonía como “democrática”, ya que el control sobresaliente de tipo ideológico sobre otros grupos equivale al debilitamiento del papel de la sociedad política y de la coerción, lo cual se refleja en los fenómenos del nacimiento y refuerzo de la opinión pública y de la progresiva división de los poderes (GRAMSCI, 1962, p. 200).

#### **4. Situaciones hegemónicas, ideologías y aparatos**

En su análisis sobre Gramsci, el historiador francés Hugues Portelli (1973, 1988) sintetiza dos situaciones con respecto a la hegemonía que se pueden extender igualmente a la realidad histórico-política internacional: la primera es la hegemonía, la cual se resume en el prevalencia de la sociedad civil sobre la sociedad política mientras la clase central, más dirigente que dominante, se sirve de los intelectuales del “bloque histórico” (GRAMSCI, 1962, p. 34 Y 62) para crear el consenso; la segunda situación, definida como dominación, resulta más difícil de perpetuarse por sí sola e implica un adelanto de la sociedad política que se sirve de la propaganda y de los intelectuales para neutralizar al resto de las clases con base en una “coerción inteligente”. El aspecto principal de la hegemonía de la clase dirigente está en su monopolio intelectual visto que

“los intelectuales de la clase históricamente (y desde un punto de vista realista) progresiva, en las condiciones dadas, ejercen una tal atracción que acaban por someter, en último análisis, como subordinados, a los intelectuales de los demás grupos sociales y, por tanto, llegan a crear un sistema de solidaridad entre todos los intelectuales, con vínculos de orden psicológico (vanidad, etc.) y a menudo de casta (técnico – jurídicos, corporativos, etc.) (GRAMSCI, 1970, p. 487).

Por lo anterior, se distinguen básicamente tres grupos: la clase fundamental que dirige el sistema hegemónico, los grupos auxiliares que integran su base social ampliada aliándose con el primer grupo y, en fin, los excluidos o pasivos que serían las clases subalternas. Con respecto de las relaciones dialécticas entre estos grupos, existen, además de la hegemonía y de la dominación, otras tres situaciones intermedias: las primeras dos son inevitablemente transitorias y la otra, llamada transformismo, puede resultar más estable y reproducirse por un largo periodo.

La primera se refiere a la hegemonía antes de la toma del poder, cuando la clase que se vuelve dominante opta por una política de alianzas, y la segunda sería la dictadura, cuando esta clase pierde el control de la sociedad civil y se sirve casi exclusivamente de la sociedad política para el control de las clases subalternas en una fase caracterizada por su general decadencia. En este caso, la disgregación del bloque histórico preexistente sustituye la atracción espontánea por la coacción, más o menos disfrazada e indirecta, “hasta llegar a las medidas de policía propiamente dichas y a los golpes de Estado” (GRAMSCI, 1970, p. 488). La tercera situación, el transformismo, implica una preeminencia de la sociedad política sobre la sociedad civil, en la cual la clase dominante solamente mantiene su dominación sobre las clases subalternas fomentando su pasividad política, separándolas de sus élites y absorbiéndolas de alguna forma en su clase (PORTELLI, 1988. P. 90). Históricamente el transformismo, sobretodo en el caso italiano, fue un proceso orgánico que se realizó con la integración de los intelectuales de las clases subalternas a la clase política para crear alianzas variables y amplias entre las fuerzas políticas que forman así un consenso inestable. El resultado es una “absorción gradual, pero continua y obtenida con métodos de desigual eficacia, de los elementos activos salidos de los grupos aliados y hasta de los grupos adversarios y que parecían enemigos irreconciliables”(GRAMSCI, 1970, p. 486), lo cual se junta a la negativa de la clase dominante a todo compromiso con las subalternas y asimismo al subempleo de sus jefes para integrarlos ideológicamente. En este sentido, la absorción ideológica es la “más potente maquinaria para conformar las nuevas fuerzas” (GRAMSCI, 1950, p. 256) a los intereses de la clase dominante. Crear consenso genera estabilidad.

El pensamiento del filósofo francés Louis Althusser, con su noción de ideología, definida como una representación imaginaria de las condiciones reales de existencia de los individuos, y su consecuente interpretación de los sujetos, es decir, los entes creados y sujetados por la misma ideología desde el momento en que nacen como seres sociales, representa otro posible arranque para aterrizar los conceptos de coerción e ideología o bien de hard y soft power (poder duro y blando) utilizados en este trabajo (ALTHUSSER, 1970, p. 123). La presencia de la ideología, que según Althusser (1970) representa el instrumento más

eficaz para la continua reproducción de la fuerza de trabajo y de los medios productivos, se apoya en la constitución de los aparatos ideológicos del Estado que se dividen en religiosos, escolares, familiares, jurídicos, políticos, sindicales, de información y culturales. Mientras que el aparato represivo puro del Estado funciona con el uso de la violencia, los aparatos ideológicos funcionan con ideologías y resultan necesarios para “detentar durablemente el poder del Estado” (ALTHUSSER, 1970, p. 110-112).

Por lo que se refiere a las relaciones internacionales, se identifica un proceso de construcción tanto del poderío militar y económico como del consenso en torno a la hegemonía en una escala regional y global, lo que se realiza por medio de aparatos ideológicos y coercitivos que se pueden calificar según las categorías de Althusser y que son interdependientes también en el ámbito internacional. Éstos son empleados en formas y medidas variables en las distintas fases históricas, marcadas por diferentes grados de predominio y aceptación de la hegemonía internacional por parte de los otros países (ISTITUTO GEOGRAFICO DE AGOSTINI, 1996).

### **5. Poder duro y blando en la construcción de paradigmas hemisféricos**

Para establecer un paralelo con el punto de vista de los equilibrios entre potencias en las relaciones internacionales, se puede dar el ejemplo de una situación hegemónica que corresponde a una fase ascendente, en la cual prevalece un consenso relativamente aceptado en la comunidad internacional y el poder de influencia se basa en el *soft power*<sup>1</sup>; asimismo, existirá una situación hegemónica caracterizada por la dominación basada en un creciente empleo del *hard power*, en la que se cuestionan seriamente los fundamentos hegemónico-culturales de la potencia líder, sin que ésta haya perdido necesariamente su poder real de injerencia militar y condicionamiento económico. Por lo tanto resulta fundamental la distinción entre el “dominio” y la “hegemonía”, donde el primero se refiere al poder duro y efectivo, normalmente de tipo económico y militar, mientras la segunda sería algo que incluye y excede al primero gracias a los instrumentos del consenso ideológico y cultural. Justamente el consenso representa lo que la hegemonía agrega a la mera dominación.

Por lo anterior, una construcción hegemónica duradera necesitaría los dos elementos a la vez y pasaría por distintas fases en las cuales prevalezca

el uno o el otro elemento. Al respecto, sobresale el papel activo de la sociedad civil, es decir “el conjunto de los organismos vulgarmente llamados privados... y que corresponden a la función de hegemonía que el grupo dominante ejerce en toda la sociedad” (GRAMSCI, 1972, p.16), la que se contrapone y está en la base de la sociedad política identificable como el Estado en un sentido más estricto. La sociedad civil puede configurarse bajo tres aspectos complementarios que pueden entenderse como: ideología de la clase dirigente, concepción del mundo difundida entre todas las capas sociales o dirección ideológica de la sociedad, a su vez dividida en tres subniveles. Estos son: la ideología propiamente dicha, la estructura ideológica (instituciones y organizaciones creadoras) y los instrumentos técnicos de difusión.

Estas categorías generales son instrumentos útiles para describir y revelar los rasgos de las acciones ideológicas que han jugado un papel importante en la relación entre Estados Unidos y América Latina. La descripción de las polifacéticas aplicaciones de instrumentos de presión o influencia, ligados a la construcción dinámica de la hegemonía estadounidense, a lo largo de las últimas seis décadas, constituye un tema prioritario del análisis de los flujos hegemónicos entre los dos polos. Estos se definen como flujos relacionados con el ejercicio de una hegemonía en el nivel internacional, arrancando de la idea de la “hegemonía-proceso”, vista como concepto histórico en movimiento y como acción marcada por ciertas pautas y categorías que, si bien se refieren principalmente al campo de la sociedad civil, de la construcción del consenso y por ende de la ideología, también van a referirse a la sociedad política, al aspecto coercitivo, al dominio o *hard power*. Por lo tanto, sus componentes variables en el tiempo son un objeto relevante de estudio así como sus respectivas subdivisiones. Primero, entre *hard* y *soft power*, flujos de poder duro y blando; segundo, entre acciones y reacciones cíclicas desde los Estados Unidos hacia América Latina en el ejercicio de las diferentes caras del poder (blando y duro) las que, desde luego, generan respuestas y asimilaciones, adaptaciones y reacciones desde Latinoamérica. Los dos esquemas que siguen sintetizan los elementos distintivos de dos estilos o ejercicios de poder en el hemisferio occidental, los que he venido tratando en el análisis: el primero de tipo “hegemónico” implica el uso eficaz del *soft power* y la creación de un consenso ideológico

entorno a un poder que, de todas maneras, se mantiene predominante igualmente por lo que concierne el hard power económico–militar; el segundo paradigma, llamado coercitivo, corresponde al dominio o coerción de matriz gramsciana y, en las fases de decadencia del ciclo hegemónico, tiende a prevalecer sobre el poder blando. El uso de la fuerza empieza, entonces, a compensar las pérdidas de consenso en la arena regional o global.

acción capaz de lograr el manejo completo de las palancas ideológicas y materiales, ligadas a la construcción del poder blando y duro, por parte del conjunto de aparatos al mando de una potencia o Estado-nación: éstos son heterogéneos y gozan de grados distintos de autonomía, por lo que orientan y logran de diferentes maneras sus ejercicios de influencia y resultados. La Tabla 1, referida a un esquema gramsciano en las relaciones internacionales, se completa con la siguiente,

Tabla 1. Paradigmas de orden hemisférico (VARAS, 1992).

Hegemónico	Coercitivo
<i>1. Instituciones y procesos de decisión</i>	
Multilateralidad	Bilateralidad
Intereses colectivos institucionalizados	No intereses colectivos institucionalizados
Instituciones multidimensionales	Instituciones mono – temáticas
<i>2. Regulaciones</i>	
Límites al comportamiento hegemónico	Mano libre
Reparto centralizado de bienes comunes	Reparto competitivo y de libre mercado
<i>3. Soberanía</i>	
Igualdad formal de los países	Desigualdad de los países
Defensa colectiva	Seguridad nacional
Seguridad regional a través de militares profesionalizados	Politización e intervención de los militares
Enfoque orgánico hacia los asuntos estratégicos regionales	Autismo estratégico
<i>4. Participación</i>	
Relativamente distribuida	Proceso de toma de decisiones concentrado y centralizado
Liderazgo	Soluciones inestables
<i>5. Formación de bloques</i>	
Competencia entre bloques	Coerción intrabloque
Uso de incentivos económicos	Uso de amenazas

Lo anterior no implica la existencia de un proceso de toma de decisiones completamente racional y consciente con el cual una potencia pueda controlar al 100% las políticas de influencia hegemónica internacional y sus efectos: como señaló Marc Bloch, “un sistema social se caracteriza no sólo por su estructura interna sino también por las reacciones que produce” (BLOCH, 1970, p. 169) y, por tanto, siempre existen y evolucionan espacios de negación o inversión de la ideología dominante que moldea ese sistema, y los efectos externos son incluso, a veces, muy difíciles de medir sobre todo con relación al poder blando (SCOTT, 1999, p. 117). En este sentido, no hay “un plan totalizador”, una

referida al poder duro y blando.

La lenta progresión de un país hacia momentos de dominación económica y militar, así como hacia el establecimiento de un consenso compartido y legítimo, representa, más bien, un proceso dialéctico no lineal que pasa constantemente por intereses, compromisos internos y mediaciones entre actores variados y contrapuestos, tanto en el contexto interno, entre instituciones, clases, sociedad civil y política, como en el ámbito externo, entre países, bloques e instituciones internacionales. Además, como señala Nye, la posibilidad concreta de controlar el poder blando y las percepciones de la opinión pública en países

Tabla 2. Poder duro y poder blando, síntesis (NOYA, 2005)

<b>Poder duro</b>	<b>Poder blando</b>
Coerción	Persuasión, ideología
Realidad material	Imagen, simbólico
Económico, militar	Cultural, valores
Control externo	Autocontrol
Información	Credibilidad, prestigio
Gobierno	Sociedad
Directo (controlable por el gobierno)	Indirecto (no controlable)
Intencional	No intencional (subproducto)

terceros ha sido el talón de Aquiles de la política norteamericana y ha creado un elemento de imprevisibilidad importante (NYE, 2003, p. 33). Por ello, no se quiere sostener la idea de que haya un agente unitario, ya sea un gobierno o un Estado u organización, que orgánicamente ejerce un control total y coherente sobre todos los elementos de su poder blando y duro con el fin de ejercer un flujo hegemónico de influencia. La creación de la hegemonía, entendida como proceso y como situación, es compleja, no completamente dirigida o pensada, y no da un resultado unívoco y predecible del todo, sino que resulta de un conjunto de políticas, prácticas, culturas y actos, atribuibles a diferentes actores e ideologías, a veces contrapuestas o contradictorias.

### **1. Elementos del poder duro y blando en la relación EEUU-América Latina**

Dentro de este marco, para aterrizar los conceptos con ejemplos, se especifican en seguida los elementos principales de la relación continental americana, sin ahondar en cada uno de ellos, pero sugiriendo pautas para futuras investigaciones basadas en el cuadro teórico presentado en el artículo. La construcción de los flujos duros y blandos de Estados Unidos hacia América Latina en la segunda mitad del siglo XX, después de que la victoria en la Segunda Guerra Mundial consagró a nivel global la hegemonía estadounidense, sólo limitada por el nacimiento de un bloque “socialista” (o bien, de capitalismo de estado y planificado) bajo el control de la Unión Soviética, se puede organizar según su naturaleza. La persistencia hegemónica de los Estados Unidos, tras la década de los choques petroleros (1973 y 1979) y el derrumbe del

sistema de Bretton Woods (1971), el fin de la Guerra fría (1989) y los atentados del 11 de septiembre 2001, no ha sido realmente puesta en jaque a nivel de “poder duro”, ya que este país siguió acumulando capacidad económica y militar, sino más bien a nivel blando, pues su influencia ideológica y cultural ha sido cuestionada y han surgido competidores: no obstante, EUA se considera todavía en la cúspide del sistema mundial (GAMBINA, 2002, p. 114), pese a que la fase hegemónica actual (siglo XXI) es de declive relativo con respecto al medio siglo anterior y el mix de las formas de ejercicio de la influencia norteamericana se ha orientado más hacia el poder duro que hacia el “consenso” (NYE, 2004). Esta clasificación tentativa se basa principalmente en los trabajos sobre EUA y América Latina de Cockcroft (2001), Rouquié (1985), Chevalier (1977, 1999), Knippers Black (2005), Urquidi (2005), Lorusso (2012), Zanatta (2012), Bertaccini (2014), Inzunza, Pardo y Ferri (2015), Hartlyn, Schoulz y Varas (1992), y Lowental (1991), que ven las relaciones internacionales en las Américas bajo perspectivas históricas y políticas.

Los principales flujos de hard power de la hegemonía norteamericana en América Latina pueden ordenarse según un (A) Patrón económico y financiero que incluye: (1) Comercio, inversión, enclaves productivos y tratados (normalmente de tipo asimétrico); (2) Flujos financieros y asistencia durante la Guerra Fría (para combatir al “peligro rojo”); (3) Flujos financieros subordinados a la aplicación de políticas económicas pro-mercado y de ajuste en la “era neoliberal” (desde las década de 1970 y 1980); (4) Embargos económicos. Y un (B) Patrón militar que se desglosa en: (1) Invasiones y



presencia militar en territorios de otros países; (2) Operaciones de inteligencia y de acción encubierta; (3) Instalación de bases, comandos y puestos militares; (4) Entrenamiento y financiación, ya sea abiertos o secretos, de tropas, paramilitares y personal militar (o civil) latinoamericano; (5) Tratados en materia militar o de seguridad. El (C) Patrón político-diplomático consiste en medidas como (1) Ruptura de relaciones diplomáticas; (2) Comunicados a embajadas y audiencias de representantes diplomáticos; (3) Retirar (más o menos temporalmente) a embajadores y cónsules o imponer sanciones a funcionarios extranjeros dentro y fuera de Estados Unidos.

Bajo el punto de vista del poder blando se reconocen flujos de: (A) Propuestas integracionistas como (1) El Panamericanismo/Interamericanismo y el trabajo de influencia de sus instituciones; (2) Las doctrinas (por ejemplo, Monroe y Roosevelt) de unión continental y de política exterior norteamericana; (3) Las propuestas (sobre todo sus relacionados instrumentos “promocionales” e ideológicos) de tratados de libre comercio continental (ALCA-Área de Libre Comercio de Las Américas) o bilaterales tipo TLC. La (B) Influencia académica se forma con la (1) Difusión de sabidurías convencionales y modelos teóricos en las ciencias exactas y sociales; especialmente con (2) La influencia en las ciencias económicas y administrativas, mismas que han moldeado una nueva clase de tecnócratas y administradores con forma mentis común y fuerte presencia en la política y las elites en general; (3) El intercambio académico internacional, con la generación de flujos de estudiantes/profesores hacia el mundo académico estadounidense; (4) La creación y afirmación de estándares y normas, criterios para las ciencias y su difusión/aceptación global. Los procesos hegemónicos de tipo soft se completan con (C) El american way of life, es decir, (1) La difusión de productos y patrones imitativos; (2) La industria cultural y de entretenimiento (cinema, música, literatura, teatros, videojuegos, etcétera) y las instituciones de promoción cultural en el exterior; (3) Los medios de comunicación y sus artefactos/productos de difusión; (4) Las expresiones artísticas y los grandes eventos de tipo cultural, deportivo, etcétera; (5) La influencia, a veces el control, sobre Internet y sus servicios.

Por el otro lado, si bien es difícil hablar de una construcción hegemónica o contra-hegemónica unitaria por parte de América Latina, sí hay

componentes de la relación continental, respuestas y apropiaciones desde Latinoamérica que se pueden clasificar e interpretar según las categorías aquí propuestas y que tienen un valor heurístico. Con la premisa de que el listado es indicativo, aunque incompleto, como “contra-flujos” ligados al poder duro, están: (i) Las guerrillas, las insurgencias armadas y las respuestas militares y/o político-diplomáticas a injerencias extranjeras; (ii) Los movimientos sociales con alcance regional y/o continental o global; (iii) La migración y los flujos de personas hacia el Norte; (iv) Los tráfico ilícitos de narcóticos y los narco-capitales en bancos estadounidenses; (v) El tráfico lícito de otras mercancías; (vi) La presencia de transnacionales latinas con influencia económica relevante; (vii) Los proyectos integracionistas específicamente latinoamericanos (Ej. MERCOSUR, ALBA). En el ámbito del poder blando, están (i) La ideología latinoamericanista y su influencia académica y política; (ii) Las instituciones con proyección latinoamericanista (Ej. CEPAL, Universidades, CELAC); (iii) La Teología de la Liberación; (iv) Las teorías sociológicas y económicas, entre varias disciplinas, del pensamiento crítico latinoamericano; (v) Difusión cultural global del “mundo latino” (Ej. Entretenimiento, Turismo, Cultura, Literatura, Música, Artes, Patrimonio Pueblos Indígenas, etc.); (vi) Agencia informativas y redes específicamente latinoamericanas (Ej. TeleSur, Pulsar, Canales Latinos, etc.).

Desde luego, estos ejemplos y categorías pueden ser ampliados y detallados. La idea de este apartado es la de aterrizar los conceptos teóricos discutidos en los apartados anteriores, conectando el pensamiento de Gramsci al de Nye y sugiriendo pistas para el uso de estas categorías en análisis posteriores. De hecho, Nye (2004), para el caso de EUA, indica estas fuentes del soft power: ciencia, economía, cultura popular, marcas comerciales, prestigio de escuelas de negocio, inmigrantes, exportación de programas de TV, alumnos extranjeros e investigadores en universidades, libros publicados, ventas de discos, páginas web, premios Nobel científicos y literarios, publicación de artículos científicos y flujos turísticos. Finalmente, la elección de estos elementos depende de la finalidad y el alcance propuesta para una investigación sobre estos temas.

## 2. Conclusiones

El presente artículo representa una síntesis

teórica del diálogo entre las categorías gramscianas de hegemonía, dominio y consenso, y los trabajos de Joseph Nye sobre poder duro y poder blando, pues propone aclararlas para poderlas aplicar en el campo de las relaciones internacionales, sobre todo con referencia a la dinámica de la relación entre Estados Unidos y América Latina en la segunda mitad del siglo XX y de sus componentes. Los elementos del tipo “poder blando” y “duro”, dentro de la relación hemisférica occidental entre “las dos Américas”, se construyeron, por lo tanto, a partir de la idea de hegemonía como composición de coerción/dominio y de consenso dentro de un país y a través de una clase dirigente, y, después, en el ámbito internacional, aplicando los conceptos gramscianos a las relaciones entre Estados y bloques.

Estos se han relacionado con los de Nye para obtener una herramienta heurística de interpretación de las relaciones interamericanas y de la hegemonía, entendida en su complejidad y a partir de una situación estática y de una suerte de “paquete hegemónico”, pero también de los procesos o flujos dinámicos que la caracterizan a lo largo del tiempo. Asimismo, se han dado ejemplos concretos de los elementos que la componen o la han compuesto en el pasado, dejando abiertas algunas pistas para futuras investigaciones acerca de la naturaleza de cada componente, de su evolución histórica y de su importancia en la actualidad para ofrecer cuadros de interpretación sobre Estados Unidos, su interacción y ejercicios de influencia sobre Latinoamérica, mismos que no se pudieron profundizar aquí en este trabajo.

### Nota

<sup>1</sup>A título de ejemplo, y con respecto del modelo de vida americano y la admiración hacia él, en los años 1950, el historiador mexicano Daniel Cosío Villegas afirmaba que “no hay ninguna nación que no desee ser como los Estados Unidos” (VILLEGAS, 1959)

### Referencias

- ALTHUSSER, L. Ideología y aparatos ideológicos del Estado. Notas para una investigación, en ALTHUSSER, L. Posiciones, México: Grijalbo, México, 1977.
- BERTACCINI, T. Le Americhe latine nel XXI secolo, Milán: Feltrinelli, 2014.
- BLOCH, Marc. French Rural History: An Essay in Its Basic Character, (traducción de Janet Sondheimer), Berkeley: University of California Press, 1970.
- CHEVALIER, F. América Latina. De la independencia a nuestros días, México: FCE, 1977 (I Ed. en Español, 1999).
- COCKCROFT, J. D. América Latina y Estados Unidos. Historia y política país por país, México: Siglo XXI, 2001.
- DE GIOVANNI, B. Crisis orgánica y Estado en Gramsci, México: P y P, Siglo XXI, 1981.
- GAMBINA, J. C. Los rumbos del capitalismo, la hegemonía de Estados Unidos y las perspectivas de la clase trabajadora, en CECEÑA, A. E. y SADER, E. (comps.) La guerra infinita: Hegemonía y terror mundial, Buenos Aires: Clacso, 2002.
- GRAMSCI, A. Quaderni del carcere, (4 tomos), Turín: Einaudi, 1975.
- GRAMSCI, A. Los intelectuales y la organización de la cultura, Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.
- GRAMSCI, A. El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce, Buenos Aires: Ed. Nueva Visión, 1971.
- GRAMSCI, A. Antología: selección, traducción y notas de Manuel Sacristán, México: Siglo XXI, 1970.
- GRAMSCI, A. Notas sobre Maquiavelo, sobre Política y sobre el Estado Moderno, Buenos Aires: Lautaro, 1962.
- GRAMSCI, A. Cartas desde la cárcel, Buenos Aires: Lautaro, 1950.
- HARTLYN, J., SCHOULTZ, L. y VARAS, A. (eds.) The United States and Latin America in the 1990s: Beyond the Cold War, Chapel Hill y Londres: The University of North Carolina Press, 1992.
- INZUNZA, A. S., PARDO, J. L. y FERRI, P. NarcoAmérica: De los Andes a Manhattan, 55mil kilómetros tras el rastro de la cocaína, México: Tusquets, 2015.
- ISTITUTO GEOGRAFICO DE AGOSTINI. L'enciclopedia della filosofia e delle scienze umane, Novara: DeA Ed., 1996, pp. 387 – 388; 961 – 962.
- JAIN, S. C. Marketing internacional, (VI edición), Connecticut EUA: International Thomson, 2002.
- KANOUSSEI, D. y MENA, J. La actualidad del pensamiento de Gramsci, en KANOUSSEI, D. y MENA J. (comps.), Filosofía y política en el pensamiento de Gramsci, México: Ediciones de Cultura Popular, 1988.
- KNIPPERS BLACK, J. “Introduction: Understanding the Persistence of Inequity”, en KNIPPERS BLACK, J. Latin America: Its Problems and Its Promise: A Multidisciplinary Introduction (fourth ed.), Cambridge MA: Westview Press, 2005.
- LENIN, I. Dos tácticas de la socialdemocracia en la Revolución democrática, en LENIN, I. Obras Escogidas, (3 Tomos), Moscú: Progreso, 1966, 474 – 582.
- LORUSSO, F. ¿Buenos Vecinos? Estados Unidos y América Latina 1945-2005: Poder Blando y Poder Duro en la Historia de las Relaciones Americanas. Alemania: AHA-BUCH GmbH/EAE/LAP LAMBERT Academic Publishing GmbH & Co. KG, Einbeck, 2012.
- LORUSSO, F. El origen del 'siglo americano' y el cambio hegemónico entre el Reino Unido y los Estados Unidos en las relaciones con América Latina, Barbaroi, Santa Cruz do Sul, 27, 2007/2, jul-dic 2007, 187-211.
- LORUSSO, F. Agustín Cueva y el desarrollo del capitalismo en América Latina, Diálogo Antropológico, Cd. de México, FFyL/IIA, UNAM, Año 02, núm. 8, jul–sep de 2004.
- LOWENTHAL, A. F. (ed.). Exporting Democracy: The United States and Latin America, Themes and Issues, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1991.
- NYE JR, J. Soft Power: un nuovo futuro per l'America, Turín: Giulio Einaudi Editore, 2005.
- NYE JR., J. Preface and Chapter Five. Soft Power and American Foreign Policy, Public Affairs, New Hampshire, 2004, pp. IX-XIII y 127-147.
- NYE, JR., J. La paradoja del poder norteamericano, Santiago de Chile: Aguilar Chilena de Ediciones, 2003.
- NOYA, J. El poder simbólico de las naciones, Real Instituto Elcano, DT N. 35, 29/07/2005,

<[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/Imprimir?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/Elcano\\_es/Zonas\\_es/DT35-2005](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/Imprimir?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/Elcano_es/Zonas_es/DT35-2005)>. Acceso: 20 abr. 2015.

OTTOLENGHI, F. y VACCA, G. Reflexiones sobre una herencia histórica: Entrevista a Alessandro Natta, secretario del P.C.I. (Partido Comunista Italiano), en KANOUSI y MENA. Ob. Cit., 1988.

PORTELLI, H. Gramsci y el bloque histórico, (20ª ed.), México: Siglo XXI, 1973, 1988.

RITZER, G. Teoría sociológica contemporánea, (III edición), Madrid: Mc Graw-Hill/Interamericana de España S.A., 2000.

ROUQUIÉ, A. América Latina – Introducción al extremo occidental, México: Siglo XXI, 1989.

SCOTT, J. C. Los dominados y el arte de la resistencia. Discursos ocultos, México: Era, 1999.

SHOWSTACK, S. A. Hegemonía, partido político en Gramsci, en KANOUSI y MENA, Ob. Cit, 1988.

TORRES SORIANO, M. R. El poder blando. ¿Una alternativa a la fuerza militar?, Política y Estrategia, México, N. 100, 2005, 29-40.

URQUIDI, V. L. Otro siglo perdido: Las políticas de desarrollo en América Latina (1930-2005), México: FCE, 2005.

VACCA, G. El marxismo y los intelectuales, Roma: Editori Riuniti U.A.S., 1983.

VARAS, A. Paradigms of Hemispheric Order (Tabla): From Coercion to Partnership, en HARTLYN, J., SCHOULTZ, L. y VARAS, A. (EDS.). The United States and Latin America in the 1990s: Beyond the Cold War, Chapel Hill y Londres: The University of North Carolina Press, 1992.

VILLEGAS, D. C. From Mexico, en JOSEPH, F.M. As Other See Us: The United States through Foreign Eyes, NJ EUA: Princeton, 1959.

WILLIAMS, R. Marxismo y literatura, Barcelona: Península, 1980.

ZINGARELLI, N. Lo Zingarelli Minore: Vocabolario della lingua italiana, Bolonia: Zanichelli, 2001.

**†Mtro. y Dr. En Estudios Latinoamericanos (UNAM, México);  
Mtro. y Lic. en Economía y Comercio (L. Bocconi, Milán);  
Profesor de Historia de América Latina y Caribe (IBERO,  
México) y Tendencias Geopolíticas en América Latina  
(UNAM, México).**

# HEGEMONIA E GUERRA NO PLANO INTERNACIONAL NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos\*

**Resumo:** a partir de uma abordagem gramsciana, objetiva-se responder à seguinte questão: a ênfase no consenso presente especificamente no conceito de hegemonia inviabiliza uma relação, um ponto em comum com a noção de guerra fortemente associada à coerção? A hipótese sustentada é que a guerra está presente na hegemonia. Na perspectiva gramsciana, toda ação política aspira à hegemonia, ainda que a consecução da mesma não tenha ocorrido. Assim, toda ação política enseja a existência de uma hegemonia enquanto concepção de mundo, ainda que tal ação seja pautada por uma perspectiva associada fortemente à força, à coerção.

**Palavras-chave:** Hegemonia. Guerra. Jacobinismo. Hegemonia incompleta.

**Abstract:** taking into account a Gramscian approach, our aim is to answer the following question: does the emphasis on specifically this consensus in hegemony prevents a relationship, a point in common with the notion of war, strongly associated with coercion? The hypothesis is that the war is present in hegemony. In Gramscian perspective, every political action aspires to hegemony, even though the same has not occurred yet in the moment of the same action. Thus, every political action entails the existence of a hegemony as a world conception, even if such action is guided by a perspective strongly associated by force, coercion.

**Keywords:** Hegemony. War. Jacobinism. Incomplete Hegemony.

## 1 Introdução

O objetivo do texto é uma breve abordagem da relação entre guerra e hegemonia no além-fronteiras nos escritos pré-carcerários e carcerários de Antonio Gramsci, contemplando resultados embrionários sobre pesquisa envolvendo a temática internacional e a obra de Antonio Gramsci. Para tal, efetuou-se o seguinte percurso: uma breve apresentação conceitual, bem como do problema e de uma hipótese; posteriormente, mostra-se o nexo entre hegemonia e guerra justamente em uma perspectiva basilar para Gramsci: aquela do jacobinismo e da Revolução Francesa; e, por fim, conclusões que resumem os principais argumentos e sugerem caminhos para ulterior desenvolvimento da pesquisa.

## 2 Hegemonia na acepção de Gramsci

O tema da hegemonia na acepção gramsciana é, por vezes, confinado exclusivamente ao domínio do consenso.<sup>1</sup> É comum subestimar ou ignorar a unidade orgânica entre força e consenso presente nesta categoria, justificável, acima de tudo, pelo recurso de Gramsci à metáfora do centauro

maquiaveliano. Não existe centauro sem a parte humana e sem o componente férico, um ponto esquecido ao se tratar de tal categoria gramsciana; e, por extensão, não há força sem consenso e não há consenso sem força; assim, coloca-se o imperativo de definir a hegemonia no sentido gramsciano no nexo do plano nacional com aquele no além-fronteiras.

Como primado do consenso sobre a força que pauta uma visão de mundo de um grupo, classe ou fração de classe sobre outrem nos âmbitos ético-político, moral, intelectual, econômico, cultural, social, dentre outros aspectos, a hegemonia no plano internacional não é uma mera reprodução daquela do plano interno dos Estados. Ela segue logicamente a produção da vida no âmbito endógeno dos Estados em suas relações sociais fundamentais, caracterizada pela direção nos mais diferentes aspectos de um grupo ou fração de classes sobre outros internacionalmente. A hegemonia gramsciana vai muito além do tradicional sentido do poderio militar e econômico predominante normal e tradicionalmente sugerido pela maioria dos enfoques teóricos de Relações

Internacionais. Ao contrário do que pode parecer, hegemonia no sentido gramsciano não é sinônimo de dominação, preponderância, unanimidade ou sentido similar. A categoria em pauta se caracteriza pelo predomínio do consenso em perspectiva dialética de unidade entre força e consenso, consenso e força sem que um dos dois componentes possa estar ausente. A já mencionada unidade entre a parte férica e humana do centauro maquiaveliano, figura emblemática e cara a Gramsci na formação de seu pensamento, simboliza este nexos indissociável presente no arcabouço conceitual do comunista italiano. Se o exercício normal da hegemonia no dizer do autor italiano está associado ao predomínio do consenso, isto não significa que se trate de uma perspectiva unânime, sem fissuras no modo como uma sociedade civil é dirigida em seu interior por um grupo ou classe. Há conflitos, contradições ainda que uma perspectiva de mundo dirigente de outrem seja tomada pelos grupos subalternos como sendo sua própria na perspectiva do exercício da hegemonia. É neste sentido que a construção do consenso hegemônico não deve ser entendida como unanimidade ou manifestação de uma visão de mundo de modo monolítico, uniforme. A hegemonia como concepção de mundo permeia a organização da vida social nos seus aspectos mais amplos e restritos, moleculares. A nascente hegemonia norte-americana analisada no âmbito da emergência do fordismo (GRAMSCI, 1975) como um verdadeiro modo de vida (muito mais que um modelo de gestão) nos anos 1920 e 1930, com consequências até para a vida sexual de todos os indivíduos de uma sociedade, é exemplar do sentido de hegemonia aqui referido.

Se a perspectiva da hegemonia está associada à ênfase do consenso, como avaliar uma eventual relação com uma ação pela qual se busca a hegemonia, ainda que em perspectiva aparentemente distante do referido predomínio do consenso, ou seja, como entender neste contexto a guerra? Assim, objetiva-se responder à seguinte questão: a ênfase no consenso presente especificamente no conceito gramsciano de hegemonia inviabiliza uma relação, um ponto em comum com a noção de guerra fortemente associada à coerção?

A hipótese sustentada é que a guerra está presente na hegemonia em seu sentido gramsciano. Na perspectiva gramsciana, toda ação política aspira à hegemonia, ainda que a consecução da mesma não tenha ocorrido. Assim, toda ação

política enseja a existência de uma hegemonia enquanto concepção de mundo, ainda que tal ação seja pautada por uma perspectiva associada fortemente à força, à coerção. A assim chamada “contra-hegemonia”,<sup>2</sup> a despeito de ser creditada a Antonio Gramsci, é noção estranha ao seu aparato teórico-prático. As assim chamadas ações contra-hegemônicas não passam, portanto, de ações aspirantes à hegemonia. Em sendo toda ação política aspirante à posição dirigente, também a guerra o é. Como justificar isto se aparentemente não há consenso na guerra? Se toda ação almeja a hegemonia, o que argumentar sobre aquelas ações nas quais predominam a força e a coerção? Como a hegemonia está relacionada a tais casos? O ponto que responde a tais indagações é um sustentáculo da hipótese em tela: sendo coerção, força, consenso e legitimidade inseparáveis na perspectiva de unidade dialética gramsciana, mesmo as ações políticas em que não predominam o consenso podem ser entendidas como formas incompletas de hegemonia.<sup>3</sup> A depender do contexto histórico que se avalia, as guerras podem ser justamente este caso. Na obra carcerária gramsciana já se elencou uma forma incompleta de hegemonia - com predomínio da coerção estatal - como uma importante categoria para avaliar a diversidade histórica emergente depois da Revolução Francesa: a revolução passiva. Não é o objetivo do presente texto abordar tal categoria (GRAMSCI, 1975).<sup>4</sup> Abordar a relação entre guerra e hegemonia, contudo, não leva tal discussão somente para o plano internacional e sim à relação deste com o nível endógeno dos Estados. Tal ponto enseja uma ressalva metodológica.

Do ponto de vista metodológico da própria obra gramsciana, a perspectiva do que o comunista sardo chamou de “tradução” ou traducibilidade ou ainda tradutibilidade e da unidade os entre os planos regional, nacional e internacional é central para o exame das categorias referidas e serve de referência para o desenvolvimento do argumento contemplado neste texto; ou seja, em termos da historicidade e particularidade das categorias, sua compreensão exata variará em cada contexto específico. Ainda na perspectiva metodológica, o texto contempla o entendimento de que há uma unidade orgânica entre a hegemonia plena e suas formas incompletas, ponto que inclui outras possibilidades históricas diversas de manifestação do fenômeno bélico. Completa a perspectiva metodológica o cuidado com o movimento interno

da elaboração de Gramsci em suas distintas datas de escrita de textos.

### 3 Guerra, hegemonia e jacobinismo

Não há dúvida de que a abordagem gramsciana de hegemonia esteja umbilicalmente ligada àquela da guerra em sentido mais amplo quanto possível. Se hegemonia no plano interno segue uma conexão lógica, mas não idêntica com sua congênere no plano internacional (GRAMSCI, 1975), também a guerra é vista nos dois níveis, interno e externo; até para conotar metaforicamente o sentido de política. Vejam-se as metáforas de guerra de posição e guerra de movimento significando respectivamente o assalto trincheira à trincheira por posições de direção da sociedade civil na luta pela hegemonia no âmbito dos assim chamados aparelhos privados de hegemonia - escolas, mídias, igrejas, associações, sindicatos etc. - até à conquista do aparato estatal e àquela do assalto frontal ao complexo estatal. Lembre-se, todavia, que tais categorias gramscianas remetem também a conflitos interestatais.

A guerra em Gramsci está associada com um conflito interestatal, mas também a uma metáfora da luta política no interior do Estado. Ambos remetem necessariamente à luta por hegemonia; e a hegemonia remete a um período que inaugurou uma sucessão de guerras como um ponto marcante de categorias essenciais do pensamento gramsciano; refere-se à Revolução Francesa como ponto de partida das guerras napoleônicas, bem como profunda transformação levada a cabo no interior da sociedade pela hegemonia jacobina. Conforme demonstrou Sabrina Areco (2013), o jacobinismo tornou-se uma referência para Gramsci em termos de uma transformação revolucionária e profunda em uma sociedade em contexto de hegemonia e sua respectiva tradução.

“Traduzir”, como recurso metodológico gramsciano (GRAMSCI, 1975), significa atualizar cultural, social e historicamente de modo não mecânico e repetitivo o jacobinismo; perspectiva que foi assim feita pela Revolução Bolchevique de 1917. Este é o marco aproximado da incorporação do jacobinismo ao aparato conceitual gramsciano como noção dotada de um registro positivo, bem visto. Tal categoria não era assim vista pelo comunista italiano. O jacobinismo acompanhou a formulação carcerária gramsciana como uma espécie de parâmetro para que um ente coletivo consubstanciado metaforicamente naquilo que ele

chamou de moderno príncipe construísse uma nova vontade coletiva e popular, consubstanciando-se em uma hegemonia calcada na educação e na reforma moral e intelectual das massas (GRAMSCI, 1975).

A hegemonia jacobina inaugurou o período das guerras napoleônicas; um parâmetro importante para a compreensão da categoria de direção de uma sociedade por uma classe. Não ao acaso, um general citado por Gramsci em seu opus carcerário (cujos escritos não teve acesso diretamente e sim por textos de generais e do filósofo napolitano Benedetto Croce) - Carl von Clausewitz (1780-1831) - escreveu um clássico sobre a guerra no qual tomou como marcante a mesma Revolução Francesa para a transformação histórica da guerra. O envolvimento de uma sociedade nas guerras sem precedentes, a fúria, a paixão dos combatentes franceses e o ímpeto e a busca de Napoleão por combates decisivos de um exército de proporções numéricas jamais concretizadas até então (CLAUSEWITZ, 1984) parecem convergir para o parâmetro da hegemonia jacobina considerada por Gramsci.

Neste sentido é que aparecem aspectos não normalmente contemplados em outros enfoques sobre o tema da hegemonia na formulação gramsciana. Compreender que há hegemonia na guerra, significa remeter, dentre outros pontos, a processos sociais no interior dos Estados que forjam essa mesma hegemonia. A manifestação da guerra não é garantia em si de uma conjuntura histórica de plena hegemonia. Só a particularidade histórica permite compreender se este é efetivamente o caso. Os elementos não sistemáticos deixados pela formulação carcerária e pré-carcerária de Gramsci parecem possibilitar compreender que a Revolução Francesa foi efetivamente um caso no qual a guerra se realizou em contexto de plena hegemonia de elementos significativos de uma concepção de mundo jacobina dirigente dentro de um Estado na busca por uma hegemonia no plano europeu.

Ao mesmo tempo, se a guerra como um todo é usada por Gramsci como metáfora da política, ainda que haja diferenças significativas entre ambas no sentido estrito e não figurado, ambas partilham a mesma lógica de consecução do poder e da direção de sociedade(s), a mesma busca pela hegemonia, ainda que a variação histórica da categoria mencionada (aliás, como qualquer outra na qual se inscreve o historicismo absoluto gramsciano) permita entendê-la em diferentes manifestações. Tal

com assinalou também metaforicamente Clausewitz, a guerra é um verdadeiro camaleão que se adéqua a cada caso. Por outras palavras, varia conforme a conjuntura histórica.

#### 4 Conclusão

Ao longo do presente texto, esboçou-se uma relação entre a hegemonia e a guerra em chave gramsciana. Em resumo, tanto guerra quanto hegemonia como forma completa ou não tem seus pontos comuns, diferenças e características pautadas pelas diversas conjunturas históricas. Cabe aprofundar estes pontos no decorrer da presente pesquisa.

A despeito do aspecto diferenciador de uma hegemonia completa ser justamente o consenso, em uma guerra haverá sempre hegemonia completa ou não no contexto da inserção do exército no interior de uma sociedade. O choque entre opontentes na guerra marca a luta por hegemonia, completa ou não.

Ainda que tais conclusões possam parecer por demais óbvias, nunca é demais lembrar aquelas abordagens que estão num extremo ou em outro para caracterizar a categoria gramsciana de hegemonia sem se preocupar em tratá-la com maior rigor e que caem em dois reducionismos vulgares; seja por parte daqueles que vêem Gramsci como o campeão e profeta da democracia liberal no contexto da conquista de espaços gradativos no interior de uma sociedade civil no âmbito da hegemonia ou aqueles que analisam a hegemonia internacional na ótica gramsciana como a dominação econômica e militar de um Estado sobre outros.

#### Notas:

- (1) Como exemplo de tal abordagem, consulte-se Keohane (2002) e Nye (2002).
- (2) O provável uso pioneiro da formulação “contra-hegemonia” foi aquele de Williams (1977).
- (3) Ver a respeito em Bianchi (2008).
- (4) Sobre a categoria gramsciana de revolução passiva, consultar Morton (2007).

#### Referências

ARECO, S. M. Da história à política, da política à história: Revolução Francesa e Jacobinismo em Antonio Gramsci. Originalmente defendido como Relatório de Qualificação para Doutorado em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2013.

BIANCHI, A. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

CLAUSEWITZ, C. On war. Princeton: Princeton University Press, 1984.

GRAMSCI, A. Quaderni del carcere. Torino: Einaudi, 1975.

KEOHANE, R. O. After hegemony: cooperation and discord in the world political economy. Princeton: Princeton University Press, 2002.

MORTON, A. D. Unraveling Gramsci: hegemony and passive revolution in the global political economy. London: Pluto Press, 2007.

NYE, J. S. The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WILLIAMS, Raymond. Marxism and literature. Oxford: Oxford University Press, 1977.

**\* Professor da Unesp (campus de Marília), professor colaborador e pós-doutorando da Unicamp e bolsista de Pós-Doutorado Sênior do CNPq. A elaboração do texto teve apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processo 2013/11701-0.**

# A CRISE SISTÊMICA DO CAPITAL: uma interpretação marxiana

Por Júlio Ramon Teles da Ponte\*

**Resumo:** o artigo tem por objetivo apresentar a relação entre os processos de mundialização do capital e de financeirização da economia como decorrentes da contradição central do sociometabolismo capitalista. O propósito é expor algumas conexões entre o capital produtivo e o capital rentista, a fim de explicar a crise do moderno sistema do capital. Partimos da tese segundo a qual a dinâmica do capital está relacionada com a intensa incorporação de novas tecnologias no âmbito da esfera produtiva, sendo captada, de forma análoga, nos ciclos “encurtados” de acumulação do capital rentista.

**Palavras-chave:** Crise. Capital rentista. Mundialização do capital.

**Abstract:** the paper aims to present the relationship between the processes of globalization of capital and the financialization of the economy arising from the central contradiction of the capitalist sociometabolism. The purpose is to expose some connections between productive capital and the rentier capital in order to explain the systemic crisis of the modern capitalist system. We start from the proposition that the dynamics of capital is related to the intense incorporation of new technologies in the productive sphere, being captured, similarly, in the cycles "shortened" of the rentier capital accumulation.

**Keywords:** Crisis. Rentier Capital. Globalization of Capital.

## 1 Introdução

O fenômeno da globalização vem pelo menos há três décadas seduzindo inúmeras análises na esfera das Ciências Sociais. Parte não desprezível dessas reflexões sobre esse fenômeno foca na perspectiva de conferir prova de validade incontestada à tese liberal da eterna suscetibilidade do homem às trocas no âmbito da economia de oferta. Assim, a globalização aparece como um estágio superior dessa pulsão humana pelo mercado e pela concorrência, inexistindo, para sempre, no homem, quaisquer vestígios que apontem para a potencialidade de uma sociedade comunal-solidária sem o advento do mercado capitalista. O quadro conjuntural do final da década dos anos 80 e início da década dos anos 90 do século passado aparentava conferir validade a esta tese com a supremacia política conservadora, com destaque para os casos da Inglaterra e dos Estados Unidos da América (EUA), bem como com a derrocada do chamado socialismo real. À época, era visível a queda do império soviético e de seus satélites, considerados, até então, a única forma de socialismo efetivamente existente. Assim, muitos

atribuíram aquele momento como o fim da história, a vitória contundente do mercado e do capitalismo sobre o socialismo e o comunismo. Aliado a este fato relevante, inúmeros representantes da nova direita mundial ascenderam aos governos de seus países com o propósito de levar às últimas consequências o projeto de globalização dos mercados.

Neste início de século, mesmo sem se dar ao trabalho de expor uma longa gama de indicadores socioeconômicos, as evidências no que se referem, por exemplo, aos catastróficos índices de desemprego (quase a metade planetária da força de trabalho fora do mercado de trabalho formal), que atinge tanto as economias da periferia como as economias centrais, sugerem pistas de que algo deu errado no propalado projeto global. Com efeito, houve repercussões desse fracasso da hipertrofia do mercado como realizador das necessidades humanas no campo político, inclusive com rupturas ou adaptações de coalizões de centro-esquerda, antes inimagináveis, atestando a incompatibilidade dos pressupostos neoliberais no que se refere à gerência das políticas públicas e às demandas



sociais; fenômeno de ruptura este bem representado inequivocamente na América Latina, sobretudo nos casos da Venezuela, da Bolívia e do Equador.

Então, estabeleceu-se no campo intelectual uma inquietante indagação: o que teria dado errado? Uma vez posta à prova a lei geral do equilíbrio, onde residiriam as causas de seu aparente insucesso? Perante este cenário de múltiplas dúvidas, grande parte do respeitável mundo acadêmico, antes entusiasta da globalização, preferiu tergiversar sobre a incompatibilidade do projeto neoliberal em si, atribuindo o insucesso à incompetência dos governos nacionais em consumir as (contra) reformas necessárias para a adaptação do Estado às diretrizes sob o imperativo da livre-concorrência. Assim, não foi possível lançar bases trans-históricas para o fundamento da razão econômica revertida na ideologia sobre a progressão contínua das relações de troca sob a regência do sociometabolismo do capital. Com efeito, não se fazendo mais possíveis os invólucros de cunho ideológico do tipo globalização, depara-se com a acumulação capitalista em “estado puro”, emergindo as contradições imanentes ao movimento do capital na forma de crise do trabalho. Tal perspectiva acena para a possibilidade da imposição de novas regras às relações internacionais de produção, objetivando suprir as necessidades de retroalimentação do capital. Tais medidas, dentro da ordem, não podem ser diferentes do acionamento de incentivos para o revigoramento da acumulação do capital, com consequências ainda mais deletérias para uma fração cada vez maior da humanidade.

Neste cenário, parece que a configuração atual aponta para a necessidade de retorno às contribuições deixadas por Marx ainda no século XIX. De fato, são por inspiração neste legado marxista que surgiram (e surgem) os analistas mais lúcidos do chamado fenômeno da globalização, pelo menos no âmbito das teorias críticas ao capitalismo. Inegavelmente, Marx, a partir de suas contribuições, principalmente, nos seus escritos de crítica à economia política, presentes em “O capital” (MARX, 1996), disponibiliza uma farta munição teórica aos que perseguem, do movimento do abstrato ao concreto, trilhas analíticas para a compreensão dos atuais desdobramentos do sistema metabólico do capital, com destaque para a atual tendência à financeirização da economia mundial e à acumulação rentista.

Cabe, então, aos nossos propósitos investigativos analisar a relação existente entre os processos de mundialização do capital e financeirização da economia, recaindo sobre os circuitos de concentração do capital rentista. Na realidade, essa dinâmica está relacionada com a intensa incorporação de novas tecnologias, não somente no âmbito do capital produtivo, mas, sobretudo, nos desdobramentos dos ciclos “encurtados” de acumulação do capital financeiro.<sup>1</sup> Estes processos de renovação do capital repercutem sobre as relações sociais, atingindo, em especial, as classes trabalhadoras, agora bem mais vulneráveis ao avanço do metabolismo do capital. Com a intensidade da reprodução do capital, há tendencialmente um processo de desmercantilização da força de trabalho, tornando-a crescentemente supérflua na dinâmica da produção da riqueza em geral.

Nessa linha, o artigo se desdobra em três partes, além desta introdução. Na seção 2 são analisadas as conexões entre capital rentista e capital produtivo; na parte subsequente são abordadas as crises do capital e seus reflexos na contemporaneidade, com ênfase na financeirização da economia; por fim, o trabalho traz algumas reflexões sobre as tendências da crise do capital, ora em pleno desenvolvimento, e suas correspondentes consequências sociais para sociedade mundial.

## **2 Decifrando a Fonte Milagrosa: o capital rentista na teoria do valor marxiana**

Já no “Manifesto do partido comunista”, de 1848, Marx e Engels (1986) formularam indicações do caráter expansionista do sistema capitalista, cuja marca é a internacionalização de sua volúpia em busca de novos mercados, objetivando potencializar a sua reprodução ampliada. Os autores tratam desse movimento da transnacionalização do capital, no “Manifesto”, na seguinte passagem:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção, portanto todo o conjunto das relações sociais [...] o continuo revolucionar da produção, o abalo constante de todas as condições sociais, a incerteza a agitação eternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações fixas e cristalizadas, com seu séquito de crenças e opiniões tornadas veneráveis pelo tempo, são dissolvidas, e as novas envelhecem antes mesmo de se consolidarem. Tudo o que é sólido e estável se volatiliza, tudo que é sagrada é profanado [...] A necessidade de mercados cada vez mais extensos impele a burguesia para todo globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em

toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte. Através da exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo de todos os Países (MARX; ENGELS, 1986, p. 12).

Ao mesmo tempo, o capitalismo em expansão tende a modificar valores culturais, políticos, jurídicos e religiosos em seu benefício e em escala mundial, não resultando disto quaisquer compromissos essencialmente humanitários. Assim, Marx tinha em mente que se fazia necessário um estudo sistemático e complexo para se chegar às determinações mais profundas do metabolismo do capital. Neste sentido, somente a partir de 1858, ou seja, 10 anos após a publicação do “Manifesto”, surgiram os primeiros frutos desta empreitada, em um amplo material de pesquisa que ficou conhecido como “Grundrisse” (MARX, 1999). Em seguida, vieram as obras “Para a crítica da economia política” (MARX, 1982); “Teorias sobre a mais-valia” (MARX, 1978) e “O capital” (MARX, 1986, 1996). São, basicamente, nestas obras em que o autor vai deixar a marca mais significativa de sua trajetória intelectual, sobretudo no que se refere à teoria do valor.

Marx parte da importância do dinheiro como o equivalente geral das trocas no sistema do capital, passando a incorporar uma finalidade em si mesmo como o ente da dominação abstrata. Com efeito, o dinheiro, que na ordem do capital assume a condição de nexos social, ganha autonomia e se constitui como poder social geral. Assim, o poder social do indivíduo pode ser mensurado pela quantidade de dinheiro acumulada. Deste raciocínio, Marx identifica no poder abstrato do dinheiro o embrião das relações impessoais de produção, essenciais para o desenvolvimento da predominância do sistema do capital, uma vez que confere ao metabolismo independência no que concerne às vontades individuais. Com efeito, o fundamento do poder social referido na acumulação do dinheiro implica no embotamento das formas de dominação embasada nos laços pessoais.

Para identificar a raiz do poder abstrato encarnado pelo dinheiro, nosso autor fez uma análise lógico-histórica das trocas, apontando o surgimento do equivalente geral justamente quando da conversão das trocas simples em trocas complexas. Nota-se o esforço analítico de Marx ao investigar os nexos históricos e dialéticos incorporados na análise do surgimento do dinheiro como incorporação do poder social totalizante. Nos limites que interessam a este artigo, será dado

enfoque especial à questão dos enlaces entre o capital produtivo e o capital financeiro. As determinações de tal relação não eram, à época de Marx, cristalinas e perceptíveis sob um olhar pouco rigoroso, merecendo uma minuciosa análise na tentativa de torná-las palpáveis, em um cenário “onde tudo aparece de forma invertida” (MARX, 1978, p. 132). O estudo das imbricações entre essas duas formas de capital - rentista e produtivo - é essencial para a elucidação dos desdobramentos atuais acerca do sistema do capital e suas crises, posto que os fenômenos observados na superfície da esfera socioeconômica - tais como a mundialização do capital, o endividamento da maioria das nações, as taxas de juros, enfim, as partes dos eventos observáveis fenomenicamente - são apenas reflexos da totalidade que abrange as relações intercapitalistas.

Em momentos específicos, Marx abordou a relação entre o capital rentista e o capital produtivo. Em “O Capital”, Marx (1986) se dedicou mais especificamente ao capital rentista a partir do Livro Terceiro, Capítulo XXIII, e em “Teorias Sobre a Mais-Valia” (MARX, 1978), no capítulo intitulado “O rendimento e suas fontes”. Nestas passagens, Marx deixa claro que a relação entre essas duas formas de capital compõem, conjuntamente à renda da terra, o metabolismo sistêmico do capital. Com efeito, somente de forma aparente ou analítica se pode separar o capital produtivo do capital que rende juros. Marx, no entanto, reconheceu que em suas versões pretéritas o capital rentista atuou de forma autônoma, mas, quando da expansão conferida ao capitalismo como sistema produtor, o rentismo foi incorporado ao metabolismo do capital, consolidando-se como uma de suas partes indissociáveis.

Seguindo a trilha analítica de Marx, no capital produtivo fica patente a relação essencial do sistema caracterizado pelo instrumento de apropriação do trabalho alheio. Nessa esfera, tem-se o fundamento da acumulação do capital por meio da reprodução baseada na dinâmica de valorização da mercadoria. Aqui é onde ocorre a extração da mais-valia que se processa na interação entre capital constante e capital variável; é onde também se verifica a substituição - pela incorporação de novas tecnologias - do trabalho vivo pelo trabalho morto, a partir da tendência crescente da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, do incremento da produtividade. No entanto, Marx percebeu que a esfera da

produção representa tão somente um dos momentos-parte que compõem a engrenagem do metabolismo global do sistema do capital, em que a esfera da circulação se reveste, igualmente, de suma importância para realização da mais-valia.

Na forma de capital comercial, o capital aparece como relação entre pessoas que realizam trocas livremente. A relação social presente na produção entre capital e trabalho não se apresenta aqui de forma visível. Na forma de capital rentista, essas aparências se tornam ainda mais nebulosas. Aparentemente, o banqueiro, ao cobrar juros sobre o dinheiro emprestado, converte-se em uma espécie de usurpador do sistema metabólico do capital, uma vez que opera taxas nos empréstimos bancários dirigidos tanto aos detentores do capital produtivo como também aos demais segmentos sociais, em uma atividade improdutivo meramente especulativa. O capital rentista aparece, desta forma, como uma esfera autônoma, como um ente capaz de gerenciar os movimentos do dinheiro a um preço predeterminado. Tal distorção é desvelada por Marx (1978, p. 132), nos seguintes termos:

No capital a juros se completa esse fetiche automático, de um valor que se valoriza a si mesmo, de um dinheiro que faz dinheiro, de sorte que, nesta forma, não traz mais o estigma de seu nascimento. A relação social se completa como relação da coisa 'dinheiro-mercadoria' consigo mesma.

Marx salienta, ainda, que na produção, como na circulação, o capital deve retornar ao seu ponto de partida como dinheiro ampliado. Este retorno é a configuração da reprodução do valor em que há a metamorfose real: “a mercadoria transformando-se nas condições de sua produção e as condições de sua produção novamente em forma de mercadoria”; agora, contendo mais-valia. Desta condição, “a mercadoria transformando-se em dinheiro e dinheiro em mercadoria” e assim sucessivamente, em um processo de reprodução ampliada, sempre retornando aonde principia o movimento, “como dinheiro, como mercadoria ou como forma do próprio processo de produção” (Idem), configurando os ciclos das metamorfoses do capital: capital dinheiro, capital mercantil e capital produtivo (MARX, 1978. p. 133).

Este retorno do capital rumo à sua origem, por sua vez, ocorre como capital rentista de forma autônoma, separado de sua forma assumida no capital produtivo. Na realidade, o banqueiro empresta dinheiro ao capitalista da produção e, somente, nas mãos deste irá circular no processo de produção, retornando como capital dinheiro. Para

o capitalista rentista, o dinheiro se faz capital sem passar pelo processo de produção. Como aponta Marx (1978), ele não o tem para gastá-lo, mas para emprestá-lo enquanto capital: o dinheiro apenas troca de mãos. O retorno ocorre quando do pagamento para o banqueiro do empréstimo tomado pelo capitalista da produção, já acrescido dos juros, que nada mais é do que o seu preço.

O capitalista da esfera produtiva, ao tomar dinheiro ou outros valores por empréstimo do capitalista rentista, está comprando o direito de utilização dessa mercadoria (dinheiro) por um determinado período. O banqueiro, por sua vez, aliena o valor emprestado sob título de propriedade, antes mesmo que este entre no ciclo da reprodução tradicional, para, posteriormente, recebê-lo acrescido, de juros, no ciclo D-D'. Nas palavras de Marx (1978, p. 134): “isto significa [...] que se valoriza, se conserva e se incrementa a si mesmo.” Com efeito, tem-se no capital rentista uma espécie de valorização pela incidência do juro, aparentemente, descolado das relações capitalistas propriamente ditas de oposição entre capital e trabalho. O capital aparece no âmbito financeiro como um ente isolado das relações que lhe conferem sentido, quais sejam: as relações sociais; como se o dinheiro “espontaneamente” brota-se de si mesmo. Como afirma Marx (1978, 135): “Em D-D' temos a forma do capital desprovida de conceito, a inversão e coisificação das relações de produção em sua mais alta potência.”

O juro aparece nesta dinâmica D-D' como uma espécie de lucro, como uma forma de “mais-valia peculiar”, como uma criação própria do capital dinheiro. Segundo Marx (1978), esta taxa de remuneração do capital emprestado - juro - resguarda relação fundamental com a taxa de lucro médio, formada dos entrecosques da concorrência intercapitalista nos diversos segmentos da economia, embora, como toda mercadoria, o preço do dinheiro possa oscilar periodicamente. Para Marx (1978, p. 136), “já no capital de dinheiro se confrontam apenas duas espécies de compradores e vendedores, procura e oferta”, gozando o rentismo de uma aparente independência, no âmbito da intermediação da mercadoria-dinheiro.

Neste cenário, o capital rentista é, em certa medida, também capital produtivo. Este entrelaçamento entre essas duas formas de capital se dá ao passo que o capital a juros entra na esfera produtiva enquanto “sócio” do capital industrial. Assim, conclui-se que, a partir desta associação

entre os capitais, é viabilizada a reprodução tradicional do capital pelo ciclo D-M-D', que, por sua vez, acaba por alimentar a relação D-D', quando remunera, com parte da mais-valia realizada, o capital rentista. Com efeito, embora criador e criatura se confundam nesta dinâmica, o fundamento da reprodução do sistema metabólico do capital está na produção, mesmo que aparentemente o ciclo se inicie no empréstimo tomado pelo capital produtivo ao capital a juros, em uma relação do tipo D-D.

Na realidade, os movimentos de reprodução do capital produtivo e do capital rentista encarnam um mesmo fim, a saber, o da acumulação, seja esta de natureza produtiva ou rentista. Neste sentido, cabe salientar que o avanço tecnológico, de forma análoga, é incorporado aos dois tipos de capitais, objetivando conferir maior eficácia e velocidade em

suas respectivas rotações. No caso do capital produtivo, a incorporação crescente da tecnologia amplia a composição orgânica do capital, aumentando substancialmente a capacidade produtiva instalada. Esta substancial ampliação da produtividade pela incorporação de novas tecnologias se deve à dinâmica de redução do trabalho vivo e à ampliação do trabalho morto. No capital rentista, este fenômeno de incorporação de novas tecnologias ocorre, analogamente, tendo em vista a ampliação da capacidade de captação e disponibilização de moeda corrente e escritural. Com efeito, percebe-se que tanto o capital produtivo como o capital rentista não podem prescindir desse mesmo aporte heterônimo de renovação tecnológica crescente. Pode-se traçar um paralelo dessas transmutações na ordem sistêmica do capital em forma diagramática, nestes termos (PONTE, 2011, p. 114-115):

### 1) A fórmula geral do capital produtivo ou ciclo alongado da acumulação de dinheiro<sup>2</sup>

$$D \quad \Longrightarrow \quad M \quad \Longrightarrow \quad D^+$$

D = valor do capital

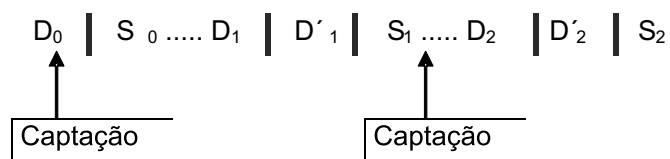
$D_0 = D =$  valor do capital inicial investido na compra de MPs e FT (composição técnica)

$D^+$  = capital valorizado (capital inicial acrescido de mais-valia)

$D^+ - D_0 =$  mais-valia (lucro)

Objetivo: Obter a maior taxa de lucro possível. A taxa de lucro é a relação entre a mais-valia (lucro) e o capital produtivo investido (D). Ao longo do tempo, o capital inicial torna-se mais-valia capitalizada, ou seja, trabalho não pago decorrente do processo de exploração. Daí, a importância das inovações tecnológicas (reestruturação produtiva) para apressar a produção e a realização de mais-valia, ou seja, encurtar o tempo de produção do valor (e da mais-valia) para acelerar a acumulação de dinheiro através do capital produtivo.

### 2) A fórmula geral do capital financeiro ou ciclo encurtado da acumulação de dinheiro



$D_0 =$  recursos próprios

$S_0 =$  estrutura institucional -legal inicial para "produzir" serviços de captação, empréstimos e financiamentos. Essa estrutura expressa a composição técnica do capital (tecnologia bancária)

$D_1 =$  disponibilidade para as transações financeiras (empréstimos e financiamentos, compra de ações, de títulos públicos, etc) que corresponde à soma dos recursos próprios mais a captação.

$D'_1 =$  capital financeiro ampliado

$D'_1 - D_1 =$  excedente bancário (rentabilidade)

Objetivo: Montar uma estrutura (S) que possibilite captar o máximo de recursos, com o mínimo de recursos próprios (de modo a reduzir os riscos para o banqueiro) para obter a maior rentabilidade possível. Ao longo do tempo, a captação tende a se tornar crescente (o que transfere os riscos de perdas para terceiros) e os recursos próprios paulatinamente sem expressão quantitativa. Daí, a importância das inovações tecnológicas (reestruturação bancária) para apressar a acumulação de dinheiro, ou seja, para encurtar o circuito encurtado da “produção de dinheiro”.

No primeiro momento, da reprodução ampliada do capital, fica patente a necessidade da relação entre trabalho vivo e trabalho morto (homem + ferramenta/maquinário) no processo de valorização do capital ( $M...D = D+$ ). A inovação tecnológica aparece aqui como sofisticação do trabalho morto para a ampliação da produtividade e a crescente eliminação do trabalho vivo. Assim, amplia-se a produção de valor-de-uso, mas o trabalho vivo contido em cada unidade produzida diminui. Com efeito, o sistema metabólico do capital encerra a presença de uma determinação social de subordinação do trabalho ao capital, em uma dinâmica, segundo Marx, que:

[...] como sujeito onde essas coisas têm sua vontade própria, pertencem a si mesmas e se personificam como poderes autônomos. O capital como pressuposição da produção do capital, não como sai deste processo, mas como existe antes nele entrar, é a oposição onde trabalho está em relação a ele como trabalho alheio e o próprio capital está como propriedade alheia em relação ao trabalho. É a determinação opositiva e social que se exprime nele e que, separadamente do próprio processo se expressa na propriedade do capital enquanto tal. (MARX, 1978, p. 149)

No segundo momento, da reprodução encurtada do capital, há uma relação direta entre  $D-D'$ , mediada pela estrutura necessária à operacionalização dos serviços bancários. O trabalho morto aqui compõe esta estrutura física em que são realizadas e processadas as operações atinentes ao capital rentista. A inovação tecnológica, neste cenário, objetiva conferir agilidade - em termos de tempo-espaco - para a multiplicação, ad infinitum, das operações bancárias. É nesta órbita de múltiplos giros da retroalimentação do capital rentista que se materializam as possibilidades da profusão da riqueza abstrata ancorada nos cassinos financeiros do capital especulativo. Cabe salientar que essa dinâmica especulativa é inerente ao próprio metabolismo do capital, pois absorve

volumes de capitais que, a rigor, seriam introduzidos na esfera produtiva aguçando as possibilidades de crises de superprodução de mercadorias.

Nos circuitos da reprodução capitalista, pode-se encontrar o capital em sua forma latente, na sua forma dinheiro. A posse em si do dinheiro representa a possibilidade de produção de riqueza material. Mesmo afastado do centro da produção da mais-valia, a mera posse do dinheiro encarna a capacidade de vender o dinheiro como capital, representando, de fato, a posse do capital por excelência. Assim, o possuidor de dinheiro engendra, igualmente como capitalista da produção, a possibilidade de apropriação - mesmo que indiretamente - do trabalho alheio, posto que, ao resgatar os títulos das dívidas contraídas pelos capitalistas industriais, está também se apropriando de parte da mais-valia produzida e realizada globalmente pelo sistema do capital.

Nesse sentido, o capital rentista e o capital produtivo compõem uma mesma engrenagem para a reprodução sistêmica. Na prática, contudo, o capitalista da produção recebe sua parcela de remuneração em face do seu trabalho de investidor e coordenador do processo produtivo, enquanto o rentista é aparentemente um mero aproveitador, pois empresta o dinheiro a juros numa atividade não produtiva. Conforme, aponta Marx, esta interpretação é ilusória, uma vez que tanto o capitalista da produção quanto o capitalista rentista são remunerados pela apropriação do trabalho alheio. Marx acena que as eventuais disputas, no âmbito intercapitalista, dão-se em virtude das pretensões distributivas para a apropriação de maiores partes da mais-valia realizada. Nosso autor comenta essas contendas nestes termos:

O preço de mercado do dinheiro – este é o nome do capital a juros - como capital de dinheiro se determina no mercado de dinheiro como qualquer outra mercadoria, em virtude da concorrência entre os compradores e vendedores, da procura e da oferta. Essa luta entre o capitalista de dinheiro e o capitalista industrial é apenas uma luta pela distribuição do lucro, pela participação que, na partilha, cabe a cada uma das seções. (MARX, 1978, p. 174)

Como aponta Marx (1978), ainda na Idade Média as práticas de empréstimos de dinheiro eram criticadas duramente não somente pela igreja católica; o próprio reformador Martin Lutero se converteu em um árduo crítico de tal atividade. A usura, como era chamada a atividade de empréstimo de numerário, representava deveras a possibilidade de ruína financeira dos tomadores de dívidas; porém, o exercício de emprestar dinheiro

não comprometia a saúde sistêmica do modo de produção feudal, em face do ainda rudimentar processo de troca dos excedentes. A partir da modernização do sistema de crédito, já no capitalismo, houve a institucionalização do empréstimo a juros como elemento de subsídio essencial à esfera produtiva.

No entanto, as severas críticas ao capital rentista se prolongariam ao longo dos séculos, passando pela época de Marx, chegando até os dias atuais. Todavia, donde partem, predominantemente, tais críticas ao capital rentista? Na época de Marx, tais críticas partiam, em geral, da pequena burguesia endividada; e eram recorrentes também nas teses criticadas por Marx dos teóricos Proudhon e Darimon.

Anteriormente, neste artigo, foi exposto como Marx esclareceu a engrenagem composta entre o capital que rende juros e o capital que produz mercadorias. Contudo, hoje, de onde provêm as críticas ao capital rentista? Não é nenhuma constatação original concluir que a gênese da maior parte das críticas ao capital rentista hodiernamente permanece partindo dos pequenos e médios capitalistas, sejam estes da indústria ou do comércio, em virtude de suas incapacidades de operar com recursos próprios. Com a hipertrofia da modernização alcançada pelo sistema de crédito - erguida, sobretudo, a partir da inserção da microeletrônica neste setor -, conseguiu-se ampliar significativamente o acesso a diversas modalidades de serviços financeiros disponibilizados aos múltiplos segmentos da sociedade, inclusive aos pequenos clientes pessoa física. Indiscutivelmente, a multiplicação da oferta de crédito no mercado financeiro mundial levou à contrapartida de um crescente endividamento jamais experimentado em termos de volume de capital. Com efeito, a crítica reduzida direcionada ao capital rentista - realizada em primeira mão pela pequena e média burguesia -, atualmente, engloba o reforço de amplas camadas sociais.

Por seu turno, a crítica de inspiração marxiana incide sobre a totalidade do sociometabolismo do capital, em que as classes representam não mais que as personificações dessa engrenagem cuja base é a reprodução do valor como relação social abstrata e impessoal. Com efeito, a mundialização do capital e a financeirização da economia são expressões do próprio desenvolvimento do metabolismo do capital levado ao seu limite. Como já referiu o próprio Marx (1986, p. 18), “o capital é a

potência da sociedade burguesa, que domina tudo. Na configuração social deste metabolismo, o rentista representa uma fração privilegiada desta complexa engrenagem, pois sua atividade exige a mediação/acumulação - na forma crédito - de considerável parte da riqueza abstrata e socialmente produzida. Marx (1986, p. 20) assim define o desempenho social deste agente na sociedade burguesa:

Poder-se-ia também entender por acumulação do capital monetário – mencionamos isso só de passagem para liquidá-lo rapidamente – a acumulação da riqueza nas mãos dos banqueiros (prestamistas de dinheiro por profissão), como mediadores entre os capitalistas monetários privados, por um lado, e o estado, os municípios e os mutuários reprodutores, por outro; pelo fato de que toda a enorme expansão do sistema de crédito, todo crédito em geral, é explorada por eles como se fosse capital privado. Esses sujeitos possuem o capital e a receita sempre em forma monetária ou em direitos sobre o dinheiro. A acumulação da fortuna dessa classe pode efetuar-se em direção bem diversa da acumulação real; demonstra, porém, em todo o caso, que essa classe embolsa boa parte dessa última.

Todavia, a crítica radical de inspiração marxiana não incide apenas sobre a esfera meramente distributiva. Ela reflete, ao propósito do salto ontológico para o engrandecimento da condição humana, sobre a categoria capital como totalizadora do modo de produção da ordem vigente, apontando sua contradição central e seus potenciais limites históricos podendo orientar a ação coletiva do indivíduo social em uma perspectiva comunal-solidária.

### **3 A Crise do Capital e a Emergência do Capital Financeiro**

Seguindo a análise de Marx, o surgimento do dinheiro como encarnação de todo trabalho humano somente foi possível com a expansão dos movimentos de troca nos primórdios do capitalismo comercial. A mercadoria, neste cenário, não mais reflete multilateralmente seu valor noutra (troca simples - ativo - passivo). Com efeito, surgiu uma forma peculiar e universal de intermediação das mercadorias pela forma dinheiro, revelando ao homem, pela primeira vez, a possibilidade da acumulação monetária como meio de inserção no consumo generalizado do mundo das mercadorias. Pela acumulação do dinheiro, o ser humano pode, agora, possuir o trabalho de outros e se sentir “o dono do mundo”, como infere Marx. Em “O capital”, o autor (1996, p. 103-104) resume essa transformação do equivalente geral, nesses termos:

As mercadorias, então, sem nada fazerem, encontram a

figura do seu valor, pronta e acabada, no corpo de uma mercadoria existente fora delas e ao delas. Ouro e prata já saem das entranhas da terra como encarnação direta de todo trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação dos produtos do trabalho em mercadoria, transformação que gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro. O enigma do fetiche do dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche da mercadoria em forma patente e deslumbrante.

Já nos “Grundrisse”, Marx (1999, p. 79) expõe a transformação do ser humano portador de dinheiro como um “sujeito poderoso”:

Por um lado o poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais está presente nele enquanto proprietário de valor-de-troca, de dinheiro. Ele carrega seu poder social, bem como o seu nexu com a sociedade no seu bolso.

Com o surgimento da moeda como equivalente padrão, progrediu a possibilidade do surgimento de crise. No sistema de circulação simples (M-D-M) já era potente a emergência de crise, mesmo sem que ainda houvesse o desenvolvimento do capital em sua versão mais complexa. Retrospectivamente, as trocas diretas representavam as intermediações dos parques excedentes até a Idade Média. Nessas transações comerciais, os atos de troca relativos à demanda e à oferta encerravam-se mutuamente. Em outro momento, surgiu a mercadoria padrão-equivalente (como o gado, o sal e outras mercadorias); no entanto, tal moeda, apesar de se configurar uma forma incipiente de dinheiro, não correspondeu às necessidades históricas com a profusão das trocas em grande escala, sobretudo pelas limitações apresentadas em termos de portabilidade e divisibilidade necessárias para consumação dos intercâmbios em expansão. Já com o surgimento da moeda do tipo padrão-metal, poder-se-ia empreender agilidade aos movimentos de trocas, considerando, inclusive, as suas qualidades intrínsecas quanto ao porte e à divisão. Com efeito, surgiram, igualmente, as possibilidades de retenção/acumulação da moeda do tipo metal; e, com essa possibilidade de acumulação individual do dinheiro, afere-se a potencialidade concreta da emergência das incipientes crises monetárias, sejam expressas por superofertas ou superdemandas. É possível perceber, a partir dessa genealogia do dinheiro, o germe das primeiras crises pela possibilidade da acumulação monetária, em face da possível desproporção acentuada entre os meios de circulação e os valores das

mercadorias. A característica fundamental dessa crise é a impossibilidade real de intermediação das mercadorias em circulação.

No escambo, havia uma identidade real entre compra e venda. Com a intermediação pelo dinheiro, há uma separação, em que o tempo-espaço não é necessariamente o mesmo nas transações, podendo ser separados, tanto na venda como na compra. O problema central aqui é justamente na velocidade da movimentação do dinheiro, podendo permanecer proporcional em um dado momento e desproporcional noutro. Há, portanto, uma aparente indiferença entre as esferas de compra e venda. Grespan (1999), com base em Marx, revelou que não é essa aparente indiferença que gera a crise; pelo contrário, a crise é a manifestação de que um polo não se sustenta sem o outro. Os momentos de crise na circulação simples se manifestam quando da ruptura da falsa aparência; então, pode-se concluir que, nestas circunstâncias, a crise depende das relações de autonomia entre os polos de compra e venda. É sob este cenário que afloram os primeiros meios de créditos. O incipiente capital bancário entra em cena como agente neutralizador de tal tensão entre oferta e demanda.

Com o desenvolvimento acelerado do sistema baseado nas trocas, a viabilidade da unidade orgânica entre circulação e produção das mercadorias necessitou de um ente que expressasse tal intercâmbio entre essas esferas coligadas, que, ao mesmo tempo em que permitisse mensurar a quantidade de tempo socialmente necessário embutido em cada mercadoria, fosse, igualmente, aceito social e historicamente pelos membros da comunidade. Com efeito, dadas essas exigências para o fluxo entre circulação e produção, revestiu-se de suma importância o surgimento da forma dinheiro como equivalente geral, encarnando a moeda metálica como a mais pertinente forma de se realizar os intercâmbios baseados no cálculo racional inerente a um sistema baseado no trabalho abstrato.

Em princípio, o dinheiro, como expressão da fluidez das mercadorias, resolveu um problema no que tange à acelerada intensificação das trocas na sociedade capitalista; porém, mesmo encarnando a magnitude do sistema do capital, a forma dinheiro, ao mesmo tempo, começou a emanar situações problemáticas para as quais ainda não se produziram soluções definitivas. Com a autonomia conferida à forma dinheiro, não se pode planejar, de

forma indefectível, a quantidade de moeda necessária para se fazer frente à circulação geral das mercadorias. Com efeito, ao persistir essa dúvida, há a possibilidade imanente de se pôr em xeque a própria “contabilidade” do dinheiro, tendo por consequência o descrédito social dele como equivalente geral. Em um primeiro momento, como tentativa para solução de tal incógnita, o Estado assumiu o controle geral de emissão do numerário adequado a se fazer frente à circulação de mercadorias; no entanto, com a modernização do crédito e das finanças de uma maneira geral, tal controle por parte dos organismos estatais tenderam a se tornar apenas relativo. Passou-se a conviver, então, em um ambiente de constante incerteza acerca da confiabilidade social conferida à moeda.

Subjacente ao incremento da forma do equivalente geral, seguiu-se a evolução do sistema de crédito. A incipiência de tal sistema remonta às práticas do capital comercial, ainda sem a presença do juro nas intermediações de compra e venda. O antigo modelo de crédito do capital comercial era baseado no adiamento do prazo para quitação de pagamentos no ato da aquisição de mercadorias. Assim, permitiram-se as primeiras formas de antecipação de consumo, mediante a ampliação do prazo para a liquidação dos pagamentos. A ampliação das formas de crédito correspondeu à necessidade gradativa imposta pelo incremento do mercado das trocas, como um reflexo da capacidade do homem no sentido da expansão de suas forças produtivas. Com efeito, com a proliferação dos segmentos produtivos fez-se consolidar a crescente divisão técnica e social do trabalho.

Segundo Marx (1986), a proliferação do crédito comercial na circulação de mercadorias fez surgir a primeira forma de dinheiro de crédito. Para nosso autor, a possibilidade do intercâmbio comercial de créditos facilitou sobremaneira a ampliação das trocas. Com este sistema de intercompensações de créditos foi possível um devedor quitar uma dívida com outrem lançando mão de crédito disponível junto a um terceiro. Com a modernização do sistema de crédito, Marx, ressaltou o fato de que, enquanto estiver assegurada, sob determinado equilíbrio, a fluidez da reprodução do capital, o sistema de crédito bancário se mantém estável. Todavia, quando há algum abalo que comprometa esta suposta situação de equilíbrio, aciona-se uma tendência para contração dos créditos no mercado.

Segundo Marx (1986, p. 23), o excesso de capital industrial não realizado faz com que, por exemplo, “o fiandeiro que reduz sua produção e tem grande estoque de fio não vendido não precisa comprar algodão a crédito; o comerciante não precisa comprar mercadorias a crédito, porque as que tem são mais que suficiente.” Em consonância à tese de Marx, existe uma real conexão entre o setor produtivo e o setor financeiro.

A partir da leitura de Marx, seguindo a trajetória de eclosão dos momentos de crise do metabolismo do capital, em primeiro plano, há a emergência da crise de realização do capital industrial. Em seguida, há uma retração do crédito, posto o refluxo retardado que resulta em preços em queda e mercados saturados. Para Marx, toda crise, em regra, se reflete ou aparece em termos da desproporção entre o consumo e o aumento das forças produtivas. Ao se referir ao surgimento da crise, em uma sociedade formada exclusivamente de capitalistas industriais e trabalhadores assalariados, o autor infere (MARX, 1986, p. 24):

Imaginemos toda sociedade composta apenas por capitalistas industriais e trabalhadores assalariados. Abstraiamos, além disso, as flutuações de preços, que impedem grandes porções do capital global de se repor em suas proporções médias e que, em virtude da interdependência geral de todo o processo de reprodução, como nomeadamente o crédito o desenvolve, têm sempre de provocar paralisações temporárias gerais. Abstraiamos, igualmente, os pseudonegócios e as transações especulativas, que o sistema de crédito estimula. Então, uma crise somente seria explicável por desproporção da produção nos diversos ramos e por uma desproporção do consumo dos próprios capitalistas para com a sua acumulação. Mas, como as coisas são, a reposição dos capitais investidos na produção, depende, em grande parte, da capacidade de consumo das classes não produtivas; enquanto à capacidade de consumo dos trabalhadores está limitada, em parte, pelas leis de salários, em parte pela circunstância de só serem empregados enquanto puderem ser empregados com lucros para a classe capitalista. A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas, em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite.

Com a entrada no cenário do sistema financeiro, a crise só aparentemente toma outra conotação. Como já foi demonstrado, o setor produtivo é o verdadeiro produtor das riquezas, cabendo ao setor financeiro se apropriar de frações da mais-valia socialmente produzida para redistribuí-las, concentrando capital nos segmentos mais dinâmicos da economia. Nesse sentido, os juros,



que em primeira instância é o propulsor do sistema financeiro e referência de incentivo ao setor produtivo, oscilam de acordo com as necessidades de reprodução do capital. Segundo Marx (1986), o capital rentista tem sua oferta expandida quando o capital industrial vai bem. No entanto, ao aflorarem os primeiros raios de crise, há a retração do crédito e os juros sobem; em regra “o movimento do capital de empréstimo, como ele se expressa na taxa de juros, decorre em direção oposta à do capital industrial” (1986, p. 28). Isso se justifica pelo crescimento da inadimplência e pela generalizada quebra de confiança sistêmica. Nas palavras de Marx (1986, p. 28):

A fase em que a taxa de juros baixa, mas superior ao nível mínimo, coincide com a “melhoria” e a confiança crescente, subsequente à crise, e especialmente a fase em que ela alcança seu nível médio, o meio equidistante do mínimo e do máximo, só esses dois momentos expressam a coincidência entre capital de empréstimo abundante e grande expansão do capital industrial. Mas, no começo do ciclo industrial, a taxa de juros baixa coincide com a contração do capital industrial, e, no fim, do ciclo, a taxa de juros alta coincide com a superabundância de capital industrial.

Seguindo a tese de Marx, o sistema do capital se converte em uma “contradição em processo”. Com efeito, as crises tendem a se manifestar continuamente. Em determinada circunstância, percebe-se uma euforia em face da produção aliada ao consumo crescente; no entanto, no período subsequente, emergirá a superprodução de mercadorias com a expansão da esfera produtiva, para além da capacidade de consumo geral da sociedade. Assim, a crise tende a se manifestar, em princípio, no setor produtivo e aportar, em seguida, no setor financeiro. Dessa forma, conclui-se, segundo Marx (1986, p. 29, que “cada um dos elementos que compõem a repetição das velhas crises traz dentro de si o germe de uma crise futura muito mais violenta.”

Assim, a crise, uma vez manifestada, aparece agora no setor financeiro como uma crise de pagamentos, ou de liquidez, em que existe a dificuldade de resgate de títulos bancários emitidos (calote). Isso apenas é a reflexão da crise realmente instalada no setor produtivo pelas razões encarnadas pela contradição central do sistema do capital. Como lembra Marx (1986), esses títulos bancários não “honrados” representam, em sua maioria, atividades produtivas realmente efetivadas e não realizadas na circulação. Uma legislação bancária equivocada pode - como bem observa Marx - agravar ou acelerar a crise, mas jamais criá-

la ou solucioná-la. Pretende-se, ao remeter a essência da crise de natureza produtiva para outra esfera, tornar a acumulação do capital cada vez mais intocável, lançando uma cortina de fumaça sobre a verdadeira face de sua contradição interna. Marx infere, nesses termos, a contribuição de um sistema de crédito sofisticado, no sentido de encobrir as essenciais determinações da produção capitalista:

De resto, tudo aparece aqui invertido, pois nesse mundo do papel, o preço real e seus momentos reais nunca aparecem nas barras de dinheiro metálico, notas, letras de câmbio e papéis de crédito. Essa inversão aparece, sobretudo, nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do País (...) todo o processo se torna incompreensível (MARX, 1986, p. 29)

Cabe salientar, contudo, que a ampliação do sistema de crédito remonta à época do mercantilismo, inclusive com o financiamento das primeiras grandes navegações e pela intensificação do comércio nas cidades europeias. Com o desenvolvimento tecnológico - na revolução industrial -, o capital a juros tornou-se elemento fundamental para o financiamento da produção, na condição de antecipador de capitais para a aquisição de máquinas e formação de capital de giro. Com efeito, o capital rentista responde por grande parte da impulsão capitalista mundial, financiando, mas também especulando, tendo como parâmetro a apropriação de futuras frações de mais-valia a ser realizadas, como também multiplicando a riqueza abstrata. Na contemporaneidade, tem-se um quadro, a partir das incorporações da microeletrônica e do avanço do setor de telecomunicações, em que são efetivadas incontáveis transações bancárias envolvendo quantias absolutamente inimagináveis. Inúmeras dessas operações - na sua grande maioria interfirmas - são realizadas por intermédio de transferências internacionais, não mais resguardando o antigo lastro com a produção da riqueza material realmente existente originada no setor produtivo; e se avoluma uma incalculável quantia de dinheiro por ano em termos de riqueza abstrata, cuja origem está na fonte milagrosa da reprodução encurtada do capital (relação D-D'), encerrando a gênese dos movimentos especulativos na forma de capital fictício. Marx, já em sua época, preconizava esse tipo de transação que se esvanecia magicamente de sua fonte originária. Marx (1986, p. 11), ao definir capital fictício, em “O capital”, resume:

A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada

em se calculando na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria se, por exemplo, a receita anual de 100 libras seria o juro anual de 2000 libras, e essas 2000 libras são agora consideradas o valor capital do título jurídico de propriedade sobre as 100 libras anuais. Para quem compra esse título de propriedade, a receita de 100 libras representa então, de fato, os juros de seu capital investido a 5 %. Toda a conexão com o processo real de valorização do capital se perde assim até o último vestígio e a concepção do capital como autônomo que se valoriza por si mesmo se consolida.

Em seu transcurso histórico, a modernização do sistema de crédito encarnou inúmeros desdobramentos, repercutindo na feição da moeda. Assim, a sociedade conviveu com metamorfoses no mundo mágico do dinheiro. Inegavelmente, a participação do Estado, enquanto gestor das finanças públicas, passou por diversas adaptações no decorrer de tais etapas históricas, objetivando, sobretudo, conter as crises monetárias de credibilidade da moeda dos respectivos países. Uma das políticas relevantes de controle interno da moeda, levada a cabo pelos Estados, foi justamente o controle da taxa de juros aplicados às economias nacionais. Por esse meio, os governos tentam adequar o fluxo da moeda, restando ou aquecendo os ciclos econômicos, em conformidade com as necessidades apresentadas nas diversas conjunturas históricas.

Uma das formas inovadoras que marcaram a modernização tardia do sistema de crédito foi o surgimento do capital financeiro. Hilferding (1985) foi o primeiro a utilizar este termo. Na realidade, o capital financeiro é uma consequência de inúmeras tensões verificadas, ao longo da história, entre produção e circulação. Com a proliferação dos grandes conglomerados, organizados em sociedades anônimas, inúmeros fenômenos emergiram, de forma mais visível, a partir do século XX. Tais fenômenos dizem respeito, sobretudo, à intensificação dos movimentos de concentração e centralização do capital. As ampliações de tais dinâmicas do capital encerram crescentes alterações na medida de tempo-espço inerente à acumulação ampliada capitalista. A partir deste cenário, tais inovações foram enfatizadas com a crescente presença das formas contratendências à tendência decrescente da taxa de lucros, sob as formas de oligopolização, monopolização e o afloramento de trustes. Com efeito, essas metamorfoses fizeram emergir a crescente participação e o controle empresarial por cota de ações. Assim, a personificação do capitalista

proprietário foi, aos poucos, substituída pela presença crescente da administração e da contabilidade científicas na direção profissional das grandes empresas monopolistas.<sup>3</sup>

A sofisticação do sistema de crédito com a emergência do capital financeiro acirrou a tendência crescente da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto no âmbito da esfera produtiva, com todas as consequências sociais deletérias atinentes a esta dinâmica, pois os novos desdobramentos desta aliança entre capital industrial e capital rentista proporcionou um crescente afã do capital produtivo em conferir maior incentivo à ampliação de sua capacidade instalada de produção. Tal incremento é realizado a partir do financiamento da renovação tecnológica dos parques industriais, redundando em uma tendente expansão da produtividade a partir da propulsão conferida à composição orgânica do capital.

O avanço da procura pelo capital-dinheiro, necessário para a garantia da manutenção de significativas parcelas do capital produtivo na acumulação geral do capital, impõe o surgimento de incontáveis formas de crédito, inclusive as formas fictícias de financiamento em que emergem modalidades de crédito desconexas do real movimento produtor das mercadorias. Com efeito, o capital financeiro e o capital produtivo apelam, constantemente, para a reconstituição desta conexão entre o capital monetário e o capital produtivo, ou seja, entre circulação e produção, sob pena de esgotamento completo do crédito social da reprodução do próprio metabolismo do capital. Na busca frenética por se restabelecer este elo perdido entre a esfera produtiva e a esfera da circulação, o metabolismo orgânico do capital impõe reedições amiúde de reestruturações técnico-organizacionais e técnico-produtivas às instituições que lhes conferem personificação. Assim, o movimento de subsunção real do trabalho ao capital é realimentado até às últimas consequências, inclusive com a progressiva redundância que vai encarnando o trabalho vivo frente ao maquinário; todavia, no sentido de restabelecer a credibilidade sistêmica, o capital não descarta ofensivas ainda mais desumanas e destrutivas, como por exemplo, o patrocínio/incentivo de conflitos beligerantes entre povos e nações.

#### **4 Conclusão**

Com o intenso movimento da acumulação do capital, há uma disputa intercapitalista no sentido de

se apropriar das novas tecnologias disponíveis no mercado, isto aliado a um processo de reestruturação produtiva das empresas de forma ampliada. Neste cenário, os capitais tendem a migrar em busca de novos horizontes para a sua valorização, sejam estes localizados nas mais diversas partes do mundo ou na esfera não produtiva do capital fictício. Dada tal configuração, percebe-se uma tendência à ampliação dos fluxos de capitais entre nações, não somente na esfera propriamente produtiva, mas, sobretudo, na forma de capital financeiro. A crescente intensidade de giros destes fluxos de capitais transnacionais incorporam amplas possibilidades para os movimentos de concentração e centralização do capital de forma crescente. A partir das modernas formas assumidas pelo sistema de crédito mundial, os Estados nacionais, com o fito de “ajustar” as contas públicas, submetem-se - de forma mais ou menos subordinada - ao capital financeiro internacional, contribuindo para ampliação dos seus fluxos intermináveis, encarnados em operações fictícias ou não, avalizando, desta forma, o predomínio desta forma de capital sobre os povos e nações.

Na aparente desordem da atualidade, em que tudo parece não ter sentido, torna-se ainda mais difícil identificar a real determinação da crise do capital, encoberta por um complexo sistema financeiro mundial. Bolsas de Valores interconectadas, redes de bancos internacionais, dinheiro de plástico, fundos de pensão, enfim, uma financeirização econômica em escala mundial; no entanto, mesmo com todos esses circuitos de mundialização do capital, a crise permanece, em última instância, atrelada às causas identificadas por Marx, ou seja, no incremento ilimitado das forças produtivas, encarnando crescentes dificuldades no que tange à realização da mais-valia global e abundantemente produzida.

Neste cenário de crise, o capitalista do setor produtivo lança-se no mercado de crédito no afã de se manter rentável. Nesse sentido, em um quadro de crise generalizada, por excesso de mercadorias disponibilizadas para o consumo, o último refúgio do capital produtivo é a corrida aos bancos, objetivando, inclusive, à reposição do maquinário obsoleto. Assim, a esfera produtiva estimula a dinâmica da reprodução encurtada do capital rentista (D-D'). Caso se projete o momento no qual a insolvência sistêmica, gerada por conta da dificuldade crescente em realização da mais-valia

produzida, alcance o patamar capaz de comprometer a liquidez do sistema crédito, poder-se-ia vivenciar um caos econômico de dimensão catastrófica. Ainda é cedo para apontar se a chamada crise financeira global de 2008 representa um prenúncio deste quadro crítico sem precedentes, mas é fato que trilhões de dólares dos Estados das economias centrais e periféricas já migraram para o setor produtivo e financeiro do capital sem que todas as turbulências atinentes a esta contemporânea manifestação da crise sistêmica fossem definitivamente controladas.

Esses processos de tentativas de retroalimentação do dinamismo metabólico do capital repercutem sobre as relações sociais, refletindo deletariamente sobre as classes trabalhadoras em face da expansão do contingente da força de trabalho crescentemente supérflua. No cenário contemporâneo, tais desdobramentos são reflexos do metabolismo do capital nas diretrizes do Estado capitalista, subordinando-o aos imperativos do capital financeiro como suporte para a garantia do “equilíbrio” sistêmico. Nas economias periféricas, tal subsunção tem reflexos catastróficos, pois se tenta conter a contradição entre o sistema financeiro e sua base monetária a partir da atuação dos bancos centrais, seguindo as recomendações dos ditos órgãos multilaterais. Na periferia, são necessárias taxas de juros elevadas em virtude da necessidade de atrair capitais voláteis em nome do saneamento das contas públicas. Com efeito, as dívidas contraídas a partir da promessa de pagamento por apropriações de parcelas da mais-valia a ser produzida são monitoradas periodicamente aferindo-se o montante acumulado em termos do superávit primário. Estas formas de financiamento das dívidas, quase sempre, limitam a capacidade de investimentos sociais dos países, contribuindo para o alargamento da vala comum dos indigentes do capital.

Nas economias centrais, por sua vez, as chamadas medidas austeras representam essencialmente a prevalência dos recursos estatais drenados ao capital rentista internacional, em detrimento da manutenção da qualidade da seguridade social prestada ao contingente crescente da força de trabalho supérflua para a reprodução capitalista. Tais transferências de recursos para o capital financeiro podem ser traduzidas em uma expressão renovada da socialização dos prejuízos sistêmicos, seguida da privatização dos lucros, conforme os designios

estabelecidos pela heterodeterminação da ordem vigente.

### Notas:

- (1) Capital financeiro foi o termo empregado, em 1910, por Hilferding (1985), cujo objetivo era conceituar a inserção do capital rentista na esfera produtiva, principalmente, por intermédio da aquisição de ações do capital produtivo sob o regime de sociedade anônima. Acerca dessa discussão, serão realizadas abordagens mais detalhadas adiante.
- (2) A formulação desse diagrama foi extraída da tese de doutorado intitulada "O trabalho no labirinto do mito da responsabilidade socioambiental: a experiência da cidadania empresarial no Banco do Brasil." (PONTE, 2011).
- (3) Esta tendência, no sentido da substituição crescente da personificação do capitalista proprietário pela ação da administração científica profissional, é ainda mais intensificada pela inserção crescente dos fundos de pensões na economia mundial, principalmente a partir do final do século XX, conforme análise de Chesnais (1996).

### Referências

- CHESNAIS, F. Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- GRESPLAN, J. L. S. O negativo do capital. São Paulo: Hucitec, 1999.
- HILFERDING, R. O capital financeiro. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. Teorias sobre a mais-valia. In: GIANNOTTI, J. A. (Org.). Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. O processo de circulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1986. Iv II, v. II (Os Economistas).
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. Iv. I, v. I.
- MARX, K. Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (borrador) -GRUNDRISSE. Buenos Aires: Siglo XXI, 1999. t. I, v. II.
- MARX, K. Para a crítica da economia política. Lisboa: Progresso Lisboa-Moscovo, 1982.
- MARX, K.; ENGELS F. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Global, 1986.
- PONTE, J. R. T. O trabalho no labirinto do mito da responsabilidade socioambiental: a experiência da cidadania empresarial no Banco do Brasil. 2011. 322 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

**\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Professor Adjunto do Departamento de Teoria Econômica (DTE), da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo (FEAAC) da Universidade Federal do Ceará (UFC).**

# DIFUSÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL: estratégias governamentais

Por Antonio Joaquim da Silva,\* Maria do Socorro Lira Monteiro\*\* e Eriosvaldo Barbosa Lima\*\*\*

**Resumo:** a temática sobre a modernização da agricultura brasileira tem despertado polêmica quanto ao papel estatal em contemplar o setor agroindustrial. Nesse sentido, este artigo pretende refletir sobre a participação do Governo Federal na origem e na consolidação do agronegócio no País. Considerou-se, para efeito de discussão, o método de análise de conteúdo. Após a análise, conclui-se que as benesses governamentais, sobretudo, por meio de subsídios rurais, infraestrutura, disponibilidade de terra, assistência técnica, abertura comercial e intervenções cambiais configuram-se como condição sine qua non para a expansão do agronegócio, o que tem repercutido na hegemonia em favor das multinacionais do capital agrário e subordinação da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Commodities agrícolas. Modernização conservadora.

**Abstract:** The subject about Brazilian agriculture modernization has aroused controversy regarding the State role in contemplating the agroindustrial sector. In this sense, this paper reflects on the participation of the Federal Government at the source and in the consolidation of agribusiness in the country. For the purpose of discussion, it was considered the content analysis method. After analysis, it was concluded that the Government favours, especially through rural subsidies, infrastructure, availability of land, technical assistance, trade liberalization and currency interventions, configures itself as a sine qua non the agricultural capital and multinationals subordination of family agriculture.

**Keywords:** Agribusiness. Agricultural Commodities. Conservative modernization.

## 1 Introdução

Registra-se que, no atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira, o agronegócio se apresenta como agente responsável por intensas transformações no espaço agrário, por designar os setores de serviços e de fornecimento de entrada na agricultura (indústria de bens de capital), uma vez que valoriza a organização da economia agrícola através da integração e coordenação da gestão dos negócios, passando a incluir as finanças, o *marketing* e as novas tecnologias. Nessa perspectiva, Boland e Akridge (2004) ressaltam que cada vez mais o termo agronegócio passou a visar a disputa por melhores preços e a conquista de nichos de mercados para suas mercadorias.

Sob essas condições, Wanderley (1996) salienta que o deslocamento das políticas do eixo da propriedade da terra para o eixo da produtividade da terra implicou em mudanças profundas no modo de organizar a agricultura, que se encerram no nível do seu formato técnico e de suas relações sociais, haja vista subordinar-se à dinâmica gestada a partir da grande propriedade rural, isto é, a uma economia de escala.

Dessa forma, o agronegócio se apresenta como elemento seletivo, diferenciador e subordinador de processos, sujeitos e setores, uma vez que incorpora uma identidade política em consonância com as suas necessidades, transações e lógicas de desenvolvimento (BRUNO, 2009).

Logo, com a finalidade de avaliar a origem e consolidação do agronegócio no Brasil, utilizou-se, neste artigo, o método de análise de conteúdo, por meio de pesquisa bibliográfica em livros, teses e artigos científicos. Para tanto, o trabalho está dividido em quatro seções, incluindo esta introdução. A próxima versa sobre as posições teóricas e conceituais do agronegócio, destacando a construção histórica do termo; a terceira seção trata do contexto político/econômico que viabilizou sua implantação e difusão; e a última apresenta as conclusões sobre a discussão.

## 2 Agronegócio: conceituações e gênese epistemológica

Zylbersztajn (1995) constatou que o conceito de agronegócio inclui estágios sucessivos dos fluxos de *commodities* agrícolas (bens que apresentam um

determinado padrão para o mercado, que não sofrem processos de manipulação ou que são pouco alterados) e agroindustrializados, influências governamentais, mercados futuros e associações comerciais, que atuariam no sentido de coordenar as flutuações dos preços e verticalizar a produção, visto que se estabelecem relações de dependência entre indústrias a montante ( $D_1$ ), que produzem bens de capital e insumos básicos para o campo, estabelecimentos rurais, indústrias a jusante que processam alimentos, logística e o mercado consumidor. Nesse sentido, o autor enfatiza que a construção da ideia de agronegócio possui ampla aplicação, que vai desde o desenho de políticas públicas até arquitetura de organizações e elaboração de estratégias corporativas. Logo, explicita o papel do Estado, das firmas, das cooperativas, das associações, do aparato<sup>1</sup> tecnológico, dos mercados, ou seja, da eficiência institucional como requisito indispensável para a dinâmica do agronegócio.

Salienta-se que a origem da palavra agronegócio deriva de *agribusiness*, expressão surgida nos Estados Unidos da América, na década de 1950, quando os professores John Davis e Ray Goldberg, da *Harvard Business School*, identificaram a relação de interdependência entre os três setores da economia. Para tanto, através da análise de matriz insumo/produto derivada da teoria neoclássica da produção de Wassily Leontief, que possibilita computar o fluxo de entrada que deve ocorrer para se obter determinado fluxo de saída entre insumo e produto, organizaram aqueles setores segundo um sistema agroindustrial. Por isso, definiram agronegócio como a soma de todas as operações de processamento e distribuição de insumos agropecuários, as atividades de cultivo e colheita nas unidades agrícolas; e o armazenamento, o beneficiamento e a distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (SILVA, 1998).

Esse panorama evidencia que o agronegócio engloba atividades como lavouras, pecuária, extração vegetal, fornecimento de insumos, processo agroindustrial e todas as áreas que dão suporte ao fluxo de produtos até o consumidor final. Nesse sentido, para o Ministério da Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2002) o valor agregado do agronegócio envolve cinco mercados distintos: suprimento, produção, processamento, armazenamento e distribuição, além do consumo final.

Por outro lado, Silva (1998, p. 66-67) esclarece que, em função da interdependência das conexões setoriais existentes, isto é, das necessidades e interesses de cada componente do sistema, a produção agrícola se coloca como parte de um diversificado conjunto setorial macroeconômico da agricultura industrializada, como consequência de sua relação “com o mundo dos grandes negócios.” Destarte, o autor ressalta que o conceito de *agribusiness* “nada mais é do que um agregado de subsistemas inter-relacionados por fluxos de troca.” Dessa maneira, ele entende que o agronegócio se caracteriza essencialmente por critérios operacionais para a organização produtiva dos segmentos que o formam, desconsiderando, portanto, as questões sociais e ambientais na composição do mesmo.

Na década de 1970, a temática sobre *agribusiness* recebeu atenção especial nos estudos do francês Louis Malassis (apud ZYLBERSZTAJN, 1995), assentados em quatro setores: empresas, agropecuária, indústrias processadoras e distribuidores de alimentos, que empregou a expressão *filière* ou cadeia para instituir a terminologia Setor Agroalimentar; sendo que o primeiro fornece à agricultura serviços e meios de produção, denominados de indústrias a montante; o segundo responde pelas atividades rurais propriamente ditas; o terceiro se relaciona ao setor de beneficiamento de matérias-primas ou indústrias a jusante; e o quarto refere-se à comercialização dos alimentos processados. Desse conjunto, Malassis agregou os três primeiros para representar a agroindústria ou complexo de produção agroalimentar. Depois reuniu as atividades ligadas ao comércio e aos serviços para estabelecer a distribuição, desse modo distinguiu as funções desses dois subsectores dentro da cadeia.

Não obstante o aporte estratégico nos dois modelos analisados, Zylbersztajn (1995) salienta que na perspectiva americana predomina o papel das corporações, e na visão francesa as ações governamentais. Nessa apreensão, o autor expõe a dinâmica das correlações para caracterizar Sistemas Agroalimentares (SAGs), por caracterizar a industrialização de alimentos, de bebidas, de papel e celulose, de couros, de borracha etc. Desse modo, ele explica que os SAGs se calcam no tripé estrutura/condução/desempenho da organização industrial, onde um único produto se torna representativo dentro do conjunto, por exemplo: o SAG do café, da carne, do suco de laranja, da soja etc.

Ademais, o citado autor destaca também as contribuições dos estudos de caso sobre *Commodity Systems Approach* ou Sistemas Agroindustriais desenvolvidos na *Harvard Business School* para a evolução da função do *agribusiness* em termos de lucratividade, estabilidade de preços, estratégia das corporações e adaptabilidade dos produtos para o mercado consumidor.

Assim, ao perceber a influência dos custos na governança do sistema, Zylbersztajn (1995) apresentou a proposição de um modelo analítico para o bom desempenho do agronegócio. Para tanto, tomou como exemplo o SAG do café para caracterizar as transações ( $T_1$ ,  $T_2$ ,  $T_3$  e  $T_4$ ) existentes entre os segmentos que constituem o SAG, acrescentando a importância dos ambientes institucional (através de políticas de comando e controle) e organizacional (sindicatos, associações, organizações públicas e privadas) como instrumentos de inovação na sua estrutura. A Figura 1 resume a conformação apresentada.

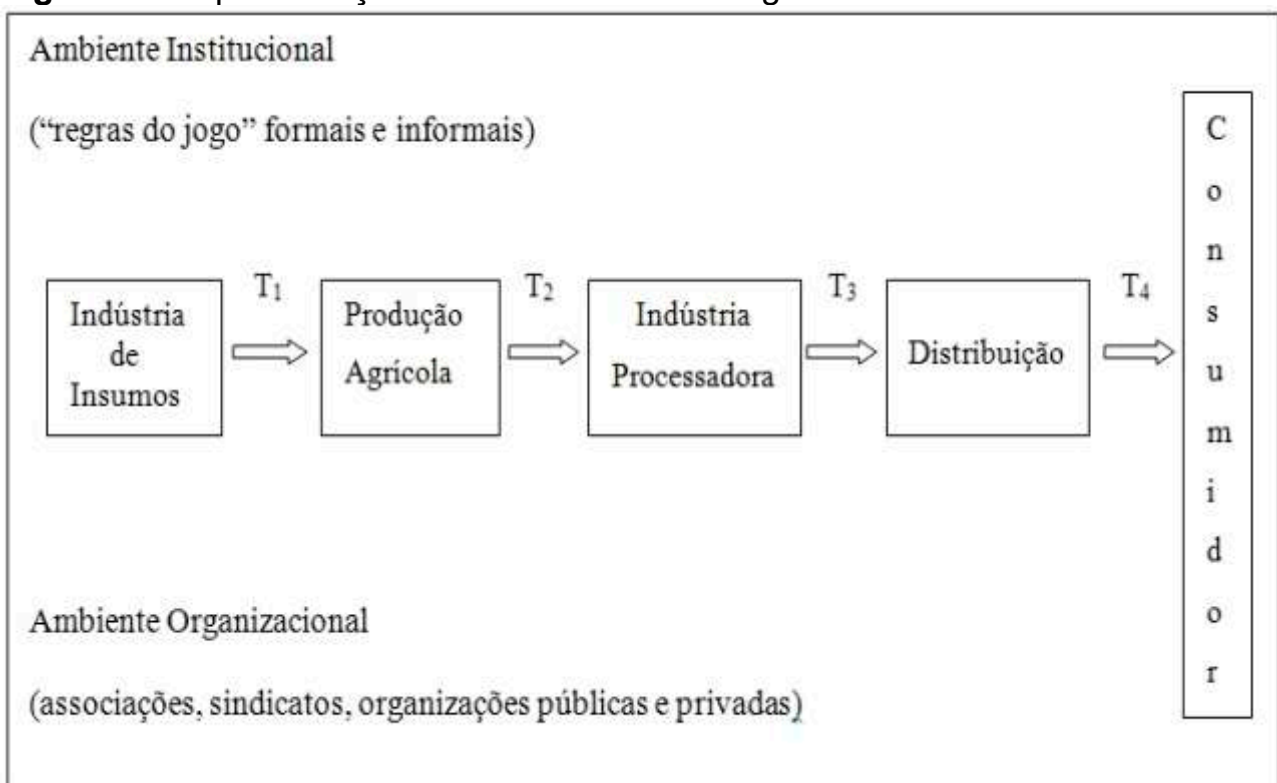
Verifica-se na Figura 1 que o exame das transações permite identificar quais arranjos organizacionais existentes determinam os fluxos no

Sistema, enquanto a abordagem nos setores possibilita uma análise das características de cada indústria ou atividade, com variáveis de competição, desempenho das empresas etc.; e, ao mesmo tempo, evidencia o impacto institucional, tanto formal (leis, normas, regulamentações, acordos etc.) como informal (aspectos culturais, códigos de conduta, etc.), para a definição das “regras do jogo”. Dentro do ambiente organizacional, assinala os interesses de ação coletiva, por meio de representações sociais, como mecanismos influentes à performance do agronegócio.

Nesses trâmites, preconiza-se que a integração entre as etapas do ciclo de vida de um bem (produção, processamento, distribuição e consumo final) e arranjos econômicos, políticos e sociais qualificam a representação do agronegócio. Registra-se, ainda, que essa configuração se apoia no processo de globalização da economia, em que arranjos de coordenação e gestão de negócios se destacam na governança daquele.

Por outro lado, Silva (1998) acentua que esse panorama manifesta que as preocupações marxistas sobre o papel das firmas internacionais

**Figura 1 - Representação analítica do sistema agroalimentar**



Fonte: Zylbersztajn (1995).

nas concepções de *agribusiness* e *filière* se incorporaram às transformações dos padrões de consumo no mundo, que depois da Segunda Guerra Mundial adquiriu *status* fordista. Sendo assim, o autor realça as reflexões da constituição dos complexos internacionais de *commodities* de origem agrícola, como o complexo internacional milho/soja/carne e o complexo dos óleos vegetais.

Embasado nessa contextualização, compreende-se agronegócio como um complexo sistema de produção, comercialização e distribuição das *commodities* agrícolas e agroindustriais, integrado verticalmente, cujo comando é orientado pelo mercado e dominado pelas grandes multinacionais do setor; outrossim, que essa conformação interfere nos processos de organização ou desorganização espacial dos territórios, haja vista ter por natureza a reprodução do capital. Portanto, destaca-se o imperativo de uma abordagem que entende o agronegócio como um projeto sociopolítico formulado pelos interesses do Estado e de grupos hegemônicos do capitalismo agrário, comandado pelo mercado financeiro internacional. Logo, faz-se possível analisar o contexto de instalação e difusão do agronegócio no Brasil, particularmente a participação estatal nesse processo.

### **3 Papel do Governo Brasileiro para a Difusão do Agronegócio**

A introdução do agronegócio no Brasil data das mudanças nos padrões de reprodução do capitalismo na agricultura, ocorridas a partir de meados do século XX, quando as metas instituídas pelo Governo Federal, visando modernizá-la, foram determinantes para o desenvolvimento industrial.

Conforme Cano (1998), os pressupostos causadores da fecundação e da maturação do agronegócio se transubstanciaram na internalização da indústria de insumos modernos, de máquinas e de equipamentos que, conseqüentemente, disseminaram a decomposição do complexo rural, que se caracterizava pela dependência das flutuações do mercado externo e pelo uso de tecnologia agrícola bastante rudimentar em praticamente todas as regiões, exceto Sudeste e Sul.

Em virtude desse quadro, Silva (1998) concebu agronegócio como uma orquestração de interesses pelo Estado, por meio de políticas públicas e por instituições e organizações privadas ou não. Destarte, ele reconheceu que a partir da década de 1960 a constituição dos Complexos Agroindustriais

(CAIs) no Brasil passaram a ser moeda corrente no vocabulário técnico e intelectual, por transformar o padrão técnico da produção agropecuária, ao substituir a lógica da produção tradicional, também conhecida de complexo rural, para outra alicerçada *stricto sensu* em tecnologias modernas, manifestadas pela internalização da indústria de base para agricultura, assegurando a oferta de matérias-primas estratégicas (defensivos, fertilizantes, tratores, sementes etc.) e a expansão das agroindústrias processadoras.

Fearnside (2001) relata que tal situação exigiu a expansão do mercado interno, decorrente da intensificação da urbanização e da substituição das importações de bens de capital e dos fundos de investimentos do Estado, evidenciando que esses arranjos desencadearam a modernização tecnológica do setor agropecuário, cujo caráter produtivista, desigual e concentrado foi substancialmente prejudicial para as relações sociais de trabalho e para a manutenção dos estoques de biodiversidade.

Para Silva (1998), o conceito de modernização da agricultura encerra ampla conotação, ora se referindo apenas às transformações na base técnica da produção, ora às modificações capitalistas em todo o processo produtivo.

Na primeira situação, qualifica-se como o estabelecimento rural que utiliza de modo intensivo equipamentos e técnicas, como máquinas e insumos modernos, para assegurar maiores rendimentos no processo produtivo (KAGEYAMA et al., 1996).

Na segunda situação, o conceito ultrapassa o patamar de configuração técnica e passa a considerar todo o contexto das mudanças ocasionadas nas relações sociais de produção, inclusive os efeitos na estrutura e no perfil agrário (MARTINE, 1991).

Assim, o novo *modus operandi* passa a sustentar outra lógica nas relações homem/natureza, em que o curso da apropriação dos bens ambientais é ritmado pela necessidade de crescimento da economia, principalmente da agroindústria. Consoante Kageyama et al. (1996, p. 114), esse panorama, inclusive sua progressão, evidenciou-se porque as múltiplas relações de interdependência entre agricultura e indústria não mais poderiam ser negligenciadas, já que a “subordinação da natureza ao capital que, gradativamente, liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais dadas, passando a fabricá-las sempre que se



fizerem necessárias”, tornara-se circunstância essencial para a instalação do agronegócio.

Matos e Pessôa (2011) asseveram que a participação estatal foi essencial para a imposição desse contexto agrário/agrícola; primeiro, por conceder financiamentos através do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, para investir em pesquisas científicas mediante a criação de instituições, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) em 1971; segundo, por favorecer às grandes propriedades e grupos empresariais rurais, por meio de Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), pelo seguro agrícola e pelas *benesses* para a incorporação de novas áreas (via ocupação e valorização de terras públicas) produtivas nos Cerrados e na Amazônia. Para tanto, disponibilizou infraestrutura necessária à instalação do agronegócio mediante a construção de rodovias pavimentadas ou não, portos, pontes, aeroportos, usinas hidrelétricas, eletrificação rural e construção de armazéns para grãos.

Ademais, em consonância com Leal e França (2011), o SNCR, cujo principal agente era o Banco do Brasil, priorizava financiamentos de capital de giro a prazos relativamente longos, para possibilitar a capitalização e a inclusão de máquinas e insumos modernos em todos os estágios da produção. Todavia, enfatizam os autores que ao invés de consolidar o desenvolvimento rural, o SNCR promoveu desigualdades, haja vista a natureza seletiva para critérios de áreas e produtores. Além desses propósitos, esteve concentrada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, e não beneficiou o desenvolvimento da agricultura familiar.<sup>2</sup>

Silva (1998) manifestou que o SNCR foi fundamental para a implementação da modernização conservadora, em razão de definir as condições para canalizar compulsoriamente uma porcentagem dos depósitos à vista dos bancos, para usufruto dos agricultores, e os recursos que involuntariamente não puderam ser aplicados no campo, deveriam ser reservados a programas agroindustriais.

Em conformidade com citado autor, esse cenário possibilitou que a primeira metade da década de 1970 fosse marcada por taxas de crescimento do produto interno bruto superiores a 10% a.a., com índices de inflação em torno de 20% a.a., caracterizando o período conhecido como milagre econômico. De acordo com Brum (2009), nesse período ocorreu o maior fluxo de financiamentos

fortemente subsidiados pelo Governo Federal, o qual atingiu em torno de U\$ 20 bilhões, o que alavancou melhorias substanciais em todas as fases da cadeia produtiva de uma *commodity*, como aquisição de máquinas, implementos e insumos, formação da lavoura e custeio, colheita, armazenagem e comercialização.

Nos anos seguintes, instaurou-se um encadeamento de crises econômicas e restrições de crédito que incidiram diretamente no desenvolvimento do setor agropecuário. Para Lucena e Souza (2001), esse contexto decorreu do descontrole inflacionário e do aumento do *deficit* público, fatos agravados pelos choques do petróleo<sup>3</sup> de 1973 e, notadamente, de 1979. Os autores mencionam, ainda, o abandono do lastro em ouro por dólar e os programas recessivos de ajuste impetrados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a pretexto de controlar o pagamento dos credores internacionais.

Conforme Kageyama et al. (1996, p. 161), essa configuração foi decisiva para os planos do Governo Federal, na medida em que:

Com a integração da agricultura ao mercado financeiro, o Estado passou a jogar um papel extremamente relevante na determinação das condições de operação do setor agrícola, uma vez que controla variáveis básicas que influenciam as expectativas dos produtores em relação à rentabilidade futura e, através da diferenciação das taxas de lucro esperadas, a própria composição do produto agrícola. Trata-se não apenas de variáveis diretamente relacionadas ao setor agrícola, tais como o montante do crédito agrícola e as condições de pagamento, preços mínimos, seguros agrícolas, assistência técnica e apoio à pesquisa; mas, através de sua política monetária, fiscal, cambial, enfim, de seu poder regulador sobre a economia, o Estado acaba definindo o cenário geral que juntamente com os instrumentos específicos, tem impacto sobre as decisões dos agentes envolvidos na produção agrícola.

Esse panorama impactou favoravelmente no aumento dos indicadores técnicos agropecuários, atestando crescimento da produção e sua diversificação, o que manifestou que os anos 1980 assinalaram um novo padrão de desenvolvimento, baseado na elevação dos rendimentos físicos (produtividade da terra), pelo qual o valor dos produtos era maior que o valor da terra.

Por outro lado, possibilitou ao Estado e às classes dominantes reunificarem seus interesses políticos e econômicos através do poder de comando monetário/financeiro expansionista e da conservação das contradições sociais, sobretudo a especulação fundiária e a queda na renda dos trabalhadores rurais (SILVA, 1998).

Segundo Sauer (2008), a partir dos anos 1990 ocorreu uma intensa diminuição ou quase extinção dos financiamentos oriundos do crédito subsidiado, em razão da crise fiscal do Estado, que se viu obrigado a desregulamentar o câmbio e controlar ou ajustar os gastos públicos, o que demandou maior abertura comercial para entrada de capitais externos, principalmente do setor financeiro. Sauer enfatiza que essa situação intensificou a internacionalização dos produtos agropecuários, via configuração expressiva do agronegócio.

Sobre essa fase, Ramos (2007, p.166, grifo nosso) explicita que:

Muito embora a política agroindustrial tenha deixado de existir sob o aspecto de intervenção e regulação direta por parte do Estado, a década de 1990 e o período imediatamente posterior ficaram conhecidos como uma fase de grande crescimento da agropecuária e também dos produtos processados de base agrícola. A explicação para esse fenômeno é dupla: por um lado, o Brasil parece ter aproveitado algumas boas oportunidades surgidas no mercado internacional, como as crises de contaminação de produtos, a epidemia da *síndrome da vaca louca* (**episódio que abalou a indústria de carne bovina na Europa e, em menor grau, nos Estados Unidos**) e da *gripe de aves* (**ou *influenza aviária* que atingiu negativamente o agronegócio de aves na Ásia e em menor grau no leste europeu**) e, por outro lado, houve uma reestruturação industrial pesada em alguns setores, movimento esse decorrente da entrada de novos capitais e de um estreitamento das relações (técnicas e financeiras) com os setores a jusante da distribuição.

Entretanto, Heredia, Palmeira e Leite (2010) salientam que a maior participação das *commodities* agrícolas e agroindustrializadas nas exportações levou à massificação conceitual de agronegócio ou da sua matriz *agribusiness* nos meios empresariais e políticos (demonstrada nas ações da Frente Parlamentar da Agropecuária ou Bancada Ruralista), na imprensa e, especialmente, em associações de produtores, como a Associação Brasileira de *Agribusiness* (Abag), que atua na busca de apoio governamental, por meio de *lobby*, a fim de melhorar os setores que integram os distintos agronegócios no País.

Tais reivindicações são contestadas por grupos ou classes sociais contrárias ao agronegócio, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Liga Campezina, Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), alguns partidos políticos, sindicatos e intelectuais que criticam o fato de que, como consequência da orientação neoliberal, o governo favorece substancialmente ao agronegócio (FORTES, 2009).

Assim, de acordo com Heredia, Palmeira e Leite (2010), a retórica de interesses daqueles que

defendem a competitividade e a modernização do agronegócio gira em torno de políticas macroeconômicas direcionadas a uma maior participação no mercado global de alimentos. Para tanto, eles advogam intervenção cambial, renegociação de dívidas junto aos bancos, concessão de novos empréstimos a juros e prazos compatíveis, medidas *antidumping*<sup>4</sup> (para garantir a comercialização e os preços das *commodities* no mercado externo) e isenção tributária.

Bernardes (2009) acrescenta que essas demandas não só colocam o agronegócio como protagonista do projeto neoliberal assumido pelo governo, como atenuam as disparidades sociais no espaço rural, haja vista evidenciar um ambiente dualista cujos atores são definidos por meio de um “moderno” que se constrói e um “tradicional” que resiste às novas configurações da dinâmica agrária/agrícola.

Notadamente, sublinha-se que a instalação e a consolidação do agronegócio no Brasil contribuíram para a materialização de um quadro de sofisticação técnica e sua difusão, que passou a dominar a paisagem rural e que exigiu crescimento da produção, mas que não contemplou a pequena propriedade, de modo que, no lado oposto às políticas públicas de desenvolvimento do campo, a agricultura familiar não acompanhou o novo *modus operandi* e a nova lógica produtiva, devido a apresentar profundos descompassos no funcionamento e organização, sobretudo nas relações sociais de trabalho, na posse e uso do patrimônio natural e nas relações com o mercado.

Assim, para Carvalho (2013), os efeitos mais perversos da hegemonia do agronegócio no Brasil são marcados pela dominação de grandes *tradings* do setor de insumos químicos, agroindustrializados e de comercialização dos processados, cuja exploração dos trabalhadores, degradação do meio ambiente e desnacionalização da estrutura agrária qualificariam sua natureza política e econômica. Por esses aspectos, não estranha que 58% de todas as terras de cana-de-açúcar e as usinas de açúcar e etanol pertençam a apenas três grupos empresariais, Bunge Alimentos S.A., Cargill Agrícola S.A e *Royal Dutch Shell*.

Com base nesse panorama, ressalta-se que o agronegócio foi financiado pela política governamental, como créditos subsidiados, infraestrutura (operacional, técnica e logística), regulação econômica e facilidade para a ocupação da terra. Dessa maneira, promoveu-se a

competitividade nos mercados internacionais, como meio para assegurar saldos na balança comercial, visando manter estáveis as dívidas com credores externos. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a agricultura brasileira transformou-se, recentemente, em um relevante setor de especialização dos negócios, comandada pela integração de capitais e estruturada pela política estatal.

#### 4 Conclusão

O agronegócio se originou na segunda metade do século XX, quando as concepções sobre *agribusiness* e *filière* estabeleceram a integração entre agricultura/indústria/mercado, com fins de verticalizar a produção e comercialização das *commodities* agropecuárias. Especificamente no Brasil, o processo de construção e expansão do agronegócio foi fundamental para a modernização conservadora do campo, a qual internalizou o uso de insumos químicos e tecnologia. Para tanto, o Governo Federal, por meio de disponibilidade de terra, crédito subsidiado, infraestrutura, assistência técnica, além de ações como intervenção cambial, controle da inflação e abertura de novos mercados, favoreceu às multinacionais do setor agroindustrial.

Por conseguinte, realça-se que as alterações nas áreas de cultivo, colheita, processamento, transporte, armazenamento e comercialização referem-se diretamente à reprodução ampliada do capital, protagonizada pela abertura comercial, entrada de empresas multinacionais, medidas econômicas e jurídicas, (para atrair investimentos estrangeiros), redução de restrições alfandegárias e desvalorização progressiva da renda salarial dos trabalhadores.

Portanto, compreende-se, por um lado, que o agronegócio reúne aspectos internos e externos à produção de exportáveis de origem rural, que se organizam em um conjunto de instrumentos de natureza institucional, cuja dinâmica é comandada pelo capital financeiro internacional; e, por outro lado, que o agronegócio configura-se em um projeto político/ideológico do Estado e de um pequeno grupo de capitalistas, validado pela defesa da manutenção da grande lavoura capitalista, que fundamenta suas práticas na racionalidade da agricultura científica. Logo, pelo seu caráter, o agronegócio reclama o controle dos mercados e a apropriação e o domínio dos territórios, que inclui os bens ambientais e os sujeitos.

#### Notas:

<sup>(1)</sup> Sauer (2008) constatou que o termo aparato designa não somente a técnica (aparelhos e máquinas), mas as instituições, os dispositivos e organizações que determinam os padrões de funcionamento da racionalidade produtiva.

<sup>(2)</sup> Historicamente, o conceito de agricultor familiar, particularmente, no Brasil, apresenta distintas opiniões, como a de Lamarche (1997), a qual concebe a agricultura familiar uma unidade de produção agrícola onde a propriedade fundiária e o trabalho estão intimamente relacionados, com o fim último de garantir o sustento da família, por meio da produtividade da terra.

<sup>(3)</sup> Para Greene, Jones e Leiby (1998), o primeiro choque foi resultante da elevação do preço internacional do barril do petróleo, de US\$ 2,90, em outubro de 1973, para US\$ 11,65, em janeiro de 1974, realizado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), como represália aos Estados Unidos e países europeus, por apoiarem Israel na Guerra de Yom Kippur (dia do perdão) contra Egito e Síria, o qual afetou gravemente a regularidade econômica do mundo capitalista, devido gerar um *deficit* nas contas externas das principais potências hegemônicas que não produziam o mineral. No segundo, em 1979, o custo de US\$ 40 do barril foi motivado pela paralisação da produção, sobretudo no Irã, cujas causas foram motivadas pela Revolução Islâmica, liderada pelo aiatolá Khomeini.

<sup>(4)</sup> Segundo Brum (2009), o *dumping* consiste na prática de vender produtos a preços muito inferiores aos custos, com o objetivo de eliminar a concorrência e conquistar novos mercados. O *antidumping* é uma medida para coibir tal prática, através da adoção de tarifas especiais ou sobretaxas de importação autorizadas pela Organização Mundial do Comércio.

#### Referências

- BERNARDES, J. A. Fronteiras da agricultura moderna no cerrado Norte/Nordeste: descontinuidades e permanências. In: BERNARDES, J. A.; BRANDÃO FILHO, J. B. (Org.). *A territorialidade do capital*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2009. p. 13-40.
- BOLAND, M. A.; AKRIDGE, J. T. Undergraduate agribusiness programs: focus or falter? *Review of Agricultural Economics*, v. 26, n. 4, p. 564-578, 2004.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. *Diretrizes estratégicas do fundo setorial de agronegócio*. Brasília: MCT, 2002.
- BRUM, A. J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 26. ed. Ijuí: Unijuí, 2009.
- BRUNO, R. Tempo do agronegócio no Brasil: agronegócio, palavra política. In BRUNO, R. et al. *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Edur, 2009. p. 113-129.
- CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995*. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- CARVALHO, H. M. A expansão do capitalismo no campo e desnacionalização do agrário no Brasil. *Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, pub. esp., p. 31-44, jul. 2013.
- FEARNSIDE, P. M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. *Environmental Conservation*, v. 28, n. 1, p. 23-28, 2001.
- FORTES, A. In search of a Post-Neoliberal paradigm: the Brazilian left and Lula's government. *International Labor and Working Class History*, n. 75, p. 109-125, 2009.
- GREENE, D.; JONES, D. W.; LEIBY, P. N. The outlook for US oil dependence. *Energy Policy*, v. 26, n. 1, p. 55-69, 1998.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e

economia do “agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 25, n. 74, p. 159-176, out. 2010.

KAGEYAMA, A. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. (Org.). *Agricultura e políticas públicas*. 2. ed. Brasília: Ipea, 1996. p. 113-123.

LEAL, M. N.; FRANÇA, V. L. A. Modernização e reestruturação da produção agrícola e a organização do espaço agrário brasileiro. *Revista Geográfica de América Central*, Costa Rica, n. esp., p. 1-15, jul./dez. 2011.

LUCENA, R. B.; SOUZA, N. J. O papel da agricultura no desenvolvimento econômico brasileiro, 1980/1998. *Análise Econômica*, Porto Alegre, a. 19, n. 35, p. 55-72, mar. 2001.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? *Lua Nova*, São Paulo, n. 23, p. 7-37, mar. 1991.

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. A modernização da agricultura no Brasil e os novos usos do território. *Geo UFRJ*, Rio de Janeiro, a. 13, v. 2, n. 22, p. 290-322, ago./dez., 2011.

RAMOS, P. Referencial teórico e analítico sobre a agropecuária brasileira. In: RAMOS, P. *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições e perspectivas*. Brasília: MDA, 2007, p. 18-52.

SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dimensão sociopolítica do campo brasileiro*. *Texto para Discussão*, Brasília, n. 3, 2008.

SILVA, J. F. G. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. A modernização da agricultura: projeto político e escolhas da sociedade. In: GALEAZZI, M. A. M. (Org.). *Segurança alimentar e cidadania*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996, p. 263-271.

ZYLBERSZTAJN, D. *Estruturas de governança e coordenação de sistemas agroindustriais: uma aplicação da nova economia das instituições*. 1995. 241 f. Tese (Livre Docência) - Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

**\* Professor do Departamento de Formação de Professores e Letras do IFPI/Campus Teresina Central e doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Rede Prodema.**

**\*\* Profa. Dra. do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI e coordenadora do Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (Prodema/UFPI).**

**\*\*\* Prof. Dr. do Departamento de Planejamento e Política Agrícola da UFPI e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPI.**

# INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL: atual cenário e perspectivas para os próximos anos

Por João Paulo Farias Fenelon,\* Eduardo Nonato Machado Nobre\*\* e Carla Adriana Meneses da Rocha\*\*\*

**Resumo:** o objetivo deste artigo é analisar o atual estágio da indústria de transformação brasileira e as perspectivas do setor para os próximos anos. O crescimento da indústria de transformação ao longo das últimas décadas tem sofrido com as políticas econômicas de câmbio sobrevalorizado e juros elevados. O elevado Custo Brasil e as mudanças no cenário global e dos parques industriais prejudicaram a indústria de transformação em competitividade. Atualmente, o setor tem perdido participação no PIB e na indústria total.

**Palavras-chave:** Crescimento econômico. Câmbio.

**Abstract:** the objective of this paper is to analyze the current state of the brazilian manufacturing industry and the industry outlook for the coming years. The growth of the manufacturing industry over the past decades has suffered from the economic policies of over valued exchange rate and high interest rates. The high Cost Brazil and changes in the global scenario and industrial parks hurt the manufacturing industry in competitiveness. Currently the industry has lost share of GDP and total industry.

**Keywords:** Economic Growth. Exchange.

## 1 Introdução

Nos anos que sucederam o Plano Real, a economia brasileira passou por períodos de alta volatilidade no crescimento econômico. Depois da estabilização monetária e de um período de baixo crescimento econômico, os anos 2000 representaram a retomada da atividade econômica e do crescimento do comércio; porém, nos anos posteriores à crise de 2008, o crescimento econômico novamente perdeu força.

Os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB) pelo lado da oferta (soma de todos os bens e serviços finais dos setores agricultura, indústria e serviços mais impostos indiretos e menos subsídios, em determinado período de tempo) revelam, nos anos recentes, desaceleração, sobretudo no setor industrial. Este setor é dividido em subsectores, dos quais a indústria de transformação é aquele que possui maior representatividade. Tal segmento ainda tem grande importância na economia pelas cadeias produtivas e valor agregado. Diante disso, o artigo busca investigar quais variáveis podem explicar a queda da participação da indústria de transformação nos anos recentes no Brasil. Sumariamente, a

literatura e as discussões existentes destacam os elevados custos e o câmbio valorizado como variáveis de forte impacto negativo no desempenho do setor.

O objetivo do trabalho consiste em analisar o atual estágio da indústria de transformação e as perspectivas do setor para os próximos anos. As seções foram divididas em cinco partes. Além desta introdução, que representa a primeira seção, a próxima descreve a evolução histórica recente da indústria de transformação na economia brasileira; na terceira, faz um diagnóstico das possíveis razões da contração da indústria de transformação nos anos recentes; na quarta parte, são levantados os possíveis rumos para a indústria de transformação, com base nos dados levantados e na teoria econômica; por último, na conclusão, faz-se uma breve síntese a respeito dos resultados do trabalho desenvolvido.

## 2 Indicadores Recentes da Indústria de Transformação no Brasil

Durante os anos 1930-1980, o Brasil apresentou elevado crescimento, uma média de 6,4% ao ano e

nunca abaixo de 4,3%, sendo que nos anos 1970 chegou a superar os 10%. Os números começaram a apresentar contração a partir da década de 1980, com uma média de 2,9% ao ano; nos anos 1990, atingiu o estágio mais agudo, com média anual de 1,6%. É diante do desempenho das últimas décadas que os resultados econômicos da primeira década deste século XXI parecem tão expressivos. O Brasil, entre 2000-2010, cresceu em média 3,3%, cerca de 4% no Governo Lula (PAULANI, 2012).

As variações nas taxas de crescimento ao longo dos anos descritos podem ser explicadas pela grande impulsão da indústria no produto total. No entanto, nos anos recentes, há uma grande preocupação em torno da contínua perda de vigor do setor. A taxa de crescimento médio do setor industrial durante os anos 1996-2013 chegou a 2,1%, enquanto que o crescimento médio do PIB atingiu 2,9%. O crescimento dos demais setores da oferta, agropecuária e serviços, cresceram em média 3,6% e 3,1%, respectivamente. Isso significa que durante esses anos ocorreu um deslocamento do setor da oferta para serviços e agricultura em detrimento da indústria (IBGE, 2014).

Desagregando a indústria em seus subsetores (Tabela 1), é possível observar os contrastes existentes. A indústria de transformação cresceu em média, durante o período, apenas 1,5%. De todas as variáveis verificadas (as que compõem o PIB pela ótica da oferta e pela ótica da despesa), foi o setor da indústria que apresentou menor crescimento. É possível afirmar que houve uma contração da indústria de transformação em relação ao PIB, dado que este último cresceu em média quase 3%.

O Brasil elevou consideravelmente o volume de comércio (representado pela soma das exportações e importações) ao longo dos anos recentes. O período de maior destaque situa-se entre os anos 2003-2007, quando o saldo comercial foi consideravelmente elevado, a ponto de as transações correntes registrarem resultados positivos.

O destaque nas exportações durante os anos 1998-2014 foram os produtos básicos (Gráfico 1). O crescimento das *commodities* ocorreu ao lado de uma diminuição da participação do setor de produtos industrializados.

Se a pauta de importações teve pouca variação<sup>1</sup> ao longo dos anos, as exportações tiveram importante mudança em sua estrutura. Os produtos básicos tiveram forte crescimento e passaram de uma participação no total exportado de 25,4%, em 1998, para 32,1%, em 2007, e 48,7%, em 2014. Por outro lado, os bens industrializados, que em 1998 representavam 73,3% das exportações, caíram para 49,2% em 2014 (MDIC, 2015).

Os dados das contas nacionais e da balança comercial confirmam a perda de dinamicidade, nos anos recentes, do setor industrial, sobretudo da indústria de transformação (IBGE, 2014; MDIC, 2015).

### 3 As Explicações para o Atual Estágio da Indústria de Transformação

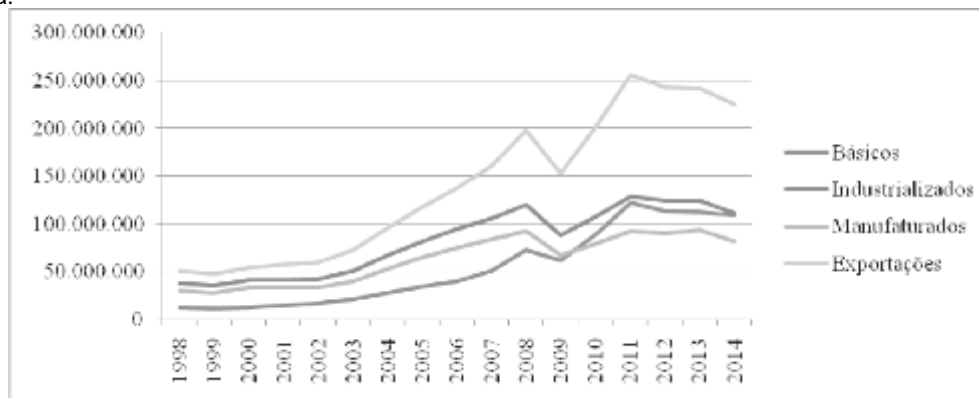
A progressiva perda de participação da indústria de transformação brasileira no PIB nos últimos anos, observada no tópico anterior, pode ser explicada por diversos fatores diretos e indiretos. A presente seção centra sua análise nos seguintes

**Tabela 1** - Taxa média de crescimento da indústria brasileira entre os anos 1996 e 2013

Setor	Extrativa mineral	Transformação	Construção civil	Prod. e dist. de elet., gás, água etc.
Média (1)	3,9%	1,5%	2,7%	3,3%

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE (2014).

(1) Média simples aritmética.



**Gráfico 1** – Volume de exportações por categoria entre 1998-2014 (em US\$).

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC (2015).

determinantes: política cambial e abertura comercial brasileira; Custo Brasil; e outros determinantes.

### 3.1 A política cambial e a abertura comercial brasileira

A política cambial que vem sendo adotada no Brasil tem tido papel fundamental na queda da participação da indústria de transformação que se observa nos anos recentes. Segundo Bresser-Pereira e Marconi (2009), o Brasil, entre os anos 1930-1980, foi o país que mais cresceu no mundo. Isso ocorreu através da neutralização da doença holandesa,<sup>2</sup> que se deu pela política embargadora brasileira às exportações de bens primários e pelo arrocho na política cambial. A partir dos anos 1990, tais políticas deixaram de existir e a doença holandesa, inibida até então, começou a se manifestar. Os principais sintomas identificados foram o deslocamento do setor *tradables* (produtos comercializáveis no mercado externo) para as *commodities* e a apreciação cambial do real.

De 1994 a 1999 o Brasil adotou o regime cambial fixo. O real manteve uma paridade equivalente a um dólar. O período foi marcado por fortes políticas de austeridade, com privatizações e elevada taxa interna de juros. O principal motivo era o controle interno de preços, depois da hiperinflação verificada no país ao longo dos anos 1980 e parte dos anos 1990. Após 1999, o Brasil adotou o regime de câmbio flutuante<sup>3</sup> e o real nos anos seguintes apresentou relativa depreciação. No entanto, a partir de 2004, verificou-se uma contínua apreciação cambial, explicada, principalmente, pelo aumento dos preços internacionais das *commodities*.

Cano (2012) observa que a manutenção de uma política de câmbio excessivamente valorizada atua no sentido de ancoragem dos preços; esta é potencializada pela existência de uma taxa real de juros consideravelmente alta e por um sistema de ancoragem fiscal já consolidado. O resultado da coexistência desses fatores seria a explicação do surgimento de um processo crescente de perda da competitividade internacional da indústria brasileira frente a outros países.

Faz-se mister também ressaltar outro fator que explicaria o atual estágio da indústria de transformação brasileira: a abertura comercial que o País passou e ainda passa desde 1989, no governo de Sarney, quando ocorreu a primeira tentativa de derrubar a proteção que existia sobre as importações. Tais investidas se ampliaram nos governos de Collor e de Fernando Henrique

Cardoso e se mantém até hoje, no Governo Dilma. A abertura comercial que vem ocorrendo no Brasil, acompanhada da perda de mecanismos protecionistas importantes para a indústria nacional complementa o já existente efeito nocivo do câmbio apreciado, reduzindo o grau de proteção da indústria doméstica e agravando negativamente o baixo poder de competitividade externa do Brasil (CANO, 2012).

### 3.2 O Custo Brasil

O Custo Brasil, de acordo com Arruda e Brasil (2011), é o termo utilizado para designar diversos custos diretos e indiretos que acabam por afetar negativamente a indústria brasileira, diminuindo seu poder de competitividade. Dentre os principais custos, destacam-se: a elevada carga tributária; o elevado custo de capital; os custos da mão de obra e encargos sociais; custos logísticos; e custo de energia.

A elevada carga tributária existente no Brasil, segundo Orair et al. (2013), atingiu o nível de 35,5% em 2012, o maior patamar na história do país. É importante ressaltar que a existência de uma carga elevada de impostos em um país não é necessariamente prejudicial. Nações avançadas, como França e os países escandinavos, por exemplo, chegam a ter uma carga de 50% do PIB e ainda assim possuem indicadores econômicos elevados. O que determina quão danosa é uma elevada carga tributária é o nível de eficiência pública e os custos que tal carga gera para as empresas. No caso da indústria de transformação, este problema é evidente, ou seja, a elevada carga de tributos do setor desestimula as empresas a produzir.

Outro problema que se faz presente nas empresas, sobretudo na indústria de transformação, são os elevados custos de capital, por conta de elevada taxa de juros e *spreads*<sup>4</sup> bancários, que, mesmo com a diminuição da primeira, a última não parou de crescer.

Ao longo dos últimos anos, a taxa de juros sofreu diversas fricções. A trajetória cadente iniciada em 2011 foi interrompida em 2013, quando os juros externos ameaçaram subir. Além disso, nos últimos anos, registrou-se aumento expressivo do consumo, deterioração das contas externas e inflação acima da meta (BACEN, 2015). Essas condições determinaram o aumento contínuo dos juros internos. Como consequência, sua elevação atrai capitais externos de curto prazo, aprecia o real e

desestimula o investimento produtivo, via aumento do custo de capital.

Cano (2012) argumenta que a elevada taxa de juros praticada na economia brasileira comparada com a taxa de lucro e com a expectativa de acumular capital leva o empresário a investir apenas em situações dadas como irreversíveis. Como os ganhos especulativos das aplicações no mercado financeiro proporcionam uma rentabilidade muito maior em relação ao investimento, os empresários acabam optando por destinar seu capital à primeira opção.

Os custos de mão de obra e encargos sociais contribuem para o atual cenário da indústria de transformação. Segundo Arruda e Brasil (2011), o País possui um elevado custo de mão de obra, devendo-se, isso, na maior parte, aos onerosos encargos sociais existentes, que equivaliam, em 2009, a cerca de 32% do custo total da mão de obra. O Brasil possui custos acima da média dos países europeus ou mesmo de países em desenvolvimento. Além disso, a apreciação cambial observada no País nos últimos anos tornou mais custosa a relação câmbio/salário, pois o preço da mão de obra em dólares aumentou consideravelmente. Na indústria de transformação, esses custos representam 12% dos custos totais.

Os elevados custos logísticos e de energia também não são desprezíveis. Os custos logísticos podem ser divididos em custos de transportes, administração, armazenagens e trâmites legais. O principal deles é o de transportes, responsável por 31,8% do total. O Brasil possui o terceiro maior custo de logística do mundo, representando 20% do PIB. Na indústria de transformação, esses custos equivalem a 4,1% do total de seus custos. As elevadas tarifas de energia elétrica e de gás praticadas no Brasil - uma das maiores tarifas do mundo - só agravam o cenário. Na indústria de transformação tal custo corresponde a 2,6% dos custos totais (LUND; SOUZA; CARVALHO, 2012).

O Custo Brasil, como explicitado acima, prejudica a indústria de transformação do País, minando o poder de competitividade da indústria nacional. Os fatores discutidos representam em média 41,4% dos custos totais (LUND; SOUZA; CARVALHO, 2012). Somando a existência de um câmbio valorizado, tais problemas só agravam a estrutura da oferta, emperrando fundamentalmente a dinamização e o crescimento da indústria de transformação brasileira.

### 3.3 Outros determinantes

Souza (2011) destaca que as mudanças econômicas estruturais pelas quais o Brasil vem passando nos últimos anos podem ser explicadas através de quatro forças motrizes: (a) a atual ascensão competitiva da China, (b) o deslocamento da oferta doméstica, (c) o crescente fluxo de entrada de capitais na economia brasileira e (d) a rápida diminuição do crescimento populacional nos últimos anos. A ocorrência de tais fatores gera aumentos dos gastos internos por conta da elevação de renda advinda das *commodities*; elevações dos preços relativos dos setores *non tradables*, por conta da elevação da renda interna; aumento dos salários reais, induzido pelo dinamismo do mercado de trabalho, derivado da expansão dos gastos agregados; e expansão dos gastos, que eleva a taxa de juros, apreciando o câmbio nominal e real.

O aumento dos preços das *commodities*, superior ao aumento dos produtos industrializados, acabam levando economias como o Brasil à obtenção de ganhos em termos relativos, valorização da moeda nacional e aumento de renda; fato que, por sua vez, eleva os gastos, encarece os serviços e eleva os salários reais.

### 4 Possíveis Trajetórias da Indústria de Transformação para os Próximos Anos

Nesta seção, são discutidos temas que podem ter impacto direto no desempenho da indústria de transformação brasileira para os próximos anos e é abordada a evolução da infraestrutura, da produtividade, a perspectiva política em relação ao nível de câmbio e o ambiente institucional dos negócios.

Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil não realizou grandes projetos econômicos de médio prazo. O último foi o II Plano Nacional de Desenvolvimento no final dos anos 1970. Durante o período, foram realizados vultosos investimentos na indústria de bens de capital e no setor energético. Através de reformas estruturais, a economia pôde elevar consideravelmente sua capacidade de investimento nos anos seguintes; no entanto, a partir de meados dos anos 1980, a elevada inflação, políticas e conjuntura externa desfavorável prejudicaram consideravelmente a taxa de investimento econômico. As reformas que se sucederam ao longo dos anos 1990 penalizaram o crescimento e, principalmente, a indústria. Nos anos 2000, o crescimento e os investimentos foram



retomados, em um contexto internacional bastante favorável (GIAMBIAGI et al., 2011).

Assim, é necessário encontrar um ajuste capaz de destinar mais recursos e investimentos aos setores de infraestrutura. Historicamente, o governo foi o principal agente indutor desse processo; porém, as reformas de Estado realizadas ao longo dos últimos 25 anos geraram novos desafios para o País (GIAMBIAGI et al., 2011). As restrições orçamentárias do governo o impede de destinar recursos que garantam elevado crescimento da infraestrutura. É necessário, portanto, recursos privados que possam complementar e assegurar os investimentos, dando condições básicas de custo competitivo à indústria de transformação.

Os resultados recentes do PIB brasileiro, ao lado do período designado como *boom* demográfico, têm levado a um baixo crescimento da produtividade da mão de obra. Ressalta-se que a simples relação PIB/população e o seu desempenho não podem ser mensurados apenas no quanto as pessoas podem ser produtivas. Apesar disso, é importante que ocorram substanciais investimentos em capital humano e em pesquisa nos próximos anos, de forma a sustentar um modelo de crescimento baseado em novas tecnologias e de maior valor agregado. A indústria de transformação exige, em sua dinâmica, o aprimoramento contínuo dessas habilidades. Certamente, a abertura comercial aos mercados globais tem sido algo fundamental para o fortalecimento da competitividade e da produtividade (SPENCE, 2011).

A política cambial ao longo dos últimos 20 anos pode ser bem definida. Desde a implantação do Plano Real, o principal mecanismo prático de controle dos preços internos tem sido através de uma contínua política de apreciação cambial. Os resultados neste aspecto foram satisfatórios, principalmente nos primeiros anos do Plano Real. No entanto, o papel estabilizador do câmbio começou a ser questionado com desequilíbrios constantes no Balanço de Pagamentos e os diversos ataques especulativos ao real no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. Apesar disso, o Brasil tem mantido uma política de juros, câmbio, inflação e superávit primário sob a mesma perspectiva. O objetivo é conter os desequilíbrios macroeconômicos. Por outro lado, a indústria e o crescimento tornaram-se, ao longo dos anos, objetivos secundários. Como o câmbio aprecia-se em grande parte superficialmente, via aumento dos juros, setores da indústria perdem em

competitividade e em estímulo devido ao aumento dos custos relativos. Para alterar o curso dessas políticas, será preciso convencer seus formuladores da importância do câmbio sobre o crescimento e dos impactos gerados no bem-estar (GIAMBIAGI et al., 2011).

Os conturbados anos de 2011-2014 da economia brasileira, impulsionados pela retração da atividade econômica global e pelo esgotamento do modelo de crescimento via consumo, levaram a tensões no ambiente dos negócios e a uma retração dos investimentos. A credibilidade das políticas econômicas do governo junto ao empresariado foi afetada negativamente, explicada pelo descontentamento dos mesmos com diversas políticas anticíclicas do governo. O Estado deve restaurar a capacidade de controlar o exercício da violência (FIANI, 2011).

## 5 Conclusão

O processo contínuo de perda de importância da indústria de transformação observado nos últimos anos no País pode ser diagnosticado pelo elevado Custo Brasil, pelo câmbio apreciado e aspectos da dinâmica econômica mundial com impactos diretos no Brasil. A atual conjuntura apresenta resultados que mostram o agravamento dos problemas, alimentados pelo baixo crescimento econômico.

A retomada do crescimento sustentável só poderá ser possível através de mudanças estruturais que possibilitem a desobstrução da indústria de transformação. Tais mudanças passam por elevar os investimentos em infraestrutura; gerar condições de os indivíduos exercerem suas habilidades e serem competitivos; uma revisão da política cambial e os efeitos que a mesma tem exercido sobre o desempenho econômico e o bem-estar; e, por último, o governo precisará conter as tensões sociais em um complexo ambiente democrático.

## Notas:

<sup>(1)</sup> Entre os anos 1998-2014, as proporções das importações entre produtos básicos e industrializados representaram em média 15,3% e 84,7%, respectivamente (MDIC, 2015).

<sup>(2)</sup> Sobrevalorização cambial devido à existência de recursos naturais e humanos abundantes, incompatível com a taxa que viabilizaria o desenvolvimento dos demais setores (BRESSER-PEREIRA, 2007).

<sup>(3)</sup> Nesse regime, o preço de troca entre divisas é determinado pelas forças do mercado.

<sup>(4)</sup> Segundo Lund, Souza e Carvalho (2012), o *spread* bancário representa a parcela destinada a cobrir custo dos impostos, custos operacionais bancários, inadimplência e margem de lucro desejada pelo banco.

## Referências

- ARRUDA, M.; BRASIL, N. Reindustrializar o Brasil. In: VELLOSO, J. P. R (Org.). *China, Índia e Brasil: o país na competição do século*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. p. 291-330.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN. *Sistema de metas para a inflação*: Compom - histórico das taxas de juros. 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. *Doença holandesa e sua neutralização: uma abordagem ricardiana*. 2007. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/07.26.Doen%E7a%20Holandesa.15dezembro.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; MARCONI, N. Doença holandesa e desindustrialização. *Valor econômico*, 25 nov. 2009. Disponível em: <[http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca\\_holandesa\\_e\\_desindustrializacao.pdf](http://www.bresserpereira.org.br/Articles/2009/09.11.25.Doenca_holandesa_e_desindustrializacao.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2014.
- CANO, W. A desindustrialização no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 831-851, dez. 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra*. 2014. Disponível em: <[www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)>. Acesso em: 06 out. 2014.
- FIANI, R. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). *Economia brasileira contemporânea: 1945-2010*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- LUND, M. L. M. P.; SOUZA, C. P.; CARVALHO, L. C. S. *Mercado de capitais*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. *Estatísticas de comércio exterior - DEAX: balança comercial: unidades da federação*. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 29 jan. 2015.
- ORAIR, R. O. et al. Carga tributária brasileira: estimação e análise dos determinantes da evolução recente – 2002-2012. *Texto para Discussão*, Brasília; Rio de Janeiro, n. 1875, out. 2013.
- PAULANI, L. M. A dependência redobrada. *Le monde diplomatique Brasil*, São Paulo, 2012. [online]. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ar&id=1219>>. Acesso em: 05 out. 2014.
- SOUZA, F. E. P. Desindustrialização com pleno emprego: que milagre é esse? In: VELLOSO, J. P. R (Org.). *China, Índia e Brasil: o país na competição do século*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011. p. 331-359.
- SPENCE, M. *Os desafios do futuro da economia: o crescimento econômico mundial nos países emergentes e desenvolvidos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

\* Graduando em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí (UFPI). e-mail: [jpaulofarias@hotmail.com](mailto:jpaulofarias@hotmail.com).

\*\* Graduando em Ciências Econômicas na UFPI. e-mail: [eduardonobre\\_00@hotmail.com](mailto:eduardonobre_00@hotmail.com).

\*\*\* Graduada em Ciências Econômicas na UFPI. e-mail: [carladriana.economia@gmail.com](mailto:carladriana.economia@gmail.com).

# A ECONOMIA DO COURO NO PIAUÍ

Por Leonardo Madeira Martins\* e José Machado Moita Neto\*\*

**Resumo:** o objetivo do artigo é refletir sobre a indústria e o mercado coureiro piauiense levando em consideração a produção de couros no Brasil. A sociedade piauiense, assim como todas aquelas dos sertões, viveu a cultura do couro, usando-o em várias situações do cotidiano e em equipamentos auxiliares na lida com o gado. No Piauí existem dois curtumes de grande porte, registrados e em atuação; os demais, extinguíram-se devido às oscilações de mercado e especialmente à crise financeira internacional que se iniciou em 2008. O atendimento às novas tendências de mercado e às exigências ambientais é que garantirão a sobrevivência dos curtumes.

**Palavras-chave:** Curtume. Mercado do couro. Economia piauiense.

**Abstract:** the objective of the paper is to discuss the industry and the leather market Piauí considering leather production in Brazil. The Piauí society and all those of the backlands lived the leather culture, using it in various situations of everyday and auxiliary equipment in dealing with cattle. In Piauí there are two large tanneries, recorded and action; the other, no longer exist due to market fluctuations and especially the international financial crisis that began in 2008. Compliance with the new market trends and environmental requirements is that will ensure the survival of tanneries.

**Keywords:** Tannery. Leather Market. Piauí Economy.

## 1 Introdução

O couro, produto dotado de grande valor econômico, representa uma das mais antigas mercadorias que perduram no mercado moderno. A história do seu uso, importância e nobreza coincidem com a história da humanidade. O sertão nordestino brasileiro, por exemplo, foi em sua grande parte, entre os séculos XVI e XVII, ocupado para produzir gado, sendo chamado pelo escritor cearense Capistrano de Abreu (1963) de “civilização do couro”, pois, por mais que houvesse uma escassez de água, a terra era abundante e propícia à criação do gado já endêmico da região, o que fez daquela cultura sertaneja algo singular e diferente da litorânea.

Conforme Capistrano de Abreu (1963, p. 149), [...] de couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água; o mocó ou alforje para levar comida, a mala para guardar roupa, mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz.

No Piauí, não foi diferente; o processo de desbravamento do seu território deu-se do interior para o litoral, pautando-se na atividade pecuária. Segundo Alves (2003), assim como a economia, toda a organização socioespacial do Piauí definiu-se de acordo com a atividade pecuária. A sociedade do Piauí colonial, assim como todas aquelas dos sertões, sob domínio da pecuária, viveram a cultura do couro, o qual usavam-no em várias situações do cotidiano, seja como vestimentas, utensílios domésticos, e equipamentos auxiliares na lida com o gado.

Devido à sua qualidade e ao alto valor agregado, o couro ainda é bastante utilizado no mercado moderno, desde a produção de calçados, bolsas, cintos, casacos, móveis, na indústria automobilística e até aeronáutica.

Tecnicamente, a diferença entre couro e pele está relacionada com a fonte (animal) da matéria-prima a ser curtida. Conforme Shreve e Brink Junior (2012), o termo **couro** se aplica às peles dos animais maiores, como touros, cavalos, vacas e bois; o termo **pele** é pertinente às peles de cabras, carneiro, novilhas e animais menores.

A transformação de pele em couro ocorre na indústria do couro, mais comumente denominada de curtume. Nela, o grande objetivo está no retardamento do processo de putrefação da matéria orgânica animal e na eliminação de odores desagradáveis, tornando-o utilizável para as demais indústrias e para o atacado. Para isto, várias técnicas foram desenvolvidas desde a pré-história, como o (a) curtimento ao fumo, para utilização do couro para a construção de cabanas e tendas, em que a fumaça das fogueiras conservava (curtia) a pele e aumentava a sua resistência às intempéries do ambiente; (b) o curtimento ao óleo, que, desde a Antiguidade, faz uso de certos óleos secativos que embebem peles, oxidam e reagem, produzindo a camurça; (c) o curtimento vegetal, ainda hoje utilizado, feito através de banhos com soluções concentradas de extratos vegetais; e o (d) curtimento mineral, com o uso do cromo trivalente.

Conforme Campos (2006), a classificação mais usual do couro é *wet blue*, *crust* e acabado. Para o couro *wet blue*, há reduzida agregação de valor e necessita de pouca mão de obra para sua execução; o *crust* é o couro semiacabado e utiliza o *wet blue* como matéria-prima; o couro acabado, por sua vez, é o resultado da última etapa da transformação das peles em couros e consiste no produto final de maior valor agregado desse processo produtivo, empregando grandes contingentes de mão de obra.

Já os curtumes, de acordo com Santos et al. (2002), podem ser caracterizados de acordo com as etapas de processamento do couro:

- a) curtume de *wet blue* - desenvolve o primeiro processamento de couro, qual seja, logo após o abate, o couro salgado ou em sangue é despelado, graxas e gorduras são removidas e há o primeiro banho de cromo; e o couro passa a exibir um tom azulado e molhado, daí o nome *wet blue*;
- b) curtume integrado - realiza todas as operações, desde o couro cru até o couro acabado;
- c) curtume de semiacabado - utiliza como matéria-prima o couro *wet blue* e o transforma em couro *crust* (semiacabado);
- d) curtume de acabamento - transforma o couro *crust* em couro acabado.

No entanto, a industrialização e a modernização dos processos de curtimento ao longo dos séculos, com o uso de metais pesados, corantes, agentes taninos e sulfonados, têm elevado o potencial de impacto ambiental dos curtumes, produzindo efluentes líquidos e gasosos, bem como resíduos sólidos mais complexos e de difícil gerenciamento.

Os países desenvolvidos têm focado sua

produção no acabamento da matéria-prima importada dos países subdesenvolvidos (*wet blue* ou *crust*), ou seja, a parte mais poluidora do processo industrial acaba sendo realizada nos países economicamente mais desfavorecidos.

O desafio de produzir dentro de um conceito de desenvolvimento sustentável é importante para a indústria do couro a fim de que possa ampliar suas perspectivas de atuação no mercado interno e externo, além de maior acesso a linhas de financiamento.

Segundo Guterres (2006), o mercado de peles e couro cresceu notavelmente no período de 1970 a 2000. A produção de couro aumentou, sobretudo, nos países em desenvolvimento. Santos et al. (2002) consideram que o motivo para o deslocamento desse mercado para regiões como a América do Sul reside na busca de mão de obra de menor custo e nas restrições mais severas das políticas ambientais dos países produtores tradicionais.

O Brasil, por exemplo, possui um dos maiores rebanhos bovinos da atualidade. Conforme dados da *United States Department of Agriculture* (2014), o efetivo brasileiro de bovinos, em cabeças, em abril de 2014, foi de 207,9 milhões, ocupando a segunda posição no *ranking* mundial, ficando atrás somente da Índia e na frente dos efetivos da China, da União Europeia e dos Estados Unidos da América (EUA).

Observa-se também, mesmo em menor escala um deslocamento interno do mercado coureiro. Segundo Câmara e Gonçalves Filho (2007), a maior parte das empresas que atuam no setor de couros localiza-se no Sul e Sudeste do País, havendo tendência atual de deslocamento para um novo polo no Centro-Oeste em função da localização dos rebanhos e frigoríficos, assim como dos incentivos e de outras condições favoráveis que deslocam a produção para o Nordeste.

De acordo com Rey et al. (2007), no Brasil, o Nordeste tem uma enorme tradição na caprinocultura, o que favorece, *a priori*, o desenvolvimento na produção de seus produtos derivados. O aumento na produção de caprinos tem implicações para o acréscimo nas suas zonas produtoras, representando, assim, para o Nordeste, uma grande oportunidade de desenvolvimento social e econômico.

Conforme Araújo et al. (2007), o rebanho caprino do Piauí está entre os maiores do Nordeste e concentra-se na região semiárida do estado. Em função do baixo nível tecnológico empregado, a

caprinocultura da região apresenta baixa rentabilidade, em contraposição ao alto potencial que a atividade apresenta como importante alternativa geradora de renda, sendo capaz de melhorar o nível econômico, sobretudo da agricultura familiar.

Segundo Rey et al. (2007), a desvalorização da pele, como produto, por parte do produtor e pela indústria, associada à desestruturação da produção, à inexistência de uma cadeia produtiva e à carência de pesquisa que contribua para obtenção de um produto de qualidade, poderia ser o ponto crítico do freio do desenvolvimento da indústria de transformação da pele caprina; porém, esta matéria-prima alcança um alto valor no mercado internacional e nacional como produto transformado, podendo ser uma importante fonte de renda nas zonas economicamente desfavorecidas, como no Nordeste.

Neste sentido, o presente trabalho se propõe a fazer uma reflexão sobre a indústria e o mercado coureiro piauiense levando em consideração a produção de couros no Brasil.

## 2 Metodologia

Para o entendimento do mercado de produção de couro no Piauí, buscou-se identificar as indústrias no estado através de publicações oficiais e de visitas *in loco* e aos órgãos públicos que tratam do assunto. As informações relativas às balanças comerciais brasileira e piauiense (exportação e importação) foram obtidas a partir do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior, denominado Aliceweb, em consultas ao Capítulo - SH 2 dígitos: 41 - Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros, da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

## 3 Resultados e Discussão

No estado do Piauí, existem dois curtumes de grande porte, registrados e em atuação. O primeiro (A) beneficia couros e peles, já o segundo (B) somente peles. Os demais curtumes, de pequeno e médio porte, extinguiram-se devido às oscilações de mercado e especialmente à crise financeira internacional que se iniciou em 2008. Em Teresina, existem ainda quatro matadouros de grandes e médios animais com serviços de inspeção municipal; os mesmos também funcionam como salgadeiras de couro.

Segundo Martins e Moita Neto (2012), relatos de trabalhadores do setor dão conta de que no ano de 2008 os preços chegaram a níveis tão baixos que tornaram a venda do produto inviável, preferindo estocá-lo à espera de uma recuperação do mercado. Naquela época, somente os curtumes de maior porte conseguiram resistir.

Na Figura 1, é possível observar que houve uma retração das exportações no ano de 2008 e um crescimento anormal (fora da tendência) no ano de 2009. É possível observar ainda que as exportações oscilaram bastante no período estudado, o que mostra uma instabilidade no mercado do couro piauiense. Já as importações apresentaram uma tendência de decaimento desde 2008, o que pode representar uma melhora na autossuficiência de matéria-prima por parte dos curtumes piauienses. A matéria-prima que abastece o curtume A provém de um frigorífico do próprio grupo, salvo raras exceções de grande demanda em que os mesmos se vêem obrigados a comprar couros ou peles no mercado regional. Outrossim, o curtume B é abastecido a partir da compra de matéria-prima de salgadeiras e pequenos produtores rurais.

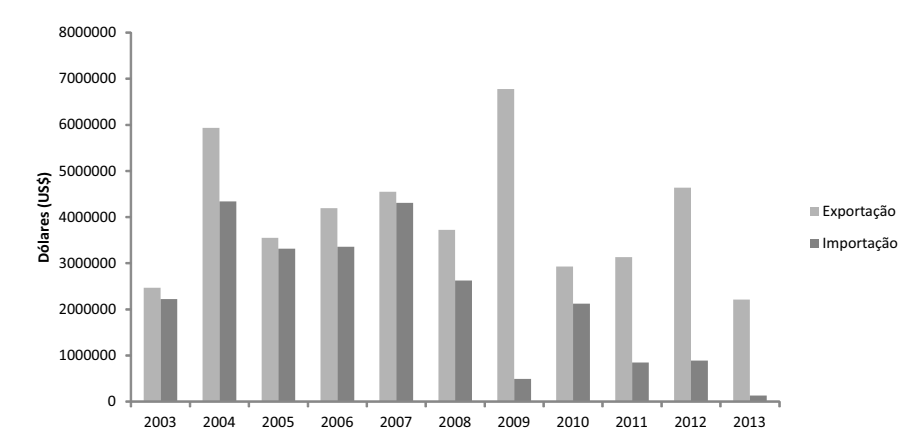
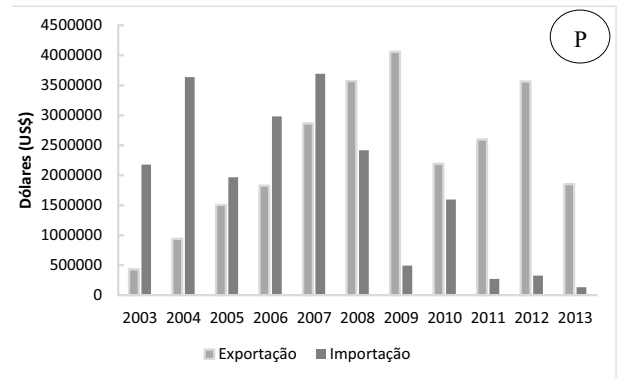
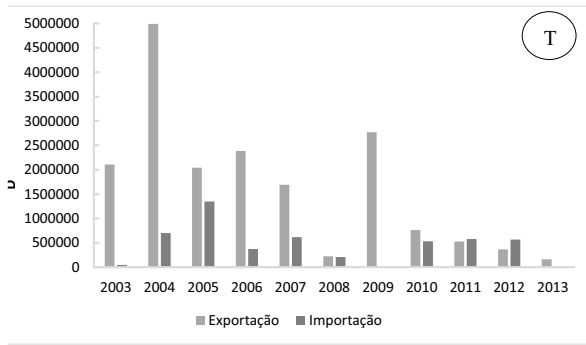


Figura 1 - Balança comercial (US\$ FOB) do mercado do couro no Piauí

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Aliceweb (MDIC, 2014).

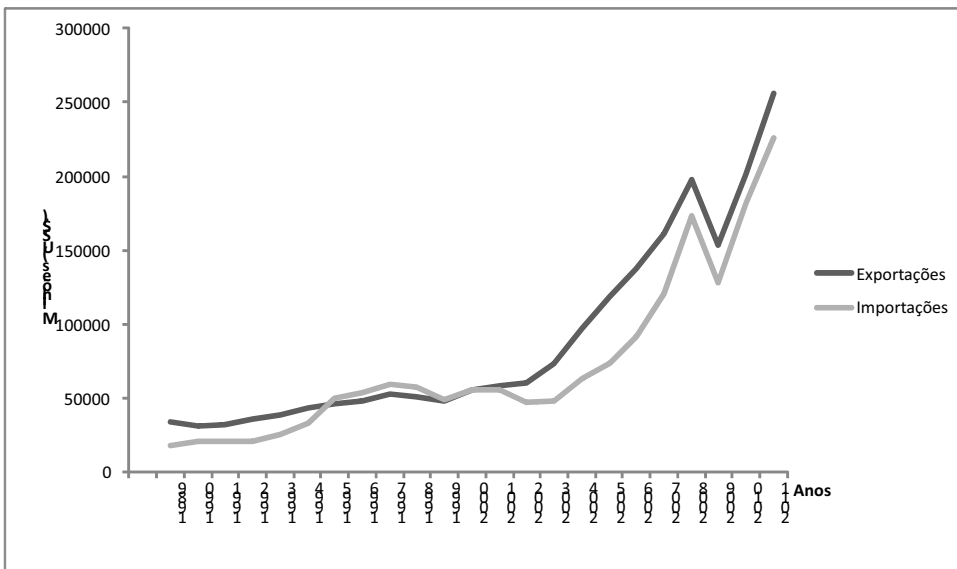


**Figura 2 -** Balanças comerciais (US\$ FOB) do mercado do couro em Teresina (T) e Parnaíba (P). 2003-2013.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Aliceweb (MDIC, 2014).

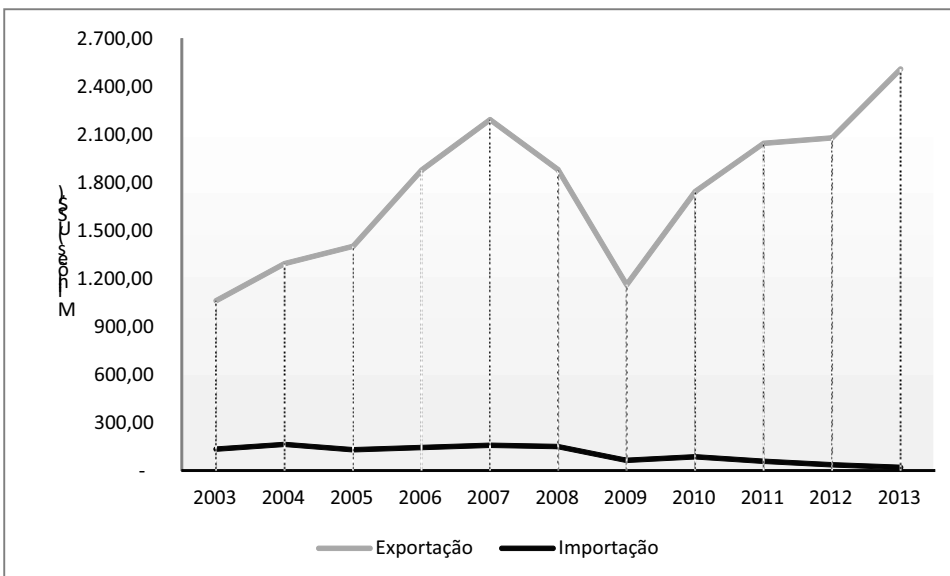
Observa-se na Figura 2 que o mercado

parnaibano é mais pujante que o teresinense no que se refere à exportação de couro; e que o efeito da crise econômica internacional pôde ser sentida nos dois municípios com efeitos semelhantes, porém com intensidades diferentes.



**Figura 3 -** Balança comercial brasileira (1989-2011)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Aliceweb (MDIC, 2014).



**Figura 4 -** Balança comercial (US\$ FOB) do mercado coureiro brasileiro

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Aliceweb (MDIC, 2014).

economia piauiense, mesmo com apenas duas indústrias. As mesmas estão entre as principais empresas exportadoras do estado. Conforme a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro) (2013), em 2011 o 4º produto com maior faturamento em exportação foi couros e peles (US\$ 3.133.157,00), atrás somente da soja (US\$ 90.923.204,00), da cera de carnaúba (US\$ 44.096.763) e do algodão (US\$ 7.991.871,00).

Observando a balança comercial brasileira como um todo, no período de 1989 a 2011, é possível observar o efeito da crise no mercado financeiro brasileiro; há uma anomalia na linha de crescimento do mercado brasileiro no ano de 2009 (Figura 3). Fato este que nos remete a concluir que a retração do mercado piauiense do couro foi apenas reflexo do impacto que o País sofreu com a crise financeira (Figura 4).

Conforme os dados da Figura 4, considerando os valores monetários acumulados no ano de 2013, a exportação brasileira de couro atingiu a cifra de, aproximadamente, US\$ 2,5 bilhões, que resultou no seguinte desempenho:

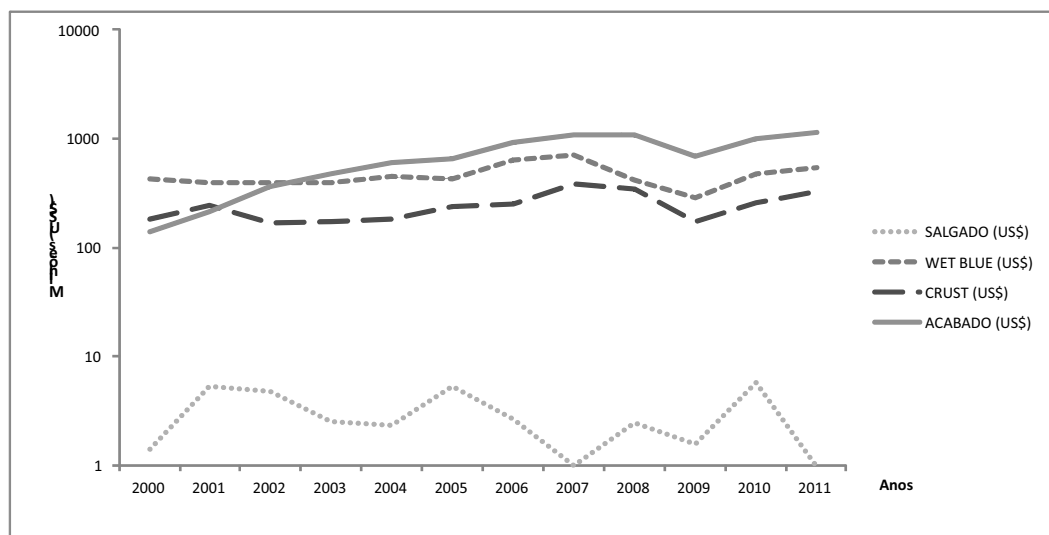
- a) aumento de 20,7% em relação a 2012;
- b) aumento de 22,7% em relação a 2011;
- c) aumento de 44,0% em relação a 2010.

Segundo dados da Figura 5, a partir de 2002 o

couro *wet blue* deixou de ser o principal tipo de couro exportado, perdendo o lugar para o couro acabado. Assim, o País seguiu a tendência dos principais exportadores mundiais.

Conforme o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB) (2014), o perfil da exportação brasileira por tipo de couro em 2014, considerando o valor exportado, foi o seguinte: acabado, 57,4%; *wet blue*, 28,5%; *crust*, 6,7%; e raspa de *wet blue*, 7,3%; e salgado, 0,2%. Os principais destinos do couro brasileiro exportado no primeiro semestre de 2014 foram China e Hong Kong, com 36,3%; Itália, com 16,0%; EUA, 10,2%; e outros países, 37,5%. Vale ressaltar o expressivo aumento na exportação de couro salgado e raspa de *wet blue* no período de 2012 a 2014 (Tabela 1), o que denota a importância ainda desta produção de base. Os efeitos da crise econômica internacional parecem ter sido superados pelo Brasil, pois as exportações apresentaram constante crescimento.

De acordo com o CICB (2014), os principais estados exportadores no primeiro semestre de 2014 foram Rio Grande do Sul, São Paulo e Goiás, com participação de 19,7%, 18,9% e 14,3%, respectivamente, somando juntos 52,9%. O Piauí aparece apenas na 17ª colocação com uma



**Figura 5** - Série histórica das exportações brasileiras de couros bovinos (2000-2011)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Secex/CICB, 2014.

**Tabela 1** - Exportações brasileiras de couro bovino por tipo de couro. jan.jul./2012-jan.-jul.2014

Tipo de couro	Valor FOB (US\$)			Variação (%)	
	Jan.-jul./2012	Jan.-jul./2013	Jan.-jul./2014	2014/2013	2014/2012
Salgado	1.675.493	7.697.476	6.611.899	-14,1	294,6
<i>Wet blue</i>	311.094.610	457.614.768	552.861.923	20,8	77,7
Raspa de <i>wet blue</i>	57.044.171	67.658.300	133.409.145	97,2	133,9
<i>Crust</i>	95.961.977	84.321.939	84.938.036	0,7	-11,5
Acabado	702.438.828	759.771.540	928.057.560	22,1	32,1
Total	1.168.215.079	1.377.064.023	1.705.878.563	23,9	46,0

Fonte: Secex/CICB, 2014.

variação negativa de -74,4% no período de 2012 a 2014, diferentemente da média brasileira, que tem apresentado um aumento nos valores, bem como no número de peças exportadas.

Conforme Campos (2006), o desenvolvimento dos curtumes esteve bastante atrelado ao crescimento da indústria calçadista, especialmente pelo seu direcionamento ao mercado externo, onde preço e qualidade são fatores determinantes de competitividade. Quando a indústria calçadista nacional reduziu sua produção em função da valorização do real, os curtumes ampliaram sua exportação. A estratégia adotada para substituir o mercado interno desaquecido foi, justamente, expandir a exportação de couros das fases inicial (*wet blue*) e intermediária (*crust*) de processamento, produtos de menor valor agregado. A consequência acabou sendo o acirramento da disputa entre esses segmentos da cadeia produtiva. No entanto, esta realidade mudou. Relatos da indústria calçadista no primeiro semestre de 2014 apontam para prejuízos, pois a exportação de couros e peles para o exterior pelos curtumes tornou-se mais vantajosa do que a venda no mercado interno.

Corrêa (2001), antecipando a situação descrita por Campos (2006), afirmava que uma saída seria o incremento da produção de couro acabado e também a exploração dos mercados de estofamentos residencial e automotivo; porém, esses mercados exigem couro de qualidade superior, extenso e com pouco ou nenhum defeito. Investimentos nesses setores gerariam mais empregos diretos e indiretos no Brasil e aumentariam os valores das exportações brasileiras de couro.

Em 2014, o cenário apontado por Corrêa (2001) já se tornava realidade. Desta forma, percebe-se que o mercado coureiro brasileiro tem passado por mudanças significativas, afetando direta ou indiretamente àqueles que dependem da matéria-prima produzida.

É fato que a indústria do couro tem experimentado um crescimento nas últimas décadas; porém, a sua adequação às novas tendências de mercado e às exigências ambientais é que garantirão sua sobrevivência e sua resistência às oscilações de mercado.

Os investimentos em pesquisas, infraestrutura para o escoamento da produção e formação de mão de obra especializada poderão fomentar o desenvolvimento da caprinocultura no Nordeste, especialmente no Piauí, contribuindo, assim, na

produção de carne e peles de maior qualidade, tornando a integração frigorífico/curtume uma realidade, além de alavancar um mercado em potencial em uma região menos desfavorecida economicamente.

#### 4 Conclusão

Após a crise financeira de 2008, o mercado do couro restabeleceu a tendência de crescimento; contudo, os pequenos curtumes foram afastados da economia. Além da crise mencionada anteriormente, a pressão do governo e da sociedade por processos produtivos mais harmônicos com o ambiente favoreceu os grupos maiores, que puderam investir e continuar no mercado.

A economia piauiense precisa alinhar-se melhor em relação à produção de couro. A adequação às novas tendências de mercado, bem como o atendimento à legislação ambiental poderão garantir a sua sobrevivência e sua resistência às oscilações de mercado. Os investimentos na melhoria ambiental dos processos produtivos consolidariam a posição dos atuais curtumes e protegeriam melhor a sociedade da poluição inerente a este tipo de empreendimento industrial.

#### Referências

- ALVES, V. E. L. As bases históricas da formação territorial piauiense. *Geosul*, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 55-76, 2003.
- ARAÚJO, A. D. et al. *Melhoramento da caprinocultura no Semiárido piauiense: relatório técnico 2005-2007*. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2007.
- CÂMARA, R. P. B.; GONÇALVES FILHO, E. V. Análise dos custos ambientais da indústria de couro sob a ótica da eco-eficiência. *Custos e @gronegocio On line*, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2007. [online]. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v3/custos%20ambientais.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- CAMPOS, S. H. A indústria de couros no Brasil: desempenho superior ao da indústria calçadista em 2006. *Indicadores Econômicos*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 37-46, set. 2006.
- ABREU, J. C. H. *Capítulos de história colonial & os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: UnB, 1963.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO. *Piauí em números*. 10. ed. Teresina: Fundação Cepro, 2013.
- CENTRO DAS INDÚSTRIAS DE CURTUMES DO BRASIL - CICB. *Exportações de brasileiras de couros e peles*: julho 2014. Disponível em: <<http://www.cicb.org.br/wp-content/uploads/2014/08/TOTAL-JUL14-VR.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- CORRÊA, A. R. O complexo coureiro-calçadista brasileiro. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 65-92, set. 2001.
- GUTERRES, M. Tendências emergentes na indústria do couro. *Boletín Técnico de La Asociación Química Española de Industria de Cuero*, Barcelona, v. 57, n. 1, p. 22-27, 2006.
- MARTINS, L. M.; MOITA NETO, J. M. Uma análise do mercado de couro no Brasil e no Piauí. In: ROCHA, J. R. S.; BARROS, R.



F. M.; ARAÚJO, J. L. L. (Org.). *Ambiente, sociedade e desenvolvimento no trópico ecotonal do Nordeste*. Teresina: Edufpi, 2012. v. 6. p. 177-188.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - MDIC. *Capítulo - SH 2 dígitos: 41 - Peles, exceto a peleteria (peles com pêlo), e couros*. Disponível em: <<http://alicesweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

REY, S. et al. O couro: contribuição na caprinocultura sustentável. *Archivos de Zootecnia*, Córdoba, v. 56, n. sup. 1, p. 731-736, 2007. Disponível em: <<http://www.uco.es/organiza/servicios/publica/az/az.htm>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

SANTOS, A. M. M. et al. Panorama do setor de couro no Brasil. *BNDS Setorial*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 57-84, set. 2002.

SHREVE, N. R.; BRINK JUNIOR, J. A. *Indústria de processos químicos*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE - USDA. *Livestock and poultry: world markets and trade*. Foreign Agricultural Service, 2014. Disponível em <[http://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/livestock\\_poultry.pdf](http://apps.fas.usda.gov/psdonline/circulars/livestock_poultry.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2014.

**\* Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e professor dos cursos de Engenharia Civil e Engenharia Ambiental e Sanitária no Uninovafapi. e-mail: [leonardomartins@uninovafapi.edu.br](mailto:leonardomartins@uninovafapi.edu.br).**

**\*\* Doutor em Química e professor do Departamento de Química e dos programas de mestrado e doutorado em Química e em Desenvolvimento e Meio ambiente da UFPI. e-mail: [jmoita@ufpi.edu.br](mailto:jmoita@ufpi.edu.br).**

# PRODUÇÃO DE TIJOLOS ECOLÓGICOS EM PEDRO II (PI): a sustentabilidade em questão

Por João Victor Souza da Silva\*

**Resumo:** o presente trabalho objetiva apontar alternativas aos modos de produção tradicionais, com foco na atividade alternativa de produção do tijolo ecológico na cidade de Pedro II (PI) em relação à popular produção de tijolo cerâmico. A produção de tijolos ecológicos sugere-se como ambientalmente sustentável, porém, questiona-se a sustentabilidade econômica do processo. Por fim, busca comparar o modo de produção em questão e o modelo de um APL, apontando limites e vantagens da produção de tijolos ecológicos em Pedro II.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Economia solidária. Arranjo produtivo local.

**Abstract:** this work aims to identify alternatives to traditional production methods, focusing on alternative activity of ecological brick production in the city of Pedro II (PI) from the popular production of ceramic bricks. The production of green bricks is suggested as environmentally sustainable, however, question the economic sustainability of the process. Finally, seeks to compare the mode of production in question and the model of a cluster, pointing limits and advantages of producing ecological bricks in Pedro II

**Keywords:** Sustainability. Solidarity Economy. Cluster.

## 1 Introdução

O desgaste ambiental ao qual se expôs o planeta nas últimas décadas, muito em decorrência de maiores abusos de fatores da natureza, impulsionados pela ânsia por crescimento econômico - influenciado em parte por fatores exógenos, como aumento populacional, e em parte pela própria necessidade de acumulação de capital - é fato a se discutir nas diversas esferas da sociedade. O problema é global, pela preocupação em relação às condições de vida das gerações futuras, que muito dependem do modo como se vive e se lida com os recursos naturais na presente época.

O uso indevido e não reaproveitado de recursos naturais é um forte fator de degradação ambiental, limitados pelo uso de tecnologia indevida ou mesmo por sua própria escassez. Faz-se, assim, importante pensar no desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis, em detrimento das tradicionais, tão danosas ao meio ambiente. Busca-se, portanto, o crescimento econômico sustentado casado com melhorias sociais, ao passo que não se prejudiquem as oportunidades alheias de melhoria, seja no

presente ou no futuro. Entende-se por desenvolvimento sustentável aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem suas próprias necessidades (CMMAD, 1988).

É importante que se compreenda o ser humano em sociedade como um animal em seu *habitat*, por uma ótica ecológica, pela qual há ou deve haver uma busca por equilíbrio entre o ser e o meio, em relações de troca harmoniosas entre os recursos e usos, entre o homem e a natureza, em sociedade organizada. Daí a validade da produção sustentável em tijolos ecológicos, pois há uma comunhão entre evolução socioeconômica e harmonia com os recursos naturais.

Neste trabalho, procura-se apontar alternativas aos modos de produção tradicionais, com foco na atividade alternativa de produção do tijolo ecológico na macrorregião dos Cocais, Piauí, com destaque para a cidade de Pedro II (PI) em relação à popular produção de tijolo cerâmico. A atividade, caracterizada como processo de Economia Solidária, tende à sustentabilidade, seja pelo próprio produto ou pelo modo como é produzido,

promovendo melhorias econômicas locais e ascensão social à população da região. Compreende-se por Economia Solidária um modo de produção cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual, baseado na autogestão e autonomia (SINGER, 2002).

Por fim, ao comparar os modos de produção e seus impactos sobre a sociedade e sobre o meio ambiente, afirmar-se-á a importância e a necessidade da implantação de um arranjo produtivo local (APL) de tijolos ecológicos na região de Pedro II como fator determinante para o desenvolvimento sustentável local, com vistas a acarretar crescimento econômico associado a melhorias sociais reais em médio prazo.

## 2 Tijolos ecológicos

A importância da produção de tijolos ecológicos se dá em sua capacidade de substituir perfeitamente o tradicional tijolo cerâmico de 6 ou de 8 furos, além de gerar menores custos ao final da obra - cerca de 30% -, apesar de ser um pouco mais caro em relação ao milheiro do tijolo tradicional. O tijolo ecológico também é preferível por não necessitar de queima em seu processo de produção, dispensando o uso da madeira como lenha, além de não lançar gás carbônico na atmosfera, sendo ecologicamente sustentável (VERDESAINÉ, 2014). O tijolo cerâmico, por outro lado, tem o uso da queima como negativo; e sendo essa madeira proveniente ou de grandes florestas, como da região Amazônica, ou encontrada em regiões ribeirinhas, contribui para o processo de degradação e assoreamento dos rios. O impacto ambiental causado pela produção do tijolo cerâmico é direto, ou primário, pois consiste na alteração de determinado aspecto ambiental por ação direta do homem (MARGULIS, 1996), no caso, o assoreamento dos rios.

Além disso, o tijolo ecológico admite o uso de pouca argamassa AC3 em seu trabalho na construção, dispensando qualquer tipo de acabamento; é composto basicamente por barro (em média, 70% de areia), cimento e água, com cura aproximada de 7 dias, evitando a queima de 6 árvores por milheiro, confirmando sua característica sustentável. Quanto à sua constituição, o tijolo ecológico é até 6 vezes mais resistente que o cerâmico, além de uma boa capacidade termoacústica, comprovada pelos certificados de determinação de resistência à compressão E (NBR

10836/94) e determinação da absorção d'água (NBR 10836/94) feitos em laboratório (ECOLARIA, 2014).

## 3 Produção de tijolos ecológicos como economia solidária

Compreendendo-se a valia do tijolo ecológico em detrimento do tradicional cerâmico, é válido que se atente ao seu modo e características peculiares de produção, pois é neste ponto que reside o objeto principal de sua análise, enquanto produto inovador, neste trabalho. Na região de Pedro II, no Estado do Piauí, segundo a Obra Kolping Piauí (2014), o mesmo é produzido por jovens de baixa renda, ex-dependentes químicos - homens, mulheres e adolescentes -, os quais são treinados para a produção dos tijolos, que, de certo modo, é bem simples, objetivando o comércio local e o consumo das famílias, de modo a gerar renda e dignidade à população, inclusão social e incentivo para a erradicação das drogas, além de estímulo ao estabelecimento de moradias próprias. É importante ressaltar que a produção de tijolos ecológicos pela comunidade é feita de maneira democrática, baseada na autogestão, cooperação, solidariedade e respeito à natureza, de modo que o principal objetivo é a sustentabilidade, ou seja, a capacidade de proporcionar para a geração atual e às futuras boas condições de vida.

A macrorregião que compreende a cidade de Pedro II é a região dos Cocais, com área de, aproximadamente, 17.780,40 Km<sup>2</sup>, englobando 22 municípios e população total de 364.717 habitantes. O programa de treinamento e capacitação de trabalhadores é desenvolvido pela Obra Kolping Piauí e é apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela Federação Brasileira de Bancos, além de vários outros órgãos locais e nacionais (OBRA KOLPING PIAUÍ, 2014).

Trata-se, portanto, de uma atividade produtiva complexa que se caracteriza como Economia Solidária, com impactos bem mais que econômicos para a sociedade; no entanto, não se caracteriza como um APL, apesar de apresentar algumas características de APL. Arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais - com foco em um conjunto específico de atividades econômicas - que apresentam vínculos locais; geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação e

incluem também diversas outras organizações públicas e privadas voltadas para formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento, promoção e financiamento (LASTRES; CASSIOLATO, 2003). Pode-se, então, desconsiderar o processo de economia solidária de produção de tijolos ecológicos, na região, por APL, visto que não há uma participação pública efetiva específica para a atividade produtiva em questão, além de outros fatores, como a carência de cooperativas com trabalhos semelhantes e sua interação em benefício coletivo. De qualquer modo, há instituições que fomentam a formação de recursos humanos, como a própria Obra Kolping, instituições de financiamento e políticas gerais de apoio ao desenvolvimento regional, como as do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que agrega bastante valor e importância ao trabalho realizado na região.

A produção média de tijolos ecológicos em Pedro II corresponde a quatro milheiros/dia, em modo artesanal de resfriamento natural, não se configurando como indústria de fato (OBRA KOLPING PIAUÍ, 2014).

É importante destacar o caráter não capitalista de produção; prima-se pelo ganho coletivo em detrimento de destaque comercial ou produtivo. O próprio modo de associação limita o investimento e controle mercantil do processo. O caráter artesão-manufatureiro, com predominância do fator trabalho sobre o capital fixo (basicamente uma máquina betoneira e galpão), torna rígida a oferta de tijolos, não sendo flexível no curto e médio prazo por ocorrência de variação na demanda; portanto, há limite na sustentabilidade econômica da produção.

#### **4 Processo produtivo do tijolo cerâmico**

Em contraste com o modelo proposto de produção sustentável, é importante que se compreenda o processo tradicional e aponte suas falhas, as quais devem ser superadas pela alternância e decisão pela maneira limpa.

A produção do tijolo cerâmico, seja de 6 ou 8 furos, apresenta maior complexidade relativa à produção de tijolos ecológicos e exige um maior capital aplicado devido à maior estrutura de maquinaria; são 9 as etapas de produção, desde a coleta e junção do barro, ao forno e à separação dos defeituosos dos demais. A produção é feita em larga escala e, por exigir maior concentração de recursos, é geralmente concentrada e não beneficia

de fato a população local. A queima é fundamental para secagem da massa, sendo exigidas grandes quantidades de madeira como lenha, de modo a degradar o meio ambiente, tanto em poluição do ar como das matas. Segundo dados de pesquisa realizada por acadêmicos da Universidade do Sul de Santa Catarina, para a construção de uma casa popular são necessárias as derrubadas de 6 árvores, sendo 1% do mercado nacional, num período de um ano, responsáveis pelo consumo de 25 mil milheiros de tijolos cerâmicos, ou seja, 4.500.000 de árvores derrubadas (HAMES et al., 2014).

Por essa análise, compreende-se a insustentabilidade do processo produtivo de tijolo cerâmico, produto, por vezes, ignorado em critério de danos ao meio ambiente, e vê-se a necessidade de alternância para o modo de produção alternativo dos tijolos ecológicos, como embrionado no estado do Piauí.

#### **5 Produção de tijolos ecológicos e APL**

A produção de tijolos ecológicos na região dos Cocais, a qual inclui a cidade de Pedro II, apresenta fortes características que a assemelham a um processo de APL, o que deu margem para o pensamento no desenvolvimento da prática do estabelecimento de um APL na região. No entanto, apesar disso, há pontos ainda falhos e imprecisos, não há uma organização e planejamentos os quais possibilitem produtores, agentes de pesquisa, governo, instituições de financiamento e outros órgãos parceiros agirem em torno de um arranjo produtivo local.

Propõe-se uma comparação entre o modo de produção apresentado na região e um arranjo produtivo convencional, modelo para promoção do desenvolvimento sustentável de maneira mais eficaz ao que ocorre atualmente, em processo de Economia Solidária, tão somente. Seis pontos básicos caracterizam um APL (LASTRES; CASSIOLATO, 2003): dimensão territorial, diversidade de atividades e atores, conhecimento tácito, inovação e aprendizado interativos, governança e grau de enraizamento.

Com relação ao Piauí, tem-se (CEPRO, 2011; OBRA KOLPING PIAUÍ, 2014; IBGE, 2015):

- a) dimensão territorial: o processo produtivo de tijolos ecológicos é predominante no Piauí, na macrorregião dos Cocais, englobando cerca de 364 mil habitantes em 22 municípios que apresentam características geográficas e econômicas semelhantes; é nessa região que ocorrem as atividades produtivas, de treinamento e inovação do

produto;

b) diversidade de atividades e atores políticos, econômicos e sociais: no processo produtivo, atuam mais de 15 instituições, desde as responsáveis pelo treinamento dos trabalhadores, no caso da Obra Kolping Piauí, ao Banco do Nordeste do Brasil, com pesquisas no aproveitamento dos dejetos da opala, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto Marista, que trabalha em oito municípios em rede solidária, facilitando a organização de um comércio de insumos e produtos, dentre outras instituições igualmente importantes para a atividade produtiva regional;

c) conhecimento tácito: diz respeito ao conhecimento proveniente das relações entre os atores envolvidos e o próprio meio no qual convivem, das quais decorrem melhorias no próprio funcionamento do sistema, ocasionando mudanças no próprio processo produtivo e são muito fortes na região dos Cocais, principalmente no que diz respeito à relação da comunidade com o próprio meio. No caso de Pedro II, tem-se a opala como elemento cultural da região e base para a produção em seus dejetos, e que é bastante presente, principalmente pela proximidade das localidades envolvidas as quais compartilham traços socioculturais comuns;

d) inovação e aprendizado interativos: o processo de economia solidária proporciona maior envolvimento entre os produtores, os quais compartilham conhecimentos e aprimoram sua produção e produto, de modo a melhor servir-lhes de modo sustentável; exemplo disso é o próprio tijolo ecológico como artigo inovador no território dos Cocais, por características já citadas, que, dependendo da localidade, pode apresentar insumos específicos;

e) governança: percebe-se que, no processo produtivo em questão, não há uma estrutura organizada entre os agentes de modo que se estabeleça uma hierarquia com funções devidamente delegadas e articuladas em um plano comum para que se atinja um objetivo previsto. As instituições, ainda frágeis, não se coordenam entre si, não há um plano, não há uma política específica, de modo que se dificulta o estabelecimento de um APL;

f) grau de enraizamento: também não é um ponto bem definido em Pedro II; não há um mercado consumidor específico, não há agregação de valor de maneira sistemática e a relação entre os grupos se dá de maneira ainda não tão profissional ou planejada.

Outro ponto em destaque é a ausência de mais cooperativas que atuem de forma semelhante, podendo ser visto até como, de certo modo, uma atividade isolada que se desenvolve de maneira independente e não articulada com estruturas comuns, base para a existência de um APL, no território dos Cocais.

Deste modo, a partir dessa análise comparativa, compreende-se a distinção entre o modo de produção solidário e um APL; no entanto, abre-se um espaço para discussões acerca de possíveis ações visando tal fim, admitindo-o como importante e benéfico para o desenvolvimento da região e, não só como isso, como exemplo também a ser seguido em outras regiões com igual potencial.

## 6 Conclusão

Procura-se, por fim, atentar para as vantagens do estímulo à atividade produtiva de tijolos ecológicos na região de Pedro II, no Piauí, em processo de Economia Solidária e, mais ainda, para as vantagens da implantação de um APL na região como opção para melhoras na capacidade e estrutura produtiva e na qualidade de vida da população em sua relação com a própria sociedade e com o meio ambiente.

A produção solidária mostra-se como alternativa de reintegração social e econômica de famílias carentes, ao passo que ainda garante às gerações futuras possibilidades de vidas em qualidades iguais ou até superiores às atuais.

É importante frisar que, pela própria característica do produto e da produção do tijolo, que necessita basicamente de barro, água e cimento, pouca mão de obra e pouca necessidade de recursos técnicos ou tecnológicos, este se desenvolveria de maneira bastante promissora na região das grandes florestas, surgindo como uma fonte de esperança frente aos graves problemas econômicos, sociais e ambientais que assombram as comunidades da região, do País e do mundo que vivem em condições semelhantes.

O estabelecimento bem-sucedido de um APL em Pedro II, dependeria, então, de maior mobilização dos grupos envolvidos, do estabelecimento e aplicação de políticas públicas específicas, maior mobilização de capital, pensamentos em logística e estímulos à formação de outras cooperativas (cf. CEPRO, 2011; IBGE, 2015) - mesmo compreendendo-se que isso ocorre, muitas vezes, de maneira quase “espontânea”, por características provenientes da própria comunidade, de suas necessidades e cultura, bem como dos recursos disponíveis.

A não existência de um APL no período demonstra a pouca solidez do programa, principalmente em sua baixa capacidade de se articular, de governança, sendo dependente de esforços irregulares para sua própria manutenção, muitas vezes nem mesmo autônoma, como prevê atividades de economia solidária. Ademais, a própria limitação orçamentária do processo produtivo, devido à baixa agregação de valor aliada a um gerenciamento coletivo sem vistas ao mercado, torna o processo pouco competitivo economicamente em relação aos modos de produção tradicionais. A falta de competitividade se dá pela limitação da capacidade produtiva,

principalmente. Assim, uma solução econômica seria investimento em capital fixo e capacitação da força de trabalho, de modo a aumentar a capacidade produtiva, gerando maior solidez comercial. O próprio caráter solidário contrasta com necessidades econômicas, pois se prima pelos ganhos sociais coletivos, não pela competitividade por demandas externas. O paradoxo limita a sustentabilidade econômica do processo, se estabelecido o interesse de substituir de fato o artigo tradicional menos sustentável.

O estabelecimento de APLs de tijolos ecológicos, no estado do Piauí, na cidade de Pedro II, como ação inovadora na região, é ponte para a ocorrência de atividades produtivas semelhantes e, mais que isso, base para uma nova visão de necessidades, economia e meio ambiente em sociedade, que se mostra como fator fundamental para que a sustentabilidade ocorra de fato na região, também servindo de modelo para ações em localidades com características socioeconômicas e ambientais semelhantes.

### Referências

- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.
- ECOLARIA. *Tijolo ecológico*. Disponível em: <<http://www.ecolaria.com.br>>. Acesso em: 02 out. 2014.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ – CEPRO. *Piauí em números*. 8. ed. 06 abr. 2011. Disponível em: <[http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06\\_aff9b5f5a6.pdf](http://www.cepro.pi.gov.br/download/201104/CEPRO06_aff9b5f5a6.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2015.
- HAMES, A. E. et al. *Cerâmica vermelha*. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAA6EEAE/ceramica-vermelha>>. Acesso em: 29 set. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Piauí*. Disponível em: <[http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa\\_e\\_municipios.php?lang=&uf=pi](http://www.cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=pi)>. Acesso em: 14 abr. 2015.
- LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (Coord.). *Glossário de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais*. Rio de Janeiro: Redesist, 2003.
- MARGULIS, S. *Meio ambiente: aspectos técnicos e econômicos*. 2. ed. Brasília: Ipea, 1996.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VERDESAINÉ. *Tijolo ecológico*. Disponível em: <[http://www.verdesaine.net/tijolo\\_ecologico](http://www.verdesaine.net/tijolo_ecologico)>. Acesso em: 29 set. 2014.

\* **Bacharelado em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Piauí.**

# A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO PIAUÍ (1888-1930)

Por Charlene Veras de Araújo\* e Solimar Oliveira Lima\*\*

**Resumo:** O presente artigo analisa a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado no Piauí, no período compreendido entre 1888 a 1930, no intuito de responder à seguinte questão: de que forma aconteceu a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado no Piauí no período pós-abolicionista? Para tanto, utilizamos como base documental mensagens e relatórios do poder executivo, pareceres e registros do poder legislativo e jornais.

**Palavras-chave:** Abolição. Mercado de trabalho. Trabalho assalariado.

**Abstract:** This article analyzes the transition of enslaved labor to wage labor in Piauí, in the period 1888-1930 in order to answer the question : how the transition happened the enslaved labor to wage labor in Piauí in the post -abolitionista ? Therefore, we use as evidence base messages and reports of executive power, opinions and records of the legislature and newspapers.

**Keywords:** Abolition. Labor Market. Wage Labor.

## 1 Introdução

Nos sertões piauienses, a força de trabalho foi predominantemente a escravizada enquanto vigio ao escravismo. A atividade econômica pecuária e a fazenda como unidade produtiva se constituíram lócus privilegiado da presença da mão de obra negra. Ao lado dos escravizados, labutando de sol a sol, podiam ser encontrados um ou outro trabalhador livre e negros libertos. A inserção destes trabalhadores dava-se de forma aleatória e subordinada e com relações de trabalho, a partir da concessão de permissão para moradia nas propriedades, assentadas na exploração por sistemas de parcerias. Assim, agregados ou moradores inseriam-se no sistema produtivo quase sempre sem remuneração monetária, ainda que poucos pudessem ser remunerados em dinheiro por tarefas. A força de trabalho de escravizados, de livres e de libertos na zona rural compunham, portanto, a base da acumulação no pastoreio e da formação de fortunas de fazendeiros. Esta acumulação permitiu gradativamente a diversificação produtiva, notadamente no meio urbano com a ampliação da participação de

trabalhadores livres e libertos disponíveis para o assalariamento, em especial no período pós-abolição, quando a massa de trabalhadores, em seu conjunto, estava apta para vender a força de trabalho no mercado.

Neste contexto, o presente artigo objetiva analisar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Piauí, no período compreendido entre 1888 a 1930. As categorias e o método de análise possibilitaram a formulação de uma problemática assentada na seguinte questão: de que forma aconteceu a transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado no Piauí no período pós-abolicionista?

O pós-abolição no Piauí, compreendido entre os anos 1888 a 1930, constitui-se um período marcado por conflitos e contradições internas que resultaram na consolidação das relações assalariadas na base econômica do estado. Nesta perspectiva, o uso do materialismo histórico como aporte teórico-metodológico possibilitou identificar permanências e transformações no sistema produtivo e suas relações sociais.

Para a análise, apoiamo-nos em fontes

hemerográficas e documentos oficiais, tais como mensagens e relatórios do Poder Executivo; pareceres e registros do Poder Legislativo e jornais. Os documentos referentes ao Poder Executivo, no geral, evidenciavam uma ansiedade do poder público em explicitar que a abolição não perturbaria a “organização do trabalho” no Piauí, pois a província possuía apenas escravizados domésticos. Na última década do XIX, porém, o discurso oficial, em regra, passou a denunciar saída de “braços aptos” do estado como voluntários para servir no exército e como migrantes para a região da Amazônia, revelando uma preocupação das autoridades com o “desenvolvimento material do estado” (APEPI, 1888, p. 13).

Destarte, além desta introdução, o artigo está estruturado em mais três seções. A seção 2, trata da Abolição no Piauí, que evidenciou a resistência do cumprimento da lei do 13 de maio de 1888, por parte dos ex-proprietários de escravos e a tentativa da implantação de núcleos coloniais como forma de minimizar os efeitos da crise na lavoura no pós-abolição. Na seção 3, demonstra-se que foi na zona rural que surgiu uma atividade econômica que contribuiu fortemente para a formação do mercado de trabalho com ampliação da inserção do trabalho livre e diferentes formas de remuneração: a extração da borracha de maniçoba no sudeste do estado; finalizando, na seção 4, com a conclusão a que se chegou do exposto.

## 2 A Abolição no Piauí

A província do Piauí, um ano antes da abolição, possuía 8.967 escravizados, dentre os quais 1.193 encontravam matriculados-se na capital, Teresina (APEPI, 1888). Odilon Nunes (2007, p.262), ao falar da Abolição na província, informa que “festivamente foi recebida no Piauí a lei de 13 de Maio de 1888, que passou a ser chamada Lei Áurea. Houve festas ruidosas em Teresina, e por todo interior.” Contudo, parece que a festa para os negros teve um tempo breve, haja vista o clima em torno da libertação dos cativos não ser amistoso. Muitos proprietários de escravos resistiram a cumprir a lei. No Piauí, em Piracuruca e Jaicós, por exemplo, foram denunciados às autoridades públicas senhores por “manter em injusto cativeiro diversos libertos” e praticarem “fatos graves contra os libertos” (APEPI, 1888, n.p.).

O poder público, por sua vez, mostrava-se pouco receptivo à proteção de ex-proprietários de escravizados e buscava apurar as denúncias de

maus tratos. Isso pode estar relacionado com a construção de uma nova ideologia do trabalho fomentada pela abolição, pautada na tentativa de mostrar à sociedade que a Lei Áurea não traria consigo o “fantasma da desordem” e a “desorganização do trabalho” (Apepi, 1897, p. 13).

Descontentamentos com a referida lei, pelo visto, levavam ao uso do dispositivo da força, imprimindo na relação de trabalho livre aspectos e marcas que caracterizaram a escravidão (FRAGA FILHO, 2006). As fontes consultadas indicam que o recém-liberto ficaria relegado a uma situação de marginalidade e anomia. Os mesmos, ao permanecer no campo, nas mesmas ou em outras fazendas, estabeleciam com os proprietários das terras nova relação pela qual o proprietário buscava recriar as experiências escravistas e marcadas por condições patriarcais asseguradas pela dependência da terra na forma de moradia. Neste sentido, estes novos vínculos se sobressaíram em relação ao assalariamento.

Essas condições de trabalho do liberto provocaram um movimento de depreciação desta mão de obra, fazendo surgir uma imagem de ociosidade, vagabundagem e vadiagem imputadas a estes egressos da escravidão (BARBOSA, 2003). Em regra, eram acusados de atos ilícitos, pelos quais passavam a sofrer ofensas, ataques físicos e tentativas de repressão frente às denúncias realizadas ao poder público, utilizando-se de formas de controle sobre sua força de trabalho temendo não conseguir retirar deles a mesma disciplina e submissão de outrora (APEPI, 1897).

Foi nesse sentido que Emília Viotti Costa (1999), ao falar da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, enfatizou que o processo de acumulação capitalista, durante esse período, foi circunscrito a relações de paternalismo e clientelismo, em que a população negra, mesmo depois da abolição, ficaria à margem desse processo: “promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte” (COSTA, 1999, p. 364). A aquisição de escravizados tornara-se cada vez mais difícil desde a proibição do tráfico negreiro; e os lucros demandavam a utilização cada vez maior de mão de obra. Foi possível para os proprietários concluir que o trabalho livre poderia ser mais produtivo do que o trabalho escravizado, notadamente nas áreas mais dinâmicas, como na cafeicultura, onde o sistema de crédito havia se expandido criando novas



possibilidades de financiamento de trabalhador livre imigrante.

Nas zonas de pastoreio, a transição iniciou-se com tentativas, por parte do poder público, de implantação dos chamados núcleos coloniais, a exemplo do Piauí. O governador Arthur de Vasconcelos, em 1897, reclamava da saída, do Piauí, de inúmeros contingentes de voluntários para o exército e da vertiginosa emigração para as regiões da Amazônia. Para ele, isso provocava uma dificuldade em adquirir mão de obra para o trabalho nas lavouras. A resolução do problema estava em fundar colônias agrícolas nacionais, pois o estado não possuía recursos para investir em migração e colonização estrangeira (APEPI, 1897).

Os núcleos coloniais no Piauí seriam formados com trabalhadores nacionais livres e não com imigrantes, haja vista o Estado não poder financiar a imigração subvencionada. Estes trabalhadores eram oriundos das fazendas nacionais, libertos de 1871, pela Lei do Ventre Livre, e de 1888, pela Lei Áurea. (LIMA, 2005) Os núcleos coloniais apareciam no contexto da transição como tentativas de controle da força de trabalho e das relações de trabalho no período pós-abolicionista. No geral, essa experiência surgiu como possibilidade de promover o controle do Estado sobre as terras devolutas.

### **3 A Borracha de Maniçoba no Sudeste do Piauí**

Ao fundar o século XIX, a economia do Piauí assentava-se primordialmente no extrativismo. O mercado internacional e os recursos naturais disponíveis no estado impulsionaram os interesses privados e estatais para a produção de borracha. De acordo com Teresinha Queiroz (2006), os motivos que favoreceram a exploração da maniçoba no estado foi a ocorrência de extensas reservas nativas, alocação de mão de obra subocupada em atividades de subsistência e condições de preço no mercado externo. Deste modo, essa prática produtiva contribuiu de forma decisiva para uma relativa prosperidade econômica que foi sentida em vários aspectos da sociedade piauiense da primeira década do século XX, principalmente em relação à receita pública do Estado. Nas regiões onde a cultura da maniçoba era mais atuante, como no sudeste do Piauí, foi possível inseri-la na divisão internacional do trabalho, com as sistemáticas e vultosas exportações. Essa realidade de produção e de acumulação em torno da borracha de maniçoba durou até meados de 1950, colaborando para

fundar traços marcantes na história do desenvolvimento material do estado; um deles, seguramente, foi a formação de um mercado de trabalho.

Entendemos que a utilização de força de trabalho em diferentes formas de trabalho remunerado encontradas na extração e comercialização da borracha de maniçoba no Piauí foram responsáveis por construir um mercado de trabalho com característica peculiar, notadamente a partir das primeiras décadas do século XX. Em 1909, Ernest Ule visitou os maniçobais existentes no sudeste do Piauí a serviço do Ministério Geológico e Mineralógico do Brasil e produziu um relatório no qual descreve as condições de trabalho. De acordo com ele, a extração da borracha era feita pelos moradores das regiões vizinhas ou por mão de obra contratada, quase sempre em terras denominadas devolutas, ou seja, propriedades sob o controle do estado. O trabalhador, chamado de seringueiro, construía abrigo nas zonas de extração da borracha em que habitava, sozinho ou com a família, durante o período da exploração. Muitas vezes, este trabalhador fazia pequenas plantações de frutos e a caça lhe fornecia parte dos recursos de carne de que precisava.

Para Ernest Ule (1909, p. 42), a forma de trabalho remunerado predominante nos maniçobais do Piauí foi a meação: “era costume dar aos trabalhadores em pagamento um terço da borracha colhida e preparada, pela qual, obtinham todo o preço corrente.” Para a extração deste produto, os seringueiros procuravam as árvores da borracha, fazendo no tronco e nos galhos destas árvores incisões com uma faca de ponta curva. O leite que se ia acumulando era reunido em garrafas e levado para as choupanas para coagular; seu valor comercial dependia da pureza. De acordo com o relatório, um seringueiro fazia por dia incisões em cerca de 200 árvores, produzindo um a três quilos; e, em média, 10 quilos por semana.

Ao observar o trabalho nos maniçobais do sudeste do Piauí, Ernest Ule (1909) constatou que 10 trabalhadores em sete dias tinham colhido 95,7 quilos, porém, ele evidenciou esses resultados como insuficientes. Para ele, isso acontecia em decorrência da presença de mulheres e crianças na extração da borracha, o que possibilitava uma exploração em pequena escala dos maniçobais. Como solução, seria necessário reduzir de 20 a 25% o lucro do trabalhador e fomentar a divisão do trabalho nos campos de produção onde os

trabalhadores fossem vigiados, cotidianamente, por fiscais de produção.

#### 4 Conclusão

Corroborando o pensamento de Barbosa (2003), maio de 1888 deve ser encarado como um conjunto de políticas que levaram à lenta extinção da escravidão. Desde a promulgação da lei de 1850, que proibia o tráfico de escravos, instaurava-se assim um processo de abolição progressiva, que produziu a lei Áurea, a qual não encerrou, entretanto, a transição para o trabalho livre. Neste sentido, a abolição propriamente dita, decretada em 1888, surgiu como detalhe no processo mais amplo de construção do mercado de trabalho no Brasil, obedecendo às especificidades regionais.

Observamos que, no Piauí, a abolição provocou uma preocupação das autoridades do Estado em controlar as terras devolutas através das tentativas de implantação dos chamados núcleos coloniais. Com a inserção de uma mão de obra dita nacional, as autoridades políticas (como os presidentes da província) tentariam assim resolver a escassez de braços aptos para o trabalho na lavoura; entretanto, o liberto do 13 de maio que seria utilizado como força de trabalho nos núcleos coloniais passou a ser alvo de ofensas morais e físicas praticadas por ex-proprietários inconformados com o fim da escravidão, construindo-se na população liberta uma imagem depreciativa frente ao trabalho. Esse novo sujeito da nascente República continuou marginalizado na formação de um mercado de trabalho com base no assalariamento.

Nas primeiras décadas do século XX, o extrativismo da borracha de maníçoba configurou-se como a principal atividade econômica do estado e, salvo engano, como atividade produtiva responsável pela formação do mercado de trabalho no Piauí. Contudo, os trabalhadores em empregados em condições de remuneração ainda precárias, como a meação, e seu pagamento era realizado de acordo com a produção, conforme a quantidade em quilos de barris da borracha. Assim, sendo, na conjuntura, a mais dinâmica atividade econômica e predominante do ponto de vista da geração de receitas para o estado, no emergente mercado de trabalho estava ausente o trabalho assalariado.

O principal fator da expansão e decadência da extração da borracha foi o preço, provocando uma escassez do capital não propiciando a formação de empresas para o seu desenvolvimento; e a maníçoba foi responsável pela relativa prosperidade

econômica de extensas áreas do sudeste do Piauí, contribuindo inclusive para a concentração do povoamento e para a ocupação e incorporação de novas formas de economia do Estado, como evidenciou Queiroz (2006).

#### Nota:

(1) Relatório com que o Exmo. Sr Dr. Antonio Jansem de Matos Pereira passou a administração da província do Piauí ao Sr. Dr. Francisco José Viveiros de Castro, no dia 6 de julho de 1887.

#### Referências

- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Poder executivo. Envelope 15, Teresina, 06 jul. 1887.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Poder Legislativo. 19ª sessão ordinária. Presidência do Sr. Dr Urbano Castelo Branco. Teresina, 23 jun. 1888.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ - APEPI. Poder Executivo. Envelope 14. Teresina, 1º jun. 1897.
- BARBOSA, A. F. A formação do mercado de trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento. 2003. 390 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- COSTA, E. V. Da monarquia a república: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo, Unesp, 1999.
- FRAGA FILHO, W. Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). São Paulo: Unicamp, 2006.
- LIMA, S. O. Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo: UPF, 2005.
- NUNES, O. Pesquisa para a história do Piauí: lutas partidárias e a situação da província. Teresina: Fundapi, Fundação Monsenhor Chaves, 2007.
- QUEIROZ, T. J. M. A importância da borracha de maníçoba na economia do Piauí: 1900- 1920. 2. ed. Teresina: Fundapi, 2006.
- ULE, E. Extração e comércio da borracha na Bahia. Rio de Janeiro: Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, 1909.

\* **Graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí, especialista em Educação e Cultura Afro-Brasileira pelo Núcleo de Estudos sobre Africanidades (Ifaradá) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e mestranda em História do Brasil pela UFPI.**

\*\* **Professor doutor do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI.**

# POLÍTICA DE PREÇOS MÍNIMOS NO EXTRATIVISMO DA CARNAÚBA

Por Emiliania Barros Cerqueira,\* Maykon Daniel Gonçalves Silva,\*\* Vera Lúcia dos Santos Costa\*\*\* e Jaira Maria Alcobaça Gomes\*\*\*\*

**Resumo:** o artigo analisa a PGPMBio no segmento extrativo da carnaúba; especificamente, avalia a formação do preço mínimo para a carnaúba; verifica a evolução dos preços de mercado e mínimo do pó A e B e da cera tipos 1 e 4 nas safras de 2006/07 e 2011/12; e estima o número de ocupações e receita gerados com o extrativismo da carnaúba por unidade da Federação entre 2005 e 2010. Para tanto, foram levantadas informações nos sites da Conab e IBGE. Constatou-se que a quantidade produzida diminuiu, o preço de mercado aumentou, a quantidade de emprego foi reduzida e a receita aumentou (em função do aumento da demanda internacional e do preço da cera).

**Palavras-chave:** PGPMBio. Sociobiodiversidade. Carnaúba.

**Abstract:** the article analyzes the PGPMBio in the extractive segment of carnauba; specifically evaluates the formation of the minimum price for carnauba; checks the evolution of market prices and minimum A and B powder and wax types 1 and 4 harvests in 2006/07 and 2011/12; and estimates the number of jobs and revenue generated by the extraction of carnauba by state between 2005 and 2010. Thus, we raised information on the websites of Conab and IBGE. It was found that the quantity produced decreased, the market price has increased, the number of jobs was reduced and increased revenue (due to the increase in international demand and wax price).

**Keywords:** PGPMBio. Sociobiodiversity. Carnauba.

## 1 Introdução

A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) foi criada em 1943 para amparar a produção de grãos brasileira. O Governo Federal, por meio da Comissão de Financiamento da Produção (CFP), intervinha toda vez que o preço de mercado fosse inferior ao mínimo estabelecido, tendo como instrumentos tradicionais Aquisição do Governo Federal (AGF) e Empréstimo do Governo Federal (EGF).

A carnaúba foi incluída na lista de produtos beneficiados pela PGPM na década de 1970, objetivando estabilizar os preços de mercado e estimular a extração de pó cerífero, reduzindo as incertezas do extrativista em relação ao mercado (CASADIO, 1980).

Em 2007, ocorrem várias reuniões entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e outros parceiros do governo e da sociedade civil, com a finalidade de colocar em prática os compromissos assumidos internacionalmente de promover a conservação da biodiversidade; para tanto, elaboraram um plano de

ação visando fortalecer os produtos da sociobiodiversidade. Assim, incluíram os produtos da sociobiodiversidade na política de preços mínimos, que passou a ser abordada dentro de um nova modalidade a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio). Inicialmente, foram englobados sete produtos da safra 2009/10, dentre eles, a carnaúba, que já era amparado na PGPM convencional. Na safra seguinte, mais quatro passaram a ser beneficiados.

Assim, questiona-se: quais os efeitos da PGPM sobre os preços de mercado, a geração de emprego e a receita dos extrativistas do pó cerífero de carnaúba?

Para responder a esta questão, foram usados os documentos técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), referentes à estimativa e metodologia do custo de produção, para obter as informações sobre preços de mercado e mínimo. O cálculo da quantidade de empregos e receita foi obtido mediante dados disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dessa forma, o estudo tem como objetivo geral

analisar a PGPM, desde o estabelecimento dos preços mínimos até os resultados alcançados pela política, no segmento extrativo da carnaúba. Especificamente: avaliar a formação do preço mínimo para a carnaúba; verificar a evolução dos preços de mercado e mínimo do pó A e B e da cera tipo 1 e 4 nas safras de 2006/07 e 2011/12; e estimar o número de ocupações e a receita gerados com o extrativismo da carnaúba por unidades da Federação (UF) entre 2005 e 2010.

## **2 Características e modificações da política de preços mínimos no Brasil**

O governo intervém na economia de diversas maneiras; as formas mais comuns são a fixação de impostos ou subsídios a um produto. Além destas, pode ainda fixar preços mínimos ou máximos para intervir nos mercados de produtos agrícolas (SAMUELSON; NORDHAUS, 1999).

Caso o governo intervenha no mercado, adquirindo ou financiando a retenção do excedente do produto, implicará em custo financeiro de armazenagem e de distribuição (MENDES, 1998).

Vários fatores justificam a intervenção do governo nos preços dos produtos agrícolas; e é em função desses fatores que os governos de diversos países atuam subsidiando a produção agrícola. Segundo McConnell e Brue (2001), esses fatores estão relacionados a problemas do curto prazo - flutuações ano a ano dos preços e rendas agrícolas - e do longo prazo - declínio do setor agrícola. Segundo os autores, "o problema agrícola de curto prazo é o resultado (1) de uma demanda inelástica por produtos agrícolas, combinada com (2) flutuações na produção agrícola e (3) de deslocamento da curva de demanda por produtos agrícolas" (MCCONNELL; BRUE, 2001, p. 329).

Conforme Osaki e Batalha (2009), o modelo de suporte aos produtores rurais nos países ocidentais, inclusive no Brasil, sofreu grande influência da política agrícola norte-americana. De acordo com Carvalho e Silva (1995), o surgimento das políticas agrícolas ocorreu nos Estados Unidos com a criação do *Agricultural Adjustment Act*, para tentar contornar os efeitos da crise de superprodução de 1929, por meio de instrumentos que aumentassem os preços dos produtos ou reduzissem a quantidade produzida.

No Brasil, a primeira tentativa de formalizar e institucionalizar a política agrícola surgiu com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco do Brasil, para tratar das questões de

financiamento, e da CFP, em 1943, para tratar das questões de garantia de preços por meio da formulação da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) (COELHO, 2001).

A PGPM é caracterizada por McConnell e Brue (2001) como uma política agrícola que faz uso de instrumentos legais para estabelecer um preço mínimo a determinadas mercadorias. Em um mercado de concorrência perfeita, a fixação do preço mínimo acima do de mercado estimula a oferta do produto, o governo adquire, então, a produção excedente, garantindo uma renda mínima aos contemplados pela política ou restringindo a oferta instituindo cotas de produção para evitar que os preços caiam.

Desde sua formulação, a PGPM sofreu várias alterações, como constatam Carvalho e Silva (1993): em 1979, os preços mínimos deixaram de ser utilizados como parâmetros para o crédito de custeio; em 1981, os valores foram indexados, neutralizando o efeito inflacionário; em 1988, com a finalidade de diminuir a intervenção pública nos mercados, foram criados os preços de intervenção, consubstanciados em novos instrumentos de comercialização, além dos convencionais EGF e AGF.

A partir da safra 2009/10, a PGPM adquiriu uma nova modalidade, a PGPMBio, que é resultante do esforço do governo federal em articular políticas de governo voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, geração de renda e justiça social, surgindo como iniciativa do MMA, do MDA e do MDS, desde o ano de 2007, sendo elaborado um plano de ação para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade: o Plano Nacional para a Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (BRASIL, 2009).

Em 2009, a Conab criou a Gerência de Produtos da Sociobiodiversidade (Gebio) para tratar das ações referentes à PGPMBio, responsabilizando-se por acompanhar e analisar as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e os mercados consumidores, bem como para definir os parâmetros necessários à execução das operações comerciais de aquisição, movimentação, armazenagem, subvenção (entre outros fatores), desenvolver estudos de logística etc. (LOUREIRO, 2009).

### **2.1 Política de preços mínimos para carnaúba**

A fixação de preços mínimos para a carnaúba, pó e cera, data da década de 1970 e, inicialmente, tinha como objetivo estabilizar os preços da cera de

carnaúba no mercado externo; posteriormente, ganhou nova justificativa: garantir renda aos produtores; entretanto, foram feitas intervenções nos preços da cera de carnaúba anteriores nas safras de 1951/52, 1952/53 e 1961/62), porém, de modo esporádico. As intervenções ocorreram mediante a CFP, executada pelo Banco do Brasil (agente financeiro), por meio da Carteira de Comércio Exterior (Cacex), que acompanhava as exportações e regulava os preços mínimos de exportação (CASADIO, 1980). O uso de práticas ilegais - como a realização de transações oficialmente ao preço de registro admitido pela Cacex, com um desconto não declarado combinado entre as partes - aliadas ao declínio dos preços de exportação fizeram com que a Cacex fosse extinta (D'ALVA, 2007).

Para Casadio (1980), a PGPM para o pó e a cera de carnaúba pode ser distinguida em duas fases, de acordo com sua fundamentação: na primeira, monopolista, a cera necessitava ser protegida, pois era exclusivamente produzida no Brasil; na segunda, enfatiza o empenho social da política, que é garantir renda, e, a partir de então, o custo de produção passou a ser o limite inferior para determinação dos preços mínimos. Ambas as fases geraram acumulação crescente de estoques, provocando problemas operacionais de monta; além disso, a elaboração da política para o segmento da carnaúba teve como base pareceres técnicos superficiais.

A cera de carnaúba não pode ser considerada como pertencente a uma estrutura de mercado monopolista porque é produzida unicamente em um país; o que caracteriza o monopólio é existência de uma única empresa produtora sem substitutos próximos; some-se a isso o fato de que, como bem destaca Casadio (1980), a cera de carnaúba possui substitutos e concorre, portanto, com outras ceras sintéticas. Cerqueira, Gomes e Silva (2011) ainda enfatizam a inexistência do poder de mercado para os produtores (característico do monopólio).

Em geral, os mercados agrícolas, principais beneficiários da PGPM, caracterizam-se, segundo Eaton e Eaton (1999), por uma grande quantidade de produtores e compradores, enquadrando-se, de acordo com a teoria microeconômica, em estruturas de mercados perfeitamente competitivos. Isto significa que os preços são definidos pelo mercado e não pelos produtores ou compradores, que são, dessa forma, tomadores de preços.

No caso específico da cera de carnaúba (produto

industrial), em que o número de compradores é bem maior que o de produtores, a teoria da competitividade industrial de Porter (1986) assevera que, nesse caso, os compradores tem mais poder de negociação no mercado e conseqüentemente exercem maior influência no preço do produto.

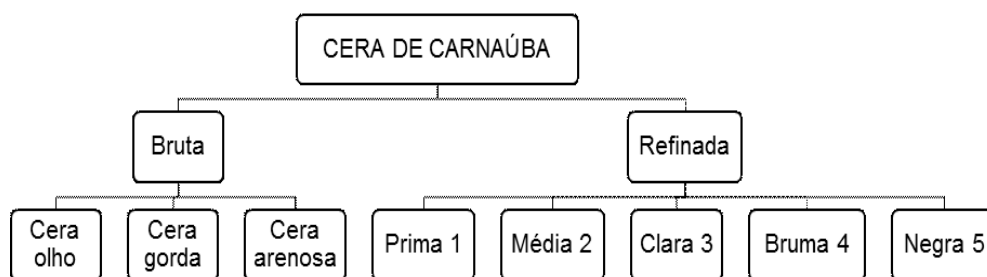
### 3 Metodologia

A área de estudo corresponde aos estados do Piauí, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte. A escolha de tais estados baseou-se no critério de existência de extração do pó cerífero de carnaúba.

As estimativas dos custos de produção do extrativismo do pó de carnaúba foram obtidas no *site* da Conab para o Piauí (municípios de Campo Maior e Piripiri), Ceará (município de Russas) e Rio Grande do Norte (municípios de Mossoró e Apodi), elaboradas para o ano de 2011. Quanto ao cálculo das ocupações geradas na atividade do extrativismo, seguiu-se a metodologia adotada por Carvalho e Gomes (2009). Por meio de um coeficiente técnico foi estimado o número de ocupações na região Nordeste, além de examinar a tipologia dessas ocupações. As informações referentes aos preços de mercado (preço recebido pelo produtor) do pó e da cera de carnaúba foram disponibilizadas pela Conab, por UF, via *e-mail*, com a gerente de produtos da sociobiodiversidade (Conab/DF), Ianeli Sobral Loureiro. Os preços mínimos também foram obtidos no *site* da Conab. Para analisar a relação entre preços de mercado e mínimos, calculou-se a média do preço de mercado nos quatro estados. Posteriormente, fez-se uma análise gráfica desses preços médios nas safras de 2006/07 a 2011/12, comparando-os com os preços mínimos.

Cabe destacar que tanto o pó como a cera de carnaúba são classificados em tipos e cada um deles possui um preço de mercado e mínimo diferentes. O pó é classificado conforme a Instrução Normativa n. 34, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), de 30 de novembro de 2004, em dois tipos, A e B. Já a cera de carnaúba foi classificada pela Instrução Normativa n. 35, de 30 de novembro de 2004, do Mapa (2004a). A cera é rotulada em grupos e tipos, como mostrado no Diagrama 1.

A cera bruta é obtida do pó cerífero em fusão com água ou extração com solventes orgânicos, e é feita de forma artesanal. Já a cera refinada é obtida a partir da cera bruta por processos físicos e/ou químicos para a melhoria da qualidade; esta é



**Diagrama 1 – Grupos e tipos de cera de carnaúba.**

Fonte: Elaboração própria com dados básicos da Instrução Normativa n. 35 (BRASIL, 2004b).

produzida na indústria e seus tipos são mais conhecidos pela numeração.

A quantidade extraída e o valor de produção de pó e cera de carnaúba foram obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Sistema de Recuperação Automática (Sidra), da Pesquisa de Extração Vegetal e Silvicultura (PEVS), para Piauí, Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte. Para a análise dos dados quantitativos, utilizou-se a construção de tabelas e gráficos.

**4 Determinação dos preços mínimos:** uma análise do custo de produção do pó de carnaúba

A formação do preço mínimo leva em consideração diversos custos, incluindo cotações do mercado interno e externo, mas são basicamente determinados pelos custos de produção.

A estimativa do custo de produção para o pó cerífero de carnaúba na safra de 2011/12 foi realizada pela Conab nos municípios de Russas (CE), Piri-piri (PI), Campo Maior (PI), Mossoró (RN) e Apodi (RN).

A Conab realiza o cálculo do custo de produção anualmente. Desde 2009, passou a utilizar uma nova metodologia que tem como estratégia o envolvimento ativo de produtores, entidades representativas de vários seguimentos da agricultura, fábrica de máquinas e implementos agrícolas, universidades, centros de pesquisa e administração pública (CONAB, 2011).

O método de cálculo adotado pela Conab contemplou itens de dispêndio, explícitos ou não, assumidos pelo produtor, identificados em duas situações distintas: o custo estimado, realizado de três a quatro meses antes do início das operações de preparo do solo, o qual visa subsidiar as decisões de política agrícola, e o custo efetivo, que determina o custo efetivamente incorrido pelo produtor e que serve para controle, avaliação, estudo de rentabilidade e subsídios às futuras

políticas para o setor.

Nos custos explícitos, citam-se os decorrentes com insumos (sementes, fertilizantes e agrotóxicos), mão de obra temporária, serviços de máquinas e animais, juros, impostos e outros; e, nos custos implícitos, enquadram-se os gastos com depreciação de benfeitorias, instalações, máquinas e implementos agrícolas e remuneração do capital fixo e da terra (CONAB, 2012).

Segundo a Conab (2011), a produtividade média na extração do pó cerífero por 10 milheiros de palha varia de município para município. Piri-piri (PI) e Russas (CE) apresentaram uma produtividade de 70kg/10 milheiros de palha, Mossoró e Apodi (RN) apresentaram a maior produtividade, 80 kg, e o município de Campo Maior (PI) apresentou a menor produtividade, 60kg.

Na Tabela 1, observam-se os itens que compõem o custo de produção para cada um dos cinco municípios na safra 2011/12. Piri-piri (PI) e Russas (CE) apresentaram a mesma produtividade de diferentes custos de produção por quilograma; neste, o custo foi R\$ 3,91 e naquele, de R\$ 4,43; Campo Maior (PI) teve a menor produtividade e o maior custo, R\$ 4,61; Mossoró e Apodi (RN) apresentaram maior produtividade e tiveram um custo de R\$ 4,32. Em todos os municípios, a maior despesa foi com mão de obra e máquina de bater palha, exceto no município de Russas, no qual, embora o principal dispêndio tenha sido com mão de obra, o seu segundo maior custo foi com o arrendamento.

#### **5 Preços mínimos e de mercado do pó e da cera de carnaúba nas safras 2006/07-2011/12**

O preço mínimo é um valor monetário definido pelo governo, por unidade de peso do produto, enquadrado dentro de um padrão de classificação, funcionando como um indicativo da necessidade de intervenção quando o preço de mercado está abaixo

**Tabela 1** - Custo de produção estimado para o pó de carnaúba em R\$/Kg, safra 2011/12, nos municípios de Campo Maior, Piripiri, Russas e Mossoró/Apodi

Discriminação	Campo Maior	Piripiri	Russas	Mossoró/Apodi
I - Despesas de custeio da atividade extrativista	2,81	3,03	1,74	2,36
1 - Mão-de-obra	2,81	3,03	1,74	2,36
II - Outras despesas	1,80	1,40	2,17	1,96
1 - Transporte trabalhadores	-	-	-	0,15
2 - Máquina bater palha	1,25	1,10	0,46	1,05
3 - Sacaria	0,05	-	-	-
4 - Alimentação	-	-	-	0,51
5 - Arrendamento	0,50	0,30	1,71	0,25
III - Custo variável (I + II = III)	4,61	4,43	3,91	4,32
IV - Custo total (IV = III)	4,61	4,43	3,91	4,32

Fonte: CONAB, 2011.

Nota: (-) dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento.

**Quadro 1** – Preços mínimos para os tipos de pó e cera de carnaúba, instrumentos legais que estabeleceram os preços mínimos e instrumentos de operacionalização nas safras 2004/05-2011/12

Período	Safra	Cera 1 e 2	Cera 3 e 4	Pó A	Pó B	Instrumento Legal	Instrumento Operacional
<b>PGPM convencional</b>	2006/07	5,40	3,10	3,10	1,84	Decreto n. 5.869, de 03/08/2006	AGF
	2007/08	5,40	3,92	3,92	2,27	Decreto n. 6.266, de 22/11/2007	AGF; EGF
	2008/09	5,51	4,00	4,00	2,32	Decreto n. 6.510, de 16/07/2008	AGF; EGF
<b>PGPMBio</b>	2009/10	9,08	6,59	4,00	3,34	Portaria MAPA n. 507, de 10/07/2009	AGF; EGF
	2010/11	9,08	6,59	6,90	4,00	Portaria MAPA n. 522, de 21/07/2010	AGF; EGF
	2011/12	9,08	6,59	6,90	4,20	Portaria MAPA n. 533, de 29/06/2011	EGF; SPDE

Fonte: CONAB, 2012.

do mínimo.

Os critérios para estabelecimento desses preços baseiam-se nos seguintes parâmetros: custo variável de produção no ano, preço médio pago ao produtor e preço médio no atacado, cotações no mercado interno e externo e de outros gastos até o escoamento da produção. Os preços mínimos são estabelecidos anualmente com antecedência mínima de 30 dias antes do início da atividade extrativa (BRASIL, 1966).

No Quadro 1, são mostrados os preços mínimos para a cera tipos 1 e 2, 3 e 4 e o pó tipos A e B de carnaúba, o instrumento legal que os instituiu e, ainda, os instrumentos por meio dos quais a operacionalização poderia ser realizada, caso o preço de mercado fosse inferior ao mínimo.

Pelo Quadro 1, observa-se que, no período referente à PGPM convencional, na safra de

2006/07, o instrumento legal, no caso o Decreto, foi promulgado em agosto, e na safra de 2007/08 apenas em novembro, ou seja, após o início da safra que ocorre no mês de julho.

Quando ocorreu a mudança do período convencional para o da PGPMBio, tem-se uma elevação bastante significativa nos preços mínimos, principalmente da cera, exceto para o pó cerífero A, que permaneceu o mesmo (nas safras de 2008/09 e 2009/10), sofrendo elevação na safra seguinte.

No Gráfico 1, são comparados os preços de mercado e mínimos, mostrando a evolução dos mesmos durante as safras de 2006/07 e 2011/12 para o pó cerífero tipos A e B e cera de carnaúba tipos 1 e 4.

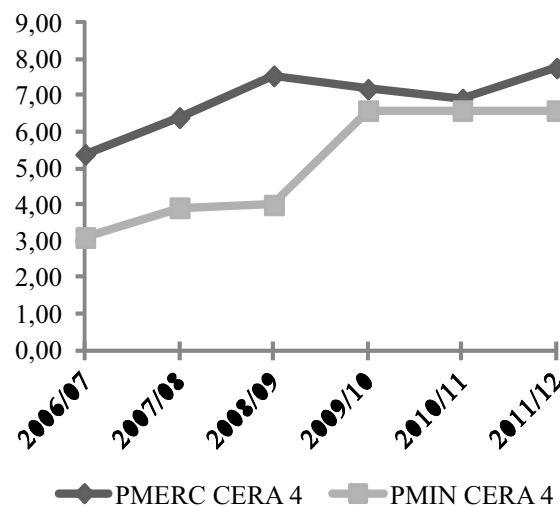
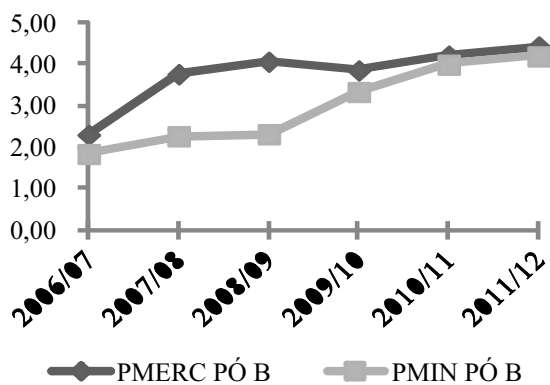
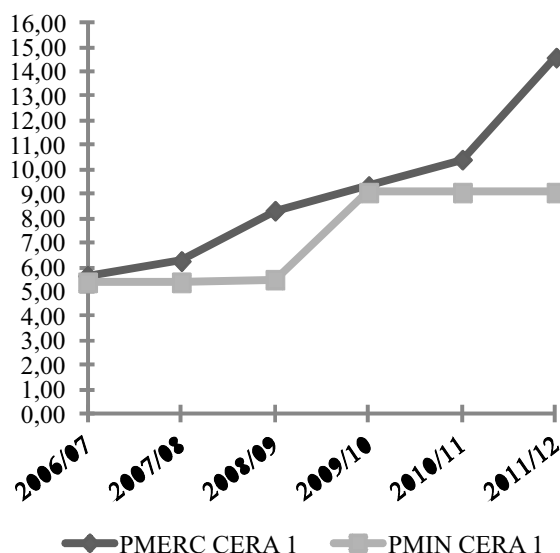
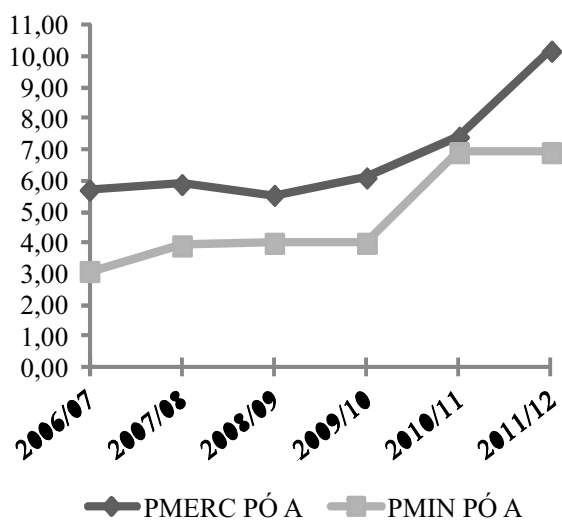
Pelo Gráfico 1 observa-se que o preço mínimo apresentou comportamento ascendente para os quatro produtos, apesar de se ter mantido constante

entre algumas safras, como, por exemplo, nas safras de 2007/08 e 2008/09, nas quais o preço mínimo não sofreu alteração para nenhum dos quatro produtos. Desde que houve a implantação da PGPMBio, o preço mínimo para as ceras 1 e 4 permaneceu constante.

O preço de mercado do pó A apresentou comportamento ascendente, exceto entre as safras de 2007/08 e 2008/09. Para a cera 1, o preço de mercado durante todo o período foi crescente. Já para o pó B houve queda no preço médio recebido pelo produtor apenas entre as safras de 2008/09 e 2009/10. A cera tipo 4 teve um período de declínio no preço bem maior, correspondente às safras de 2008/09-2010/11. Ressalta-se, entretanto, que o preço de mercado apresentado no Gráfico 1 é uma média para a safra, que abrange de agosto de um determinado ano a julho do ano subsequente, havendo, portanto, maiores oscilações no preço (se fizermos essa comparação levando em consideração cada mês) durante o período em análise.

O preço de mercado do pó A foi mais elevado que o do pó tipo B, por se constituir matéria-prima para a cera tipo 1, que, além de possuir maior qualidade que a cera 4, é usado para fabricação de produtos que entram em contato direto com o homem, podendo interferir na sua saúde, como aplicações farmacêuticas, cosméticos etc.; já o pó B origina a cera 4 usada, principalmente, na produção de ceras para polimento, graxas etc. (CERQUEIRA, GOMES; SILVA, 2011).

Entre as safras de 2006/07 e 2011/12, o preço de mercado manteve-se sempre acima do mínimo para os quatro produtos. Apesar do preço mínimo ter-se mantido constante entre algumas safras, constatou-se que ocorreu elevação no preço de mercado. No referido gráfico, pode-se observar, ainda, que na safra 2009/10, quando ocorreu a implantação da PGPMBio, houve uma aproximação dos preços mínimos com os de mercado, porém, já aparecem sinais de um novo distanciamento entre os mesmos (safra 2011/12).



**Gráfico 1** - Evolução dos preços de mercado e mínimo do pó cerífero tipos A e B e da cera tipos 1 e 4 de carnaúba entre as safras 2006/07-2011/12

Fonte: Elaboração própria. Dados básicos: CONAB, 2012; LOUREIRO, 2012.



## 6 Número de ocupações e receita gerados com o extrativismo da carnaúba entre 2005 e 2010 por unidades da federação

A atividade de extração do pó cerífero é sazonal, repetindo-se anualmente, gerando empregos temporários que podem se estender por até cinco meses. Os trabalhadores organizam-se em turmas, exercendo funções diferenciadas e complementares. O processo divide-se em quatro etapas: corte, transporte, secagem e batção das folhas (CARVALHO; GOMES, 2009).

Carvalho e Gomes (2009) verificaram que uma turma responsável por corte e secagem tinha em média 13 trabalhadores, sendo 3 foceiros (ou vareiro), 4 aparadores, 1 desenganchador, 2 carregadores, 2 lastreiros e 1 cozinheiro. Em média, 1 vareiro corta 8.000 palhas/dia, então, 3 cortam 24.000. Se o trabalho é realizado 5 vezes por semana e 20 dias em 1 mês, logo, são 480.000 palhas/mês e 2.400.000 em cinco meses. Sabendo ainda que 1.000 palhas rendem 7,8 kg de pó, 2.400.000 palhas rendem 18.720 kg de pó. Se 13 trabalhadores retiram 18.720 kg de pó, para obter 1.000 kg de pó é necessário 0,649 trabalhadores nas etapas de corte e secagem da palha.

Na etapa de batção das palhas, são necessários, em média, 8 trabalhadores que manuseiam as máquinas de batção até, geralmente, a produção de 1.000 kg/dia de pó (CARVALHO; GOMES; COSTA, 2011). Assim, se 8 trabalhadores produzem 1.000 kg de pó por dia, durante um mês (20 dias úteis), eles conseguem produzir 20.000 kg de pó, e 100.000 kg em 5 meses; portanto, para 1.000 kg de pó, precisa-se de 0,08 trabalhador no processo de batção e retirada do pó.

No processo completo (corte/secagem e batção)

de extração, é necessário 0,774 (0,08+0,694) trabalhador. Este é o coeficiente de ocupações no extrativismo da carnaúba, conforme Carvalho e Gomes (2009). Então, o número de ocupações geradas no extrativismo da carnaúba pode ser estimado mediante a quantidade de pó cerífero de carnaúba extraída em cada ano. A Tabela 2 apresenta a quantidade produzida por estado no período compreendido entre 2005 e 2010, bem como o número de ocupações por estado.

Pela Tabela 2, o Piauí aparece como maior produtor de pó e, portanto, como estado que gera as maiores quantidades de empregos para este segmento, seguido do Ceará. Os estados do Maranhão e do Rio Grande do Norte possuem uma participação muito pequena na geração de empregos, representando aproximadamente 0,03% do total de ocupações. Analisando a série histórica de 2005-2010, observa-se que houve uma diminuição de 2,035% na quantidade de trabalhadores empregados na atividade de extração do pó.

Buscando estabelecer uma relação entre a geração de empregos e a política de preços mínimos, podemos afirmar que, teoricamente, a PGPM contribuiria para a geração/manutenção de ocupações, já que, ao ter como fundamento a sinalização de preços, garantindo a continuidade da atividade, ao retirar ou atenuar a incerteza dos extrativistas em relação ao mercado, contribuiria para mantê-los nesse segmento; de certo modo, desestimulando-os a procurarem outras formas de usos da terra.

A receita gerada com a exploração econômica do pó de carnaúba entre 2005 e 2010, tendo como base o valor da produção disponível no *site* do IBGE, está representada no Gráfico 2.

**Tabela 2** - Quantidade extraída, em toneladas, e total de ocupações no extrativismo de carnaúba por estados da Federação. Brasil. 2005-2010

Anos	PI		CE		MA		RN		Total	
	Quant. (Q)	Trab. (Qx0,774)	Quant. (Q)	Trab. (Qx0,774)	Quant. (Q)	Trab. (Qx0,774)	Quant. (Q)	Trab. (Qx0,774)	Quant. (Q)	Trab. (Qx0,774)
2005	11 733	9 081	6 877	5 323	501	388	33	26	19 193	14 855
2006	11 809	9 140	6 932	5 365	501	388	37	29	19 280	14 923
2007	13 359	10 340	5 390	4 172	498	385	25	19	19 273	14 917
2008	12 454	9 639	5 492	4 251	492	381	30	23	18 468	14 294
2009	12 266	9 494	5 497	4 255	509	394	28	22	18 300	14 164
2010	12 982	10 048	5 267	4 077	506	392	47	36	18 802	14 553

Fonte: Dados básicos: IBGE, 2011.

A receita total gerada pelo extrativismo do pó de carnaúba, no Brasil, aumentou 84,16% entre 2005 e 2010. A participação do Piauí representa mais de 50% na receita total, que teve um aumento em cerca de 130% no período analisado. No Ceará, a receita manteve-se praticamente constante. No Maranhão, em 2010, a receita aumentou 139% em relação a 2005. No Rio Grande do Norte, o valor correspondente à produção de pó foi insignificante em relação à receita total.

Costa (2011) cita o aumento dos preços de exportação (106%) e da demanda internacional de cera de carnaúba como fatores que ocasionaram o aumento da receita gerada pela extração do pó no Piauí.

O aumento da receita (valor de produção) no Nordeste, em especial no Piauí, tem pouca ligação com a política de preços mínimos, pois foi verificado que a ascensão da receita extrativista está em função de outros fatores. Como a política beneficia igualmente os quatro estados, não há razão para acreditar que a mesma tenha influenciado no aumento da receita e sim que esta elevação se deveu a outros fatores específicos, conforme apontado na literatura existente sobre o tema.

## 7 Conclusão

A formulação dos preços mínimos leva em consideração basicamente os custos de produção e este é composto quase que totalmente pelos gastos com mão de obra. Sendo assim, a PGPM não visa garantia de lucros para os produtores/extrativistas, mas apenas que os mesmos produzam sem ter prejuízos.

Analisando a evolução dos preços de mercado e mínimos para o pó A e B e cera tipos 1 e 4, pode-se constatar que no período em que a PGPMBio foi estabelecida, safra 2009/10, houve uma elevação dos preços mínimos, diminuindo a diferença que existia entre estes e o preço de mercado; observou-se, também, que, nas safras posteriores, o preço mínimo manteve-se constante para alguns produtos, causando um novo distanciamento entre os preços de mercado e mínimo, devido ao comportamento ascendente do preço de mercado.

O preço de mercado, número de ocupações e receitas estão ligados à produção; o primeiro, de forma inversa, e os outros dois diretamente proporcionais. Ao sinalizar um preço, a PGPM influencia a quantidade a ser ofertada/produzida e, portanto, exerce impacto sobre essas três variáveis.

Durante o período analisado, houve redução da

quantidade produzida, então, era esperado que o preço aumentasse e que as duas outras variáveis reduzissem, mas, considerando que a quantidade produzida não é o único fator que influencia essas três variáveis, constatou-se que houve aumento dos preços, diminuição no número de ocupações e elevação da receita. A elevação da receita foi explicada por outros fatores, como ampliação da demanda internacional por cera e aumento dos preços.

## Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério do Meio Ambiente; Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*: Plano de ação 2009. Brasília: MDA, MMA, MDS, 2009.
- BRASIL. Decreto Lei n. 79, de 19 de dezembro de 1966. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 dez. 1966, retificado em 27 dez. 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0079.htm)>. Acesso em: 09 jan. 2012.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Instrução Normativa n. 34, de 30 de novembro de 2004. *Diário Oficial União*, Brasília, DF. n. 230, 01 dez. 2004a, Seção 1, p. 58-60.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Instrução Normativa n. 35, de 30 de novembro de 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. n. 102, 01 dez. 2004b, Seção 1, p. 60-4.
- CARVALHO, J. N. F.; GOMES, J. M. A. Pobreza, emprego e renda na economia da carnaúba. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 40, n. 02, p. 361-378, abr./jun. 2009.
- CARVALHO, J. N. F.; GOMES, J. M. A.; COSTA, V. L. dos S. Mão de obra ocupada na extração do pó de carnaúba no Nordeste brasileiro entre 1990 A 2009. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2011.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Preços mínimos e estabilização de preços agrícolas. **Revista de Economia Política**, v. 13, n. 1 (49), jan./mar. 1993.
- CARVALHO, M. A.; SILVA, C. R. L. Eficácia da política agrícola dos países desenvolvidos. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 25, n.1, p. 57-74, jan. 1995.
- CASADIO, E. S. **Uma avaliação da política de preços mínimos para a cera de carnaúba**. Brasília: Comissão de Financiamento da Produção, 1980.
- CERQUEIRA, E. B.; GOMES, J. M. A.; SILVA, M. S. da. Política de Garantia de Preços Mínimos e preservação na cadeia produtiva da cera de carnaúba. **Informe GEPEC**, v. 15, n.1, p. 64-81.
- COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 10, n. 3, jul./ago./set. 2001.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. *Proposta de preços mínimos: safras 2006/07 – 2011/12*. Brasília: Conab, 2012.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. *Custo de produção estimado: sociobiodiversidade – extrativismo – pó cerífero – safra 2011*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1561&t=2>>. Acesso em: 10 jan. 2012.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

*Metodologia de cálculo de custo de produção da Conab.*

Disponível em:

<<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/custosproducaometodologia.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

COSTA, V. L. S. *Indústria de cera de carnaúba: ambiente competitivo, organizacional e tecnológico*. 2011. 78 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

D'ALVA, O. A. *O extrativismo da carnaúba no Ceará*. Fortaleza: BNB, 2007 (Série BNB Teses e Dissertações, v. 4).

EATON, B. C.; EATON, D. F. *Microeconomia: uma metodologia de trabalho*. In: EATON, B. C.; EATON, D. F. *Microeconomia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 2-37.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Produção da extração vegetal e da silvicultura: carnaúba*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

LOUREIRO, I. S. *Criação da GEBIO*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[embcerq@hotmail.com](mailto:embcerq@hotmail.com)>, em 23 nov. 2009.

LOUREIRO, I. S. *Preços de mercado e preços mínimos para o pó e cera de carnaúba*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[embcerq@hotmail.com](mailto:embcerq@hotmail.com)>, em 11 jul. 2012.

MENDES, J. T. G. *Economia agrícola: princípios básicos e aplicações*. 2. ed. Curitiba: ZNT, 1998.

MCCONNELL, C. R.; BRUE, S. L. *Microeconomia: princípios, problemas e políticas*. 14. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

OSAKI, M.; BATALHA, M. O. Efeito da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) na comercialização do milho e soja nas cinco regiões geográficas do Brasil. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre, 2009.

PORTER, M. E. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústria e da concorrência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. *Economia*. 16. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 1999.

\* **Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente na Universidade Federal do Piauí (UFPI). e-mail: [embcerq@hotmail.com](mailto:embcerq@hotmail.com).**

\*\* **Ex-bolsista do PIBIC/CNPq e Bacharel em Ciências Econômicas pela UFPI. e-mail: [maykondan@gmail.com](mailto:maykondan@gmail.com).**

\*\*\* **Ex-bolsista do PIBIC/CNPq, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI e professora substituta do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI. e-mail: [veralucia1002@hotmail.com](mailto:veralucia1002@hotmail.com).**

\*\*\*\* **Doutora em Economia Aplicada pela Universidade de São Paulo (USP), professora do Departamento de Ciências Econômicas da UFPI. e-mail: [jaira@ufpi.edu.br](mailto:jaira@ufpi.edu.br).**

# LAZER E RECLUSÃO: UMA RELAÇÃO É POSSÍVEL?

Por Lila Cristina Luz\* e Tâmara Feitosa Oliveira\*\*

**Resumo:** o artigo discute o lazer de jovens mulheres reclusas no Centro Educacional Feminino (CEF), instituição responsável pela execução da medida socioeducativa de internação para jovens mulheres que cometem ato infracional no Piauí. Para realizar o trabalho, recorremos à observação sistemática no CEF e a entrevistas com a coordenadora e com jovens que se encontravam cumprindo a medida. A pesquisa revelou a necessidade de a instituição oferecer uma maior importância ao lazer, encarando-o como uma estratégia no processo de ressocialização das jovens, já que ele possibilita construção de identidade, sociabilidades e reflexões às jovens sobre o mundo em que vivem. Para responder se é possível ou não, verificamos também que práticas de lazer no CEF são possíveis de acontecer. Entretanto, as atividades denominadas de lazer precisam ser repensadas, considerando o que pensam as jovens acerca do significado das mesmas.

**Palavras-chave:** Juventude. Lazer. Reclusão.

**Abstract:** article discusses the leisure of young women prisoners in the Female Education Center (EFC), the institution responsible for the implementation of socio-educational measures of hospitalization for young women who commit offenses in Piauí. To do the work we resort to systematic observation in the EFC and the interviews with the coordinator and with young people who were fulfilling the measure. The research revealed the need for the institution to provide greater importance to leisure, viewing it as a strategy in the rehabilitation process of young people, since it enables construction of identity, sociability and reflections to young people about the world they live in. To answer whether it is possible or not, we also found that leisure activities in the EFC are possible to happen. However, leisure activities called must be revised, considering what they think the young people about the meaning of them.

**Keywords:** Youth. Leisure. Reclusion.

## 1 Introdução

As instituições destinadas ao atendimento de jovens que cometem ato infracional no estado do Piauí ocupam lugar subalterno no âmbito da Política de Assistência Social em razão, sobretudo, do modo como as ações vinculadas às demandas desse público vêm sendo respondidas pelo Estado.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao adolescente que comete ato infracional, o qual é definido no art. 103 como “conduta descrita como crime ou contravenção penal”, é aplicada não uma pena, mas uma medida socioeducativa que deve ter um caráter sancionatório e pedagógico. As medidas socioeducativas consistem em advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional; todavia, para o ECA, a internação deve ter caráter privativo de liberdade e estar sujeita aos princípios da brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento. Além disto, o ECA preconiza que a sociedade, o

Estado e a família são responsáveis pela proteção plena aos sujeitos em situação de infração.

Em relação à execução das medidas socioeducativas, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) não apenas prevê as normas de execução de medidas socioeducativas, mas também reafirma os princípios trazidos no ECA e os define como complementares e imprescindíveis à garantia do não isolamento social dos jovens e das jovens (SINASE, 2006).

O princípio da brevidade refere-se ao limite máximo temporal de três anos para que as jovens cumpram a medida socioeducativa de internação e ainda se refere ao direito de as mesmas serem reavaliadas a cada seis meses. O princípio da excepcionalidade diz respeito à internação como último recurso frente às outras medidas. Já o princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento refere-se ao fato de as jovens se encontrarem em processo de mudança, sendo de responsabilidade do Estado o zelo pela integridade física e moral das mesmas. O trabalho voltado para o atendimento às jovens deve ser realizado respeitando esses princípios, sendo a

esfera estadual a responsável pelos estabelecimentos que operacionalizam tais medidas.

Este artigo traz reflexões sobre os resultados da pesquisa “As práticas de lazer de jovens em espaço de reclusão em Teresina: o caso do CEM e do CEF”; em especial, discutiremos as práticas de lazer oferecidas às jovens que se encontram em reclusão no Centro Educacional Feminino (CEF), com o objetivo de compreender se ocorre e como ocorre o lazer das jovens reclusas e evidenciar a importância do lazer como elemento do processo de ressocialização destas jovens.

O CEF é a instituição que, no Piauí, é responsável pela execução da medida socioeducativa de internação para jovens mulheres e que foi o campo de nossa pesquisa, sendo as jovens os sujeitos que, por meio de suas informações, possibilitaram a construção das reflexões aqui desenvolvidas.

Neste artigo, os sujeitos da pesquisa são jovens; diante disso, queremos esclarecer que compreendemos a juventude a partir das reflexões de Pais (2003), como uma construção social e cultural, historicamente situada, cuja forma de experimentação está circunscrita ao (e determinada pelo) contexto social do qual as jovens fazem parte.

Para a realização da pesquisa, deslocamo-nos ao local do fenômeno estudado e utilizamo-nos, sobretudo, de entrevistas e observação participante, além da leitura de alguns documentos da instituição. A estratégia metodológica utilizada em campo, inicialmente, foi a observação; assim, recolhemos informações diretamente no campo onde a realidade se processava. Além disto, realizamos leituras - com vistas a fundamentar uma interpretação sobre a realidade encontrada - e registros no diário de campo.

Para ampliar o universo de informações sobre a realidade investigada, recorreremos também à entrevista, por termos como propósito garantir a escuta das jovens e, ainda, pela possibilidade de as mesmas refletirem sobre suas realidades e contribuir com ideias para que seus direitos sejam garantidos. Para o recolhimento das entrevistas, construímos dois roteiros: um direcionado à coordenadora da instituição e outro para as jovens internas; destas, foram entrevistadas três.

## **2 O Lazer das Jovens no CEF**

No campo das ciências sociais, diversos autores, como Carlos Fortuna (1995), Paulo Oliveira (2000),

Victor Melo (2003) e Nelson Marcelino (2008), têm chamado a atenção para a escassez dos estudos sobre lazer. Para eles, um dos motivos dessa escassez se deve ao fato de o lazer ser considerado, por vários teóricos, um tema de pouca importância ou ainda desnecessário para a compreensão de aspectos importantes da vida social. Melo (2003), por exemplo, afirma que não apenas o lazer, mas também a cultura ainda têm sido tomados como tendo um papel periférico, por serem na verdade perigosos para a manutenção da ordem vigente.

Consideramos ser o lazer uma dimensão da vida social importante, igualmente como o trabalho, por proporcionar trocas e aprendizagens, sobretudo para as juventudes, pois permite aos jovens construir suas identidades, além de momentos de relaxamento, propício para viver a excitação.

A posição periférica tem o lazer no campo dos estudos sociológicos, o que pode ser verificado também nos estudos sobre lazer que no Brasil emergiram somente a partir de 1970, como afirma Gomes (2008). Essa posição também é encontrada no campo dos direitos sociais, já que o lazer tornou-se direito social tardiamente com a Constituição de 1988, e mesmo assim ainda não se constituiu, do ponto de vista real, em política pública de Estado para a população brasileira.

Recorrendo a Elias e Dunning (2000, p. 105), o lazer é uma das esferas do tempo livre que, à medida que o controle aumenta nas sociedades avançadas, permite o encontro de novas formas de “[...] libertação das restrições sociais e individuais.” Os autores destacam também que é no lazer que se encontra um alargamento do alcance e da profundidade da excitação manifestada por jovens; entretanto, ainda nessas atividades há restrições civilizadoras. Portanto, o lazer possibilita experimentar momentos de excitação, representa o momento de liberalização dos atos reprimidos pela moral estatal dominante, mas ainda de forma controlada.

Gutierrez (2000) mostra que vivenciar o lazer é subjetivo, mas depende do contexto social em que o sujeito está inserido, de suas experiências, enfim, dos modos de vida. Frente a esta prerrogativa, é imprescindível ouvir os sujeitos para compreendermos como e o que eles pensam sobre seus lazes.

Diante do exposto, cumpre-nos destacar que o lazer não deve ser considerado um apêndice do trabalho ou apenas um repositivo de energia para ser

gasto neste, e nem sob o âmbito funcionalista, como alertam Isayama e Gomes (2009, p. 162), pois a concepção funcionalista do lazer é bastante utilizada na busca da concretude deste direito à juventude: “[...] buscando justificar o lazer como um elemento eficaz para retirar os jovens de condições ditas 'marginais', contribuindo para uma vida mais saudável e 'regrada' do ponto de vista do que é moral e socialmente aceito.”

Nossa intenção com este artigo é apontar as possibilidades do lazer também como uma estratégia no processo da educação, mas, sobretudo, como uma dimensão fundamental para a vida, já que é no espaço/tempo do lazer que o ser humano busca tensões diferentes da do cotidiano, constrói identidades e sociabilidades, imprescindíveis à vida humana, além de oferecer maior possibilidade de refletirmos sobre nosso cotidiano, já que as regras no momento do lazer estão mais afrouxadas.

## **2.1 O Lazer Enquanto Direito Social a Ser Garantido aos Jovens**

Conforme afirmam Elias e Dunning (2000), o lazer não deve ser associado a tempo perdido, muito menos à preguiça. Em realidade, na atualidade, com os avanços tecnológicos, o lazer deve ser considerado na perspectiva do direito, principalmente em se tratando de juventude, em razão de sua importância e necessidade nessa fase de vida. Carrano (2003, p. 138) aponta a relevância do lazer para a juventude: “[...] para os jovens, especialmente, as atividades de lazer se constituem num espaço/tempo privilegiado de elaboração de identidade pessoal e coletiva.”

Neste sentido, ressaltamos que o lazer não deve aparecer para os jovens somente como momento de fruição, mas também como promotor de mudanças que rompam com a ordem vigente; enfim, rever o aspecto educacional que pode ser utilizado no lazer e, quem sabe assim, pensar, formular e executar políticas públicas de lazer para os jovens.

A partir de Melo (2003), pensar em políticas e programas de lazer para os jovens é oferecer momentos de fruição para todos sim, mas também momentos que possibilitem pensar, questionar e refletir sobre o que está sendo posto; enfim, um lazer saudável e não apenas entretenimento comprado que nem todos podem pagar por isso e, muitas vezes, o que este tipo de lazer oferece é conformismo aos sujeitos.

Neste estudo, entretanto, os sujeitos da pesquisa são jovens mulheres com uma condição diferenciada: encontram-se privadas de liberdade, em reclusão; esta é aqui compreendida a partir das reflexões de Luz (2007, p. 162); segundo a autora:

[...] a reclusão enquanto uma experiência humana pode ser compreendida como um afastamento, desejado ou não, de um determinado convívio social para: cumprimento de pena; reflexão sobre algum aspecto da vida, convívio e socialização/aprendizado sobre certa função ou religiosidade, dentre outros. [...]. Ela pode ser imposta por uma instituição social, mas também por membros da família. [...] ainda o sentido de uma opção voluntária em que o sujeito encerra-se em si mesmo com o desejo de refletir sobre alguma experiência já vivida ou a ser vivida ou, por proteção.

Norteadas por esta compreensão de reclusão, é possível afirmarmos que esta, para as jovens no CEF, foi uma imposição da justiça, respaldada por legislação especificamente criada para regular socialmente a vida desse segmento social. A reclusão no CEF não foi uma escolha, mas uma consequência do ato infracional cometido por essas jovens. Entretanto, a condição de reclusas não lhes retira o direito de lazer e nem faz deste menos importante no processo de desenvolvimento em que estão essas jovens; situação clara no princípio de respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e, em especial, na legislação responsável por esta categoria.

O lazer das jovens que se encontram no CEF está assegurado pelo ECA, no artigo 124, que trata dos direitos dos adolescentes privados de liberdade. A referência ao lazer encontra-se prevista no parágrafo XII: “[...] realizar atividades culturais, esportivas e de lazer”; portanto, o lazer é compreendido como um direito. Porém, na nova proposta pedagógica da instituição, as atividades de lazer são definidas nos seguintes termos:

As atividades recreativas poderão ocorrer interna ou externamente a unidade, constituem recurso pedagógico essencial para a manutenção da saúde mental do adolescente privado de liberdade e o bom funcionamento do programa. Vão desde a comemoração de datas específicas, como dia das mães, natal, etc, até o simples fato de ouvir músicas no aparelho de som da unidade, aulas passeios com intuito educativo, constituem bons artifícios pedagógicos para romper o isolamento e o estresse causado pela privação de liberdade (PIAÚ, 2003, p. 18).

Como podemos observar, o ECA não especifica como deverão ser realizadas as atividades de lazer nas instituições de reclusão, apenas prevê a existência das mesmas. Do outro lado, tendo que cumprir o previsto, a proposta pedagógica da instituição que norteia essas atividades define o

lazer de forma ampla, relacionando-o à manutenção da saúde mental das jovens privadas de liberdade e manutenção do funcionamento da instituição.

Para finalizar esta breve discussão, é interessante esclarecer que a proposta pedagógica utilizada no CEF não foi construída pelo mesmo, mas pelo Centro Educacional Masculino (CEM), instituição responsável pela execução da mesma medida socioeducativa do CEF, porém, para um público-alvo diferente: jovens homens. Aquela prevê como importância o exercício da autonomia dos jovens e das jovens que ali se encontram. Segundo esta proposta, as práticas de lazer propiciam, às jovens, o exercício da autonomia; entretanto, na realidade, nas instituições de reclusão: “[...] faz-se urgente que os operadores do sistema mudem sua maneira de entender os adolescentes, eles precisam ser reconhecidos como indivíduos capazes de exercitar sua **autonomia**, (grifos nossos) solidariedade e competência.” (PIAÚÍ, 2003, p. 2).

Além disto, chamamos a atenção para o lugar subalterno que o CEF assume no âmbito do Sistema de Atendimento Socioeducativo no estado do Piauí, situação evidenciada pelas dificuldades enfrentadas pelos profissionais da mesma, sobretudo quanto ao desenvolvimento das oficinas e de cursos profissionalizantes voltados à formação profissional dos reclusos.

Esta realidade não é uma exclusividade da unidade de reclusão de Teresina; em outros estados a realidade se assemelha àquela vivenciada aqui. Assis e Constantino (2001), ao tratarem da realidade dos espaços de reclusão no Rio de Janeiro, destacam que a pequena visibilidade e a reduzida quantidade de adolescentes envolvidas na prática de atos infracionais são utilizadas como justificativa para o lugar subalterno que a instituição destinada para esse público-alvo tem ocupado no sistema socioeducativo. Tal fato não passa despercebido; pelo contrário, tem sido registrado em documentos frutos de pesquisas sobre essas instituições..

Não podemos esquecer que tem crescido o envolvimento de jovens mulheres com ato infracional. Talvez a despreocupação dos governantes em valorizar a intervenção junto às mulheres pode estar vinculada ao lugar socialmente construído para as mulheres: subalternas, dóceis, facilmente controladas.

## 2.2 O Lazer na Reclusão: possibilidades e desafios

As leituras realizadas, as observações sistemáticas na instituição e em especial as entrevistas recolhidas possibilitaram o alcance de resultados que nos proporcionaram desenvolver algumas reflexões sobre as condições de lazer das jovens no CEF.

Em geral, uma das primeiras condições para o desenvolvimento de atividades de lazer é a estrutura física. Observando a dimensão física do CEF, verificamos que o mesmo apresenta grandes limitações no sentido de oferecer atividades de lazer, pois é um espaço pequeno, com apenas uma sala para a equipe técnica, uma sala para o apoio pedagógico, um salão onde se encontra o refeitório, uma cozinha e os alojamentos; não existem quadras ou qualquer outro espaço onde as meninas possam realizar outras atividades, apenas um pequeno salão. Chama a atenção a ausência de bibliotecas, de sala de jogos e de sala para exposição de imagens; enfim, faltam condições físicas propícias ao desenvolvimento de atividades de lazer, as quais podem intervir diretamente na construção de um novo projeto de vida para essas jovens pensado por elas próprias; projeto esse que poderia ser construído após contato com leituras, filmes, com a prática de jogos, com as brincadeiras, atividades que propiciam repensar suas práticas e construir novas trajetórias.

Entendemos como outra limitação a compreensão que a coordenadora da instituição tem acerca do lazer. Ao ser questionada sobre as atividades de lazer da instituição ela nos revelou:

[...] atividade de lazer do CEF, pra mim televisão é lazer, é um entretenimento, então elas tem isso, todo dia de 5 e meia até às 8 e meia. Para mim é atividade de lazer, TV, de entretenimento. Nós temos na sexta-feira, toda sexta o cineminha no CEF, onde é escolhido um filme, Elas mesmas já têm participado, quando participam do café elas indicam um filme, que elas assistem toda sexta feira um filme, na sexta feira. Toda sexta feira elas tem um cinema, a gente programa durante o ano. Nós fazemos um planejamento anual e aí a gente procura antes saber qual é o interesse delas.

Partindo do relato da coordenadora, o CEF tem proporcionado às jovens como atividade de lazer a televisão, a escuta da música, assistir a filmes, os jogos e as brincadeiras e ainda aulas passeios. Neste sentido, é notório que o lazer é abordado como entretenimento, pois até mesmo as aulas passeios que propiciam uma abordagem diferente do lazer têm acontecido raramente, conforme as jovens manifestaram nas entrevistas.

Esta compreensão equivocada do lazer, a qual demonstra uma falta de preparo dos profissionais, é uma realidade encontrada nas próprias políticas públicas de lazer oferecidas pelo Estado para a sociedade de forma geral. Neste sentido, é preciso, inicialmente, compreender o lazer não de forma limitada, associando-o apenas ao prazer, ao divertimento ou como repositivo de energia, mas também como um momento que possibilite o desenvolvimento pessoal e social, como coloca Marcelino (2008). É importante, também, ter muito cuidado em não confundir-lo apenas com o entretenimento, pois o entretenimento é um dos componentes do lazer. Essa dimensão do lazer tem-se destacado por demais, e assim o lazer torna-se apenas mercadoria, deixando de ser um momento que possibilita um enfrentamento da ordem vigente.

Porém, compreendemos como um avanço o fato de o CEF não confundir lazer com atividade física e nem com esporte, na medida em que, ao oferecer aulas de educação física ou o esporte, esses não estão no rol de atividades ditas de lazer; portanto, a instituição apresenta outras atividades com este fim e com uma probabilidade bem maior de esse direito estar sendo garantido.

É importante destacar que, apesar desta compreensão, propostas de atividades de lazer são encontradas nos planejamentos mensais por meio da realização de atividades de exibição de filmes, atividade denominada de “Cineminha do CEF”. Esta atividade, de acordo com a instituição, pode ser planejada pela equipe e pelas jovens, pois a escolha do filme pode ser realizada por membros dos dois grupos. No entanto, nos relatos das entrevistas das jovens, elas não se sentem parte deste planejamento.

Outra atividade desenvolvida pela instituição é o “Café com elas”. Esta atividade, bem como o “Cineminha no CEF”, ocorre toda semana, preferencialmente na sexta-feira. O “Café com elas” se propõe a ser um café da manhã diferente, com reflexões, brincadeiras; o intuito é maior entrosamento na casa, a promoção de reflexões e ainda trazer diversão e entretenimento, entretanto, observamos que este momento traz geralmente um discurso religioso e perde seu caráter de entreter e refletir.

As entrevistas com as jovens apontaram que estas atribuem grande importância para atividades de lazer fora do CEF. Quando questionadas sobre o que desejariam como atividades de lazer, escutamos: “eu colocaria para ir ao cinema, jogar

bola no clube e ir visitar outras casas.” Outra jovem, ao avaliar o lazer da instituição, afirmou: “Ah! tem sido ruim, porque não pode sair daqui para lugar nenhum, só para escola mesmo.”

Ressaltamos que essas jovens antes de entrarem no CEF tinham o hábito de circularem pela cidade. Essa atividade era frequente, como uma das entrevistadas colocou: “não parava em casa”. Elas associam essas saídas a lazer, pois resultam em prazer, diversão; além disso, escolhem com quem querem sair, quando e para onde. Ao chegarem ao CEF, todas essas escolhas são retiradas, além da própria liberdade de ir e vir.

Por essa razão, é bastante compreensível a importância atribuída pelas jovens às saídas da instituição para o passeio, visto a vida entre muros ser um limite para a circulação por lugares outrora recorrentes nas práticas dessas jovens. Neste sentido, é preciso considerar essa evidência no planejamento das atividades de lazer, pois a saída é importante não apenas porque as jovens precisam circular, mas, sobretudo, pelo fato de a instituição ser incompleta para garantir o desenvolvimento desses sujeitos, o que já está garantido no princípio da incompletude institucional garantido no Sinase. Investir na realização de atividades fora da instituição, é investir também no sucesso do programa e na cidadania das jovens.

Em relação ao lazer oferecido dentro da instituição, as jovens afirmam não experimentar o lazer no cotidiano, somente nas férias das atividades da escola. Segundo uma delas, “lazer mesmo não tem, exceto a televisão, mas o que considero mesmo lazer só pode ser vivenciado nas férias.” E acrescenta: “não tem lazer porque lazer no meu ponto de vista seria a gente poder brincar, fazer uma atividade no *jump*, pular elástico, jogar ludo; brincar a gente não pode, porque os horários são todos estabelecidos...” Há, portanto, significados diferentes entre o que pensam as jovens e o que a instituição oferece. Para a jovem, a brincadeira faz parte de suas atividades de lazer. Para a instituição, o lazer torna-se prioridade para ocupar o tempo nas férias.

Diante dessa constatação, podemos afirmar que no CEF o lazer não aparece como aliviador de tensões, como em muitos espaços de reclusão apontados pela literatura recorrente, até porque não têm existido “brigas” na casa. Não podemos perder de vista que o público-alvo da casa são as meninas, consideradas seres mais dóceis e mais fáceis de serem controlados. Assim, o lazer aparece apenas



como entretenimento. Não nos parece um equívoco o grande investimento da instituição em atividades como “Café com elas”, televisão e rádio; muito menos o fato de as jovens não mencionarem tais atividades como lazer. Essa constatação evidencia indícios de que tais atividades são consideradas, pelas jovens, como parte da rotina da casa, não despertando prazer nas mesmas.

Diante da fala das jovens e de leituras sobre o tema, consideramos interessante que a instituição reveja o que elas assistem, o que ouvem e como ouvem. Seria interessante não apenas o contato com novelas, mas também com outro tipo de programação, pois assim se poderia estar aliando entretenimento com aprendizado. Com relação à escuta da música, seria interessante investir na dança; o que promoveria maior gasto de energia e contato com diversos estilos musicais e atender a todos os gostos, além de proporcionar o contato das jovens com a cultura local, regional e nacional por meio da dança.

### 3 Conclusão

Frente ao exposto, constatamos que o CEF tem caminhado no sentido de compreender o lazer como direito e que tenta garanti-lo, mas é necessário mais investimento e verificar no cotidiano a importância vista na fala da instituição, sobretudo no que refere a tornar as atividades de lazer um importante instrumento para o processo de aprendizagem das jovens. Além disso, é preciso ouvir ainda mais as jovens, o público-alvo do programa, pois a participação deste público na construção das atividades é imprescindível para o sucesso da medida socioeducativa.

Por fim, reconhecemos que práticas de lazer em instituições de reclusão são possíveis de acontecer; entretanto, ao partirmos de experiências como no CEF as atividades denominadas de lazer precisam ser repensadas, considerando o que pensam as jovens acerca do significado das mesmas. Experimentar o lazer só será possível em instituições de controle se for oferecida à jovem a opção de escolher se quer ou não realizá-lo, como quer e de que modo.

Ademais, sugerimos encarar o lazer como uma estratégia para as jovens refletirem sobre as suas condições de vida e viabilidades de mudança. O lazer não deve se constituir em mais uma “cadeia de força” para manter as jovens dóceis, sob o controle da instituição. No lazer, as relações devem ser mais frouxas; o vigiar e o punir não se devem

fazer presentes. Nestes termos, o lazer pode ser fundamental no processo socioeducativo de jovens, já que é possível construir identidade, subjetividades, relações sociais ali dentro e ainda refletir sobre suas realidades. Deste modo, o lazer constitui-se em um espaço/tempo para o jovem experimentar autonomia, fazer suas escolhas e ser responsável por elas.

### Referências

- ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. *Filhas do mundo: infração juvenil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Diário Oficial da União*, Brasília, 16 jul. 1990, retificado em 27 set. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2015.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*: Sinase. Brasília: Conanda, 2006.
- CARRANO, P. C. R. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. *A busca da excitação no lazer*. Lisboa: Difel, 2000.
- FORTUNA, C. Sociologia e Práticas de Lazer. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 43, p. 5-10, 1995.
- GOMES, C. M. Dumazedier e os estudos do lazer no Brasil: breve trajetória histórica. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 9., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <[http://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof.\\_Adalberto\\_Santos/1-dumazedier\\_e\\_os\\_estudos\\_do\\_lazer\\_no\\_brasil\\_breve\\_trajetoria\\_historica\\_12.pdf](http://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/1-dumazedier_e_os_estudos_do_lazer_no_brasil_breve_trajetoria_historica_12.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2012.
- GUTIERREZ, G. L.. Lazer e prazer: questões preliminares. In: BRUNHS, H. T.; GUTIERREZ, G. L. (Org.). *O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade*. Campinas: Autores associados, 2000. p 103-112.
- ISAYAMA, H. F.; GOMES, C. L. O lazer e as fases da vida. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, 10., 2009, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG, 2009. p.155-174.
- LUZ, L. C. X. *Vozes de rappers: experiências juvenis em Teresina*. 2007. 261 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MARCELINO, N. C. (Org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.
- MELO, V. A. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: Ibrasa, 2003.
- OLIVEIRA, P. S. Trabalho, não-trabalho e contradições sociais. In: BRUHNS, H. T. (Org.). *Temas sobre lazer*. Campinas: Autores Associados, 2000. p. 47-63.
- PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.
- PIAUI. Secretaria de Assistência Social e Cidadania - Sasc. *Projeto Pedagógico do Centro Educacional Masculino*. Teresina, 2003. (mimeo).

\* Pós-doutoranda na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), doutora em Serviço Social (PUC/SP) e professora no curso de Serviço Social e no mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI).  
\*\* Mestre em Sociologia pela UFPI (2014) e assistente técnica na Secretaria Municipal de Juventude de Teresina.

# MULHER NEGRA: religião, trabalho e organização familiar<sup>1</sup>

Por Joalice Santos Conceição\*

**Resumo:** este artigo tem a intenção de lançar um olhar sobre a atuação das mulheres no âmbito do trabalho e da religião, ao passo que toca a questões de poder e organização familiar, coadunando aspectos culturais, de modo a promover uma discussão transversal, com destaque para as singularidades, assimetrias e convergências entre os empreendimentos feitos na África e nas diásporas espalhadas pelo mundo, com especial atenção para o Brasil. As reflexões aqui expostas são oriundas das incursões feitas por ocasião das pesquisas de mestrado e do doutorado da autora.

**Palavras-chave:** Mulher. Poder. Religião. Trabalho. Família.

**Abstract:** this article is intended to have a look at the role of women in the work and religion, while it comes to issues of power and family organization, Consistent cultural aspects, so as to promote a cross-discussion, especially to the singularities, asymmetries and convergences between undertakings made in Africa and the diaspora around the world, with special attention to Brazil. The reflections presented here are from the inroads made on the occasion of the research master's and doctorate from the author.

**Keywords:** Woman. Power. Religion. Work. Family.

## 1 Introdução

Com certa justiça, a antropologia foi acusada de negligenciar a participação das mulheres em vários setores da sociedade, especialmente na sociedade brasileira. Tal acusação torna-se ainda mais complexa quando focalizamos a mulher no período colonial e na Primeira República, tendo em vista que o espaço de circulação feminina era limitado ao âmbito doméstico. Todavia, quando analisamos a vida das mulheres negras, percebemos que houve uma mudança no panorama, pois as negras, ainda no período escravista, ganharam as ruas com seus tabuleiros, com suas roupas coloridas e seu jeito próprio de negociar gêneros alimentícios ou outras formas de trabalho, como vender água, frutas e/ou legumes. A maioria das mulheres negras passaram de escravizadas a empreendedoras e lideranças religiosas, servindo de modelo para outras mulheres, inclusive as brancas.

É nesta direção, portanto, que o breve artigo caminha, intencionando analisar o protagonismo das mulheres negras no campo do trabalho, da religião e da organização familiar. Assim, ao longo do texto buscou-se entender as estratégias

utilizadas pelas mulheres para obter o sucesso desejado e também analisar as relações sociais construídas por elas na superação das amarras escravistas.

O método utilizado neste breve artigo é o qualitativo, com dados documentais e bibliográficos colhidos por ocasião da pesquisa do mestrado e do doutorado. As informações são assim distribuídas ao longo do artigo que se estrutura em seis seções, incluindo esta introdução, discorre sobre o protagonismo e o poder das mulheres negras; religião, trabalho e organização familiar; mulher negra e economia; trabalho e ludicidade: Tia Ciata e suas herdeiras; finalizando com uma breve conclusão. Porém, é bom ressaltar que as seções supramencionadas apresentam uma visão parcial dos temas abordados. Embora algumas delas amplamente por mim discutidas na escritura da tese e da dissertação.<sup>2</sup> Diante do exposto, a reflexão buscou compreender os papéis desempenhados pelas mulheres negras na construção da sociedade brasileira, especialmente nos estados da Bahia e Rio de Janeiro.

## 2 O protagonismo e o Poder das Mulheres Negras

O protagonismo das mulheres negras no cenário brasileiro se deve em grande medida à influência das primeiras africanas que aqui chegaram; ainda que tenham sido obrigadas a deixarem seu continente para viverem outras experiências em terras distantes, mesmo assim, acabaram por deixar suas marcas na história nacional. Durante o Brasil colônia e pós-colonial, diversas estratégias foram adotadas no sentido de pôr fim à cultura africana; todavia, a memória e o corpo de negras e negros foram lócus depositários de conhecimentos, configurando e contribuindo para o que hoje se chama corriqueiramente de cultura brasileira.

À época do sequestro de negros e negras africanas, grupos inteiros foram dizimados e espalhados por diversas partes do mundo, conhecidos como diásporas. Ressalta-se que o termo diáspora é empregado aqui como a comunidade de africanos e descendentes fora do continente africano (HALL, 2006), ainda que a África vivida por essas pessoas já não pertença à África da época do sequestro em que grande parte de seu povo foi capturado e vendido para as Américas, pondo em situações distintas paragens como Haiti, Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Cuba e, sobretudo, Brasil, que sofreu grandes transformações nos aspectos visual e econômico, mas principalmente na concepção da figura feminina e de seu papel na vida da sociedade colonial. À época, em grande medida, a casa era e ainda é espaço de circulação e domínio feminino, assim como a rua era lugar masculinizado.

Não há como negar o poder<sup>3</sup> das negras que fizeram uma história de sucesso quando tudo contribuía para o apagamento dessas mulheres, como assim fez a história de todo o mundo. As mulheres, aparentemente destituídas de poder, legaram a suas descendentes um poder silencioso, porém eficaz, pois o poder circula, ainda que de forma diferente, como mostra o trecho abaixo:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder são sempre centros de transmissão (sic). O poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (FOUCAULT, 1979, p.183).

Contrariando as perspectivas ocidentais, os

conhecimentos de homens e mulheres africanos foram recriados em várias partes do mundo, graças aos saberes e fazeres retidos na memória e no corpo, conservados pela transcendência de suas mentalidades e pela permanência de rituais que deslindou em práticas religiosas aliadas ao mundo do trabalho. Diferentemente da realidade da população feminina branca, para a mulher negra africana a rua tornou-se lugar de trocas materiais e simbólicas, como acontecia nas grandes feiras do continente africano; por conseguinte, o termo feira deve ser entendido de forma ampliada, não significando apenas complemento econômico ou acúmulo de recursos, mas, sobretudo, como possibilidade de encontros, permutas e estratégias para reorganização de núcleo familiar.

## 3 Religião, Trabalho e Organização Familiar

Tem-se notícia de que as mulheres africanas quando viviam em seu continente eram grandes empreendedoras, principalmente na arte de negociar gêneros alimentícios de primeira qualidade e necessidade. Tal qual no Brasil, as mais jovens vendiam seus produtos em grandes tabuleiros levados à cabeça; quando idosas, conservavam um pequeno comércio nas suas casas ou junto delas. As mulheres não vendiam ou trocavam apenas para subsistência, elas acumulavam economias, o que lhes proporcionava certa independência financeira em relação ao marido. Segundo Soares (2007), ainda na África elas tinham participação ativa na economia da cidade, pois eram elas que administravam todo o palácio e que ditavam algumas regras sociais quando fiscalizavam o funcionamento do Estado. Elas estavam por toda parte. “Clapperton observou a esposa de Alafin de Oyó ‘em todos os lugares negociando’ com outras mulheres de classe comum, carregavam grandes fardos em suas cabeças de cidade em cidade” (DREWAL; DREWAL, 1983, p. 225, tradução nossa).

Esse comércio não envolvia apenas as mulheres mais pobres, mas também as mais ricas e pertencentes à escala mais nobre da sociedade africana, como observa a citação acima.

Adékòyá (1999) salienta que as mulheres africanas também participavam das guerras, a propósito do reino de Daomé que mantinha uma tropa de mulheres que causava pavor nos inimigos, já que tinham muitas estratégias impensáveis para com seus opositores. Já o reino de Oyó, na África Ocidental, era muito conhecido pelo sistema

religioso, cuja importância fulcral recai no fato de ser fonte de equilíbrio social, político e econômico entre os iorubanos, tornando-se responsável pela movimentação da estrutura social.

Segundo Moura (1995), os povos iorubas ou nagôs gozam de notoriedade entre os negros existentes na Bahia, bem como os islamizados vindos do outro lado; a maioria desses negros e negras eram cultos, conhecedores e valorizadores de suas culturas reconhecidas pelas inteligentes filosofias e práticas religiosas, a despeito da famosa Revolta dos Malês de 1835.

Com as constantes guerras, vários reinos ou grupos étnicos foram dizimados ou mesmo extintos; famílias foram desfeitas, espalhando membros reais pelas diásporas. Estes fatos nos levam a inferir que pessoas ilustres, como reis, rainhas e pessoas ligadas à parcela ilustre das sociedades africanas, tenham sido tornadas escravas e enviadas para o Além-Mar, como registrou a historiografia.

Isto quer dizer que nós recebemos aqui escravos qualificados em diversos tipos de atividades. Por exemplo, durante o reino de Kpengla (1774-1789) cento e cinquenta homens da cidade de Gana acusados de tornarem-se amantes das *ahosi*, as mulheres do palácio real, que eram cerca de 2000 mil, foram vendidos aos traficantes e muitos sacerdotes do tradicional culto dos vodun, também foram degredados para o Brasil (SILVEIRA, 2006, p. 34).

Graças à desenvoltura para o comércio, as africanas chegadas ao Brasil, muitas delas, foram aproveitadas no meio urbano, especialmente no comércio ambulante. Ainda na África, no século XVIII, as feiras e mercados passavam por significativas mudanças devido ao crescimento urbanístico das cidades. A fim de resolver problemas causados por tal fato, as mulheres criaram duas sociedades secretas femininas com o nome de Iyalodê e Gèlède, que mais tarde teriam suas congêneres na Bahia, abrigando importantes sacerdotisas e sacerdotes que influenciariam sobremaneira as primeiras casas de candomblé no Brasil. A primeira sociedade - Iyalodê -, como salienta a própria etimologia, significa encarregada pelos negócios públicos; suas integrantes compunham o conselho urbano, exerciam altos cargos, como funcionárias do Estado, e eram, ainda, responsáveis pelas questões femininas nos cargos públicos, especialmente pelos assuntos ligados ao comércio. Já a associação Gèlède se ocupava de assuntos relacionados à religião; as mulheres realizavam cultos ligados à fecundidade, à fertilidade, isto é, suas integrantes cultuavam o poder originário do feminino, além de cuidar

religiosamente dos demais setores político-econômico, uma vez que os setores possuíam uma interdependência. Portanto, religião, política e economia caminhavam de braços dados, originando um poder diferenciado (CONCEIÇÃO, 2011).

Ao voltar o olhar para o cenário brasileiro, encontramos a economia em declínio, já que o tráfico escravista havia enfraquecido, somando-se a isso as constantes guerras em diversas partes do continente africano, o que obrigava seus líderes a prepararem uma quantidade maior de homens para lutarem em defesa de seus povos; assim, o contingente de africanos chegados ao Brasil na derradeira metade do século XVIII e no início do XIX era formado principalmente por mulheres da Costa Mina e do Golfo do Benin; mulheres que transformariam o panorama religioso e econômico do Brasil, em especial da Bahia, como aponta o trecho abaixo:

Fundaram o atual Engenho Velho três negras da Costa, de quem se conhece apenas o nome africano – Adêta (tal Iyá Dêtá), Iyá Kalá e Iya Nossô. Há quem diga que a primeira desta foi quem plantou o *axé*, mas esta procedência não parece provável, pois ainda hoje o Engenho Velho se chama Iyá Nossô, ou seja, em português, Casa de Mãe Nossô. Por muito tempo estas três mulheres emprestaram grande brilho à Casa, não se tendo certeza, entretanto, quanto a se repartiram entre si o poder ou se sucederam nele (CARNEIRO, 1991, p. 56).

Para além da observação feita por Carneiro (1991), Renato da Silveira (2006) relata o famoso caso de duas irmãs princesas africanas do Reino de Ketu que foram embarcadas para o Brasil e aqui vendidas como escravizadas; e que depois de certo tempo foram compradas e alforriadas por pessoas pertencentes ao núcleo religioso da Barroquinha;<sup>4</sup> uma delas voltou para a África; a outra, de nome Otampé Ojarô, permaneceu na Bahia, casou-se e, mais tarde, fundou o famoso terreiro do Alaketu. Pode-se acrescentar às informações já mencionadas por Carneiro (1991) a importante figura feminina, Iyá Nassô ou Maria Júlia Figueiredo, que chegara no Brasil escravizada, porém, não tardou muito, tornou-se respeitabilíssima para a organização da religião africana em terras brasileiras; também foi “Priora da Irmandade da Boa Morte e ocupava simultaneamente o cargo de Iyalodê e Erelu nas organizações secretas Ogboni, Gèlède e Egungun” (CONCEIÇÃO, 2011, p. 32). Tal núcleo fora organizado na Barroquinha em torno de um candomblé de onde se originaram as principais casas de candomblés: Casa Branca, Afonjá e Alaketu. Ademais, as primeiras mulheres atuavam simultaneamente nas sociedades secretas Iyalodê,

Gèlèdè e Ogoni; surgindo nesse contexto a Irmandade da Boa Morte.

A partir da religião e do trabalho feminino, a cultura africana foi sendo recriada no Além-Mar. O poder das mulheres africanas, portanto, está além da economia; o poder exercido por elas é permeado de bens simbólicos transmitidos através da religião, da dança, dos alimentos e na capacidade de reinventar novas formas de estabelecer laços familiares, econômicos e sociais em situações desfavoráveis.

Apesar das condições desumanas a que foram submetidos, as africanas e os africanos utilizaram diferentes estratégias para manter vivos seus saberes; assim, podemos verificar a força com que suas tradições e culturas religiosas estão presentes e se impuseram no tempo e no espaço brasileiro. As mulheres, aos poucos, foram imprimindo outra dinâmica ao *modus operandis*, unindo e formando inicialmente *ethos* de sociabilidades, tais como as irmandades negras, as congadas, maracatus, ao redor de seus tabuleiros e, posteriormente, nos candomblés, de modo a reconstituir laços familiares, superando as perdas e colocando em perspectivas os saberes, os conhecimentos culturais resguardados no corpo e na memória. O protagonismo da população negra que se espalhou pelo mundo consolidou-se através das performances estratégicas implementadas para a manutenção de seus saberes.

#### 4 Mulher Negra e Economia

As mulheres africanas escravas emancipadas são muito independentes. É em torno delas que se forma a família [...] Estas mulheres libertinas são extremamente ativas. Nós já falamos de suas ocupações de vendedoras de pratos cozidos nas ruas. As mulheres Nagô e seus descendentes na Bahia têm o mesmo espírito empreendedor que as caracteriza na África. [...] (VERGER, 1981, p. 221).

A epígrafe acima assinala, ainda que em parte, o papel das mulheres na sociedade baiana do século XIX. O relato de Verger (1981) fala da maioria da população feminina dos últimos contingentes, cuja maioria desembarcou no Nordeste, nos estados do Maranhão, Bahia e Pernambuco. Como chegaram no final do tráfico e as cidades apresentavam certo desenvolvimento, elas foram aproveitadas inicialmente nos trabalhos domésticos e urbanos. Após o declínio do ciclo do açúcar e com o tráfico interno, elas foram para outras localidades, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Essas mulheres com seus aportes civilizatórios moldariam

a cultura brasileira, manifestada na arte, na religião, nas danças, na gastronomia; esta última, cara para esta nossa comunicação. O próprio Gilberto Freyre (1975, p. 133), em “Casa grande e senzala”, destaca a importância das mulheres baianas no ramo alimentício: Para ele, dos “centro de alimentação afro-brasileira é decerto a Bahia o mais importante.”

É claro que as alterações não estavam associadas apenas à questão do visual - roupas, colares, maneira de pentear, marcas étnicas - e formas de se alimentar, relacionavam-se também à maneira de se comportar no mundo exterior à casa e no mundo do trabalho; agregavam à atividade de vender produtos alimentícios transportados, normalmente sobre a cabeça, nas ruas das cidades. Ademais, elas exerciam inúmeras atividades, como lavar roupas, vender água, frutos e outros afazeres femininos - uma vez que o homem negro tinha o acesso limitado à esfera doméstica - a articulavam politicamente suas vidas e a vida de pessoas ligadas à religião e a seu grupo étnico.

No Brasil, isso foi extremamente útil, tanto do ponto de vista religioso e político como das estratégias empregadas nas muitas revoltas e no trato da vida cotidiana, bem como das articulações utilizadas frente a uma sociedade sexista, classista e racista, a exemplo das grandes Iyalorixás Mãe Aninha, Mãe Menininha, Mãe Senhora, Mãe Stela, Mãe Teófila, Mãe Perina, Mãe Filhinha da Boa Morte Iyá Daddy e suas descendentes, que hoje lutam contra o desrespeito, o genocídio dos jovens negros e outros males sociais.

#### 5 Trabalho e Ludicidade: Tia Ciata e suas herdeiras

Tanto na África como no Brasil, as mulheres já exerciam suas atividades seguindo uma tradição passada para suas e seus descendentes, como ainda hoje temos as vendedoras de acarajé, camelôs, vendedoras de doces. A arte de vender nas ruas permitia articular economia, religião e família. A mulher negra cria em tempos atuais os serviços alugados nas faxinas das casas mais abastadas ou nos serviços de ganhos dos trabalhos livres para aumento de sua renda. Por tudo isso, a mulher negra brasileira é herdeira da civilizada mãe África, a qual legou a rica cultura do trabalho doméstico, expresso nos tabuleiros circulantes nas cidades, nos becos, nas feiras, que com habilidosas atitudes se moveram em torno da estrutura social, permitindo, assim, reconfigurar novos núcleos

familiares com seus integrantes compondo a chamada elite negra brasileira.

Dentre as quituteiras que fizeram história no cenário nacional, gostaria de destacar uma figura conhecida na historiografia brasileira, tendo em vista que sua vida envolve cultura, empreendedorismo, religião e ludicidade; estamos a nos referir à famosa e afamada Hilária Batista de Almeida, conhecida carinhosamente por Tia Ciata; nascida na Bahia, em 1854, tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1876, constituindo família ao casar-se com o funcionário público João Batista da Silva, com quem teve 14 filhos (AMARAL, 2010). É a ela que dedicarei as próximas linhas.

É incontestável a importância dessa mulher para a configuração cultural carioca, já que Tia Ciata exerceu papel de liderança em vários setores; papéis que ainda hoje se refletem através do trabalho realizado pelas conhecidas “tias baianas” da feira de Madureira e Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.

Tia Ciata ganhou notoriedade nos meios populares e acadêmicos pelas grandes realizações culturais, quando da realização de grandes **sambadas**, que mais tarde passariam a se chamar **rodas de samba de partido alto**, como assim eram conhecidas as rodas de samba. Nessas rodas, Tia Ciata e suas companheiras mostravam toda a particularidade do modo de sambar da mulher baiana, especificamente as do Recôncavo: as mulheres sambavam e sambam de pés juntos sem tirá-los do chão, denominado como **samba miudinho**. No cenário musical, a figura de Ciata é muito prestigiada, haja vista que foi na sua casa que teria sido composto o primeiro samba registrado, o conhecido samba “Pelo telefone”, de autoria de Ernesto Joaquim Maria dos Santos, o Donga. Sua casa, localizada na Praça Onze, no centro do Rio de Janeiro, era frequentada por grandes vultos do samba, como Pixinguinha, João da Baiana, Senhô, Mauro de Almeida. O local ficou conhecido como a pequena África, por ser o lugar de encontro dos negros e negras baianos libertos ou escravizados (AMARAL, 2010). O depoimento de João da Baiana resume bem o que era o cenário carioca na época em que Tia Ciata protagonizava as festas da cidade.

As nossas festas duravam dias, com comida e bebida, samba e batucada. A festa era feita em dias especiais, para comemorar algum acontecimento, mas também para reunir os moços e o povo “de origem”. Tia Ciata, por exemplo fazia festa para os sobrinhos dela se divertirem. A festa era assim: baile na sala de visitas, samba de partido alto nos fundos da casa e batucada no terreiro. A

festa era de preto, mas branco também ia lá se divertir. No samba só entravam os bons no sapateado, só a “elite”. Quem ia pro samba, já sabia que era da nata. Naquele tempo eu era carpina (carpinteiro). Chegava do serviço em casa e dizia: mãe, vou pra casa da Tia Ciata. A mãe já sabia que não precisava se preocupar, pois lá tinha de tudo e a gente ficava lá morando, dias e dias, se divertindo. Eu sempre fui responsável pelo ritmo, fui pandeirista. Particpei de vários conjuntos, mas era apenas para me divertir. Naquele tempo, não se ganhava dinheiro com samba. Ele era muito mal visto. Assim mesmo às vezes nós éramos convidados para tocar na casa de algum figurão. Eu me lembro que em certa ocasião, o conjunto de que eu participava foi convidado para tocar no palacete do senador Pinheiro Machado, lá no morro da Graça. Quando o conjunto chegou, o senador foi logo perguntando aos meus colegas: cadê o menino? O menino era eu. Aí meus companheiros contaram ao senador que a polícia tinha tomado e quebrado o meu pandeiro, lá na Penha. O senador mandou que eu passasse no Senado no outro dia. Passei e ganhei um pandeiro novo, com dedicatória, peça que tenho até hoje (PEREIRA, 2001, p. 205).

A história de Hilária Batista de Almeida não se resume apenas às grandes festas realizadas em sua casa; conta-se que ela era ligada ao candomblé, frequentava o terreiro de João Alabá, na Rua Barão de São Felix, no qual fora confirmada no santo como Ciata de Oxum, tornado-se mais tarde famosa Iyalorixá.

Hilária destacou-se no cenário carioca como grande quituteira, como faziam as negras mulheres da Bahia de sua época. Vestida à moda baiana, colocou seu tabuleiro de quitutes na Rua Sete de Setembro; sua roupa era muito elogiada, então, ela resolveu aliar a isso seu tino comercial e logo “começou alugar roupas de baiana para o carnaval e teatro, aumentando sua renda” (MOURA, 1995, p. 95).

Tia Ciata serviu de modelo para uma legião de outras mulheres e logo elas passaram a ser vistas nas esquinas e comércio de toda a cidade, sendo denominadas carinhosamente como “tias”; destacam-se a Tia Veridiana, a Tia Mônica, a Tia Prisciliana, dentre outras. “As Tias baianas” tiveram atuação importantíssima para o surgimento do samba, das escolas, no fim do século XIX e início do século XX. Como esclarece o depoimento da neta de Tia Ciata:

Elas todas sabem fazer doce, a gente aprende de tudo. Elas diziam pra gente: “amanhã quando casar, se tiver um fracasso com o marido, não precisa pedir ao vizinho nem a parente, é só fazer qualquer coisa pra ganhar dinheiro”. [...] Cada um nas suas casas, os que iam nascendo não sabiam ainda e ia-se ensinando. Não deu tempo de saber muita coisa não... (Depoimento de Tia Cincinha, apud MOURA. 1995, p. 95).

Elas foram responsáveis pela transmissão de

culturas advindas da Bahia, como as festividades, o culto aos orixás de matriz africana, aglomerando em torno delas a comunidade que aos poucos ia impondo o seu modo de vida.

Ainda hoje podemos encontrar as descendentes das “tias baianas” nas feiras populares, a exemplo das baianas do acarajé e das quituteiras da famosa feira de Madureira e da feira de São Joaquim, na Bahia, e Oswaldo Cruz no subúrbio carioca; ou nos camelódromos de todo o Brasil.

Tanto as mulheres na África como no Brasil, na diáspora, organizavam suas famílias por meio do trabalho e da religião. As primeiras mulheres advindas do continente africano contribuíram para a perpetuação da cultura africana entre nós. Apesar dos impactos do período escravista, é incontestável o poder das mulheres negras, bem como de sua capacidade de recriar e ressignificar situações e sociabilidades que, por vezes, deslinda tessituras de sucesso nos diversos segmentos sociais da atualidade. Trabalho, religião, família e os corpos de mulheres e homens negros se uniram para inscrever na história a contribuição de suas culturas como marcas identitárias; e, muitas vezes, foi necessário negociar, reconstituir e reconfigurar sociabilidades, revelando toda a altivez das mulheres que coloriram e colore a nação brasileira com seu jeito negro influenciado de ser.

## 5 Conclusão

Ante o exposto, o artigo teve a intenção de refletir sobre o papel da mulher negra no mundo do trabalho, na organização familiar e na religião; para tanto, foi necessário revisitar o percurso das mulheres negras e a proeminência no trabalho, desde as feiras ao trabalho administrativo das primeiras africanas que aqui chegaram; foram elas que trouxeram em seus corpos e em suas memórias experiências da economia africana, trajetórias extraordinárias para uma eficaz atuação, de modo a permitir a construção e reconfiguração de laços de dignidade. Grande parte dos trabalhos desenvolvidos pelas africanas foi o de rua, na venda de produtos sobre a cabeça, na circulação dos espaços, levando consigo não apenas produtos materiais mas produtos simbólicos; sobretudo nas feiras, notícias, receitas de remédios caseiros e comidas, ludicidade de modo de fazer, ver e agir, ampliando as redes de sociabilidade e solidariedade.

Vimos que o trabalho foi o de facilitar para que as mulheres despontassem tanto no aspecto

religioso como no rearranjo dos laços parentais e familiares, por vez perdidos na travessia do Atlântico.

A atenção voltada para o universo feminino afro-brasileiro e para o campo do trabalho revela a autoridade da mulher negra dentro desses espaços na hierarquia religiosa, ainda que ao longo do tempo esses postos tenham sofrido significativas modificações, a propósito das observações feitas pelo antropólogo Julio Braga (2014) na recente obra “Candomblé da Bahia: a cidade das mulheres e dos homens”; portanto, o ir e vir das mulheres negras que outrora ocupavam as ruas com seus tabuleiros é rememorado por suas e seus descendentes que, cotidianamente, na exposição dos produtos da cultura africana, com novos contornos sociais; são acarajés, cocadas, bolinhos de estudante, abará, bolo de aipim, a tapioca ou bejú, frutas, produtos que nos fazem lembrar que esse território foi aberto pelas negras africanas que souberam fazer história nas diásporas espalhadas pelo mundo.

## Notas:

<sup>(1)</sup> Este texto foi originado de uma fala proferida no I Ciclo Internacional de Debates sobre Gênero, Raça, Diversidade e Contextos Interculturais, organizado pelo Grupo de Pesquisa Candaces, da Universidade do Estado da Bahia, no período de 30 de março a 1º de abril de 2015, em Salvador Bahia, Brasil.

<sup>(2)</sup> A referida dissertação intitula-se “Mulheres do partido alto: elegância, fé e poder - um estudo de caso sobre a Irmandade da Boa Morte”; trabalho apresentado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Antropologia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no ano de 2004, sob orientação da Profa. Dra. Carmen Junqueira.

<sup>(3)</sup> O termo cultura neste artigo é utilizado como um “padrão de significados transmitidos historicamente, incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas de símbolos por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolve seu conhecimento e suas atividades em relação à vida” (GEERTZ, 1989, p. 103). Tais concepções foram defendidas pelo autor mencionado, na Antropologia interpretativa, para quem a cultura pode ser comparada a uma teia de signos à procura dos significados.

<sup>(4)</sup> Segundo depoimento informal da Iyalorixá Olga de Alaketu, essas duas princesas foram alforriadas pelo próprio orixá Oxumarê, que se transformara em um rico comprador de escravizados. Para maiores informações sobre o núcleo religioso da Borroquinha, em Salvador, Bahia, ver Conceição (2004) e Silveira (2006).

## Referências

- ADÉKÒYÁ, O. A. *Yorúbá: tradição oral e história*. São Paulo: Terceira Margem, 1999.
- AMARAL, E. *Alguns aspectos da MPB*. Duque de Caxias: Esteio, 2010.
- BRAGA, J. *Candomblé da Bahia: a cidade das mulheres e dos homens*. Feira de Santana: UEFS, 2014.
- CARNEIRO, E. *Candomblé da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1991.

CONCEIÇÃO, J. S. *Mulheres do partido alto: elegância, fé e poder - um estudo de caso sobre a Irmandade da Boa Morte*. 2004. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CONCEIÇÃO, J. S. *Duas metades, uma existência: produção de masculinidades e feminilidades na Irmandade da Boa Morte e no culto de Babá Egun*. 2011. 209 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

DREWAL, H. J.; DREWAL, M. T. *Gelede: art and Power among the Yoruba*. Bloomington: Indiana University Press, 1983.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, P. *Casa grade e senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GEERTZ, C. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOURA, R. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

PEREIRA, J. B. B. *Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: USP, 2001.

SILVEIRA, R. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto*. Salvador: Maianga, 2006.

SOARES, C. M. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: Eduneb, 2007.

VERGER, P. *Notícias da Bahia: 1850*. Salvador: Corrupio, 1981.

**\* Pós-Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia, da Universidade Federal do Piauí, com Bolsa PNPd da Capes; doutora e mestre em Ciências Sociais/Antropologia pela PUCSP, membro do Grupo de Pesquisa Ritual, Festa e Performance da UFSE e Grupo Candaces da UNEB, Bahia; associada ao Centro de Estudos Africanos (CEA), Lisboa, e associada ao Centro em Redes de Investigação em Antropologia (CRIA), Lisboa.**



# A CORRUPÇÃO VISTA DO ALTO DA MONTANHA

Por Pádua Ramos\*

Aqueles que nos anos 50 do século passado acompanhavam os acontecimentos políticos recordam-se de que a eloquência devastadora do jornalista Carlos Lacerda liderou a demolição do Governo Vargas agitando a bandeira da anticorrupção. Então se acreditava, e hoje se volta a acreditar, que a corrupção se constituía e se constitui no maior problema do País. Em seguida, no seguimento da história, o verbo daquele jornalista voltou-se contra os governos de Juscelino e Jango, sempre sustentando a mesma bandeira.

Embora ninguém, em sã consciência, deixe de sentir indignação diante da apropriação privada do dinheiro público, hoje se sabe, para lá de uma visão expressionista e impressionada, que o maior problema não é o da corrupção; mas é sim o de todo um temário de questões sociais entrelaçadas, que passa pela cultura patrimonialista, pela pobreza extrema, pelo analfabetismo, pela insalubridade, pelo sofrimento das famílias menos favorecidas - tudo se resumindo no apartheid inconfesso que divide este país em classes e em regiões.

Não se diga que os paulistas sejam preconceituosos contra os nordestinos, mas se diga sim que alguns deles – justamente destacados líderes – o são: é o caso de FHC, em cujo governo se extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e foram concebidos os eixos nacionais de desenvolvimento, segundo concepção avassaladora do conceito regionalista de Nordeste, que achara insuficiente transformar a Sudene, que ele tratava como qualquer coisa, numa coisa qualquer: a Agência do Desenvolvimento do Nordeste (Adene); e o caso de José Serra, de quem li alentada tese oposta à criação das zonas de processamento de exportações (ZPEs): espaços econômicos beneficiadores de produtos exportáveis, consoante uma das vocações de nossa economia regional. As ZPEs só vieram a vingar porque nossa tese, de resto favorável ao desenvolvimento do País como um todo, contou com a adesão proativa de Delfim Netto, autor de emendas inteligentes ao projeto.

A ação destruidora da Sudene contou com a colaboração não intencional mas efetiva e paradoxal de um nordestino, deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT); na época, oposição. Trata-se do hoje senador Pimentel. Ele percutiu denúncia de corrupção na Sudene, que a havia sim, mas -

embora obviamente merecedora de repúdio - era estatisticamente residual; no fundo, a velha corrupção como capítulo de nossa cultura. Diante dessa degradação na administração de recursos públicos, a oposição (que tinha escandalosamente, conforme se viu depois, telhado de vidro) passou a atacar o Banco e o Governo. No fundo (os tempos revelariam depois), tratava-se de briga entre iguais.

O temário das questões sociais registra deficits, notadamente no tocante à educação, os quais remontam ao fundo dos tempos e dão como resultante algo como uma “subcidadania”, entendida como tal o não exercício, pelo cidadão, de sua prerrogativa de vigiar o desempenho dos homens públicos, assim criando o ambiente propício à corrupção, como subproduto de peso, mas subproduto.

A cultura de Carlos Lacerda foi durante certo tempo subordinada aos princípios marxistas, absolutamente; não incorporava as luzes do marxismo, que existem, às outras luzes, para a obtenção de uma visão totalizante e não parcial da história; nem era, pois, mesmo assim, para sua atuação circunscrever-se a um aspecto, repita-se, grave do desenrolar da vida pública, de todo modo relativo. Admite-se que tenha sido sua aproximação com o pensador católico Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) e por seu intermédio com os monges do Mosteiro de São Bento a circunstância que o tenha feito acrescentar o espiritualismo ao seu anterior entendimento limitado da existência, que o tenha feito elevar sua compreensão sociológica da vida dos povos. Daí vieram certamente desdobramentos de sua maneira de pensar, como a descoberta do arbitrio da pessoa humana como mais um fator que com outros se conjuga para a construção dos fatos. A consciência de que o homem comanda até certo ponto a faculdade de decidir e de agir teria aguçado em Carlos Lacerda a consciência de suas responsabilidades pessoais perante aquela quadra da história. No novo panorama social visionado por Carlos Lacerda, a corrupção ainda ocuparia espaço como detestável antivalor, mas não como dado avassalador dos demais segmentos da problemática social.

Este novo Carlos Lacerda realizou, implicitamente, algo como um mea culpa, ao atravessar o Atlântico para, com humildade, dialogar

com aquele mesmo Juscelino que tanto combatera, implacavelmente, como era de seu modo de ser, e tentar formar a Frente Ampla, esta sim voltada para o valor supremo da democracia. Pagou preço decisivo por isso.

Seguiu-se, àquela, sua visita a Jango, no Uruguai, com o sentido ainda mais profundo de mea culpa, pois não só a este combatera como igualmente combatera a Getúlio, ferozmente: a Getúlio, o patrono político de Jango.

O processo civilizatório é lento. Por não se darem conta disso, numerosos brasileiros depreciam nosso país, comparativamente aos chamados países do Primeiro Mundo; não percebem que, por exemplo, as nações europeias, ao percorrerem o roteiro que as levariam enfim ao atual patamar de civilidade, percorreram-no atravessando tragicamente guerras externas e guerras intestinas; lembrando que uma delas se denominou Guerra dos Cem Anos; lembrando o derramamento de sangue da Revolução Francesa; lembrando que do lado de cá do Atlântico os Estados Unidos vivenciaram a sangrenta Guerra de Secessão, a qual se prolongou por cerca de quatro anos.

Os conflitos bélicos, como se sabe, geram estados de necessidade - falta de energia, de água, de alimento, de remédio e assim por diante - levando ricos e pobres, compulsoriamente às vezes e pedagogicamente sempre, a se ajudarem em duas mãos, em conformidade com essa democracia do sofrimento compartilhado e, assim, quiçá amenizado, inculcando em todos o senso da solidariedade, da disciplina, da coexistência equilibrada de deveres e de direitos, tudo valendo como elevado preço para alcançar o patamar da civilização. Na atmosfera moral que aí se implanta não viceja a trapaça de uns contra outros, não floresce a deslealdade contra indivíduos e contra a sociedade, a corrupção não frutifica.

As exceções ficam por conta daqueles regimes autoritários estabelecidos a ferro e fogo, porque neles se aplica o conhecido princípio de que “o poder absoluto corrompe absolutamente” (Lord Acton).

Proclama-se a toda hora que somos o país da impunidade. Como assim? Que dizer daquelas cenas nas quais apareceram Jáder Barbalho algemado, Paulo Maluf preso e a cúpula do PT na cadeia, para só citar estes exemplos entre tantos outros?

O velho Carlos Lacerda esbravejava no interior

da moldura da União Democrática Nacional (UDN) - partido com vocação para o golpe, porque era uma corrente política sem povo. O povo nunca concedeu à UDN a oportunidade de assumir o poder. Carlos Lacerda, como se viu, mudou, sim. A UDN - velha, fascista, elitista, neoliberal, morta, mas insepulta - não; cabendo, porém, a ressalva honesta de que ali militaram também grandes homens, como Afonso Arinos, Prado Kelly e o brigadeiro Eduardo Gomes. Este último era dotado de profunda espiritualidade e se atribui a ele, no fim da vida, desgostoso por saber que se praticava tortura nos porões da Aeronáutica, o desabafo de que não criara a Força Aérea para abrigar torturadores.

O Brasil, pátria jovem, está parindo uma nova civilização tipicamente nacional brasileira, progressivamente, sem dar saltos, como a natureza. Trata-se de parto com dor, certamente; todavia, como opção alternativa aos banhos de sangue constitutivos do preço pago pelas nações ditas civilizadas quando da conquista dramática da bonança dos dias de hoje.

A paz esteja conosco!

*\* Dentre outras atividades, o professor Pádua Ramos foi secretário de Planejamento dos Estados do Piauí e do Ceará, foi superintendente-adjunto para a área de incentivos fiscais da Sudene, professor titular da cadeira de Planejamento da Universidade Estadual do Ceará-UECE e Pró-Reitor de Planejamento da UECE. É autor dos livros: *Em busca do Ângulo Alfa*, sobre planejamento social e planejamento estratégico aplicado à área pública e *Manual Social e Econômico do Município*.*



